



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Viviane Heringer Tavares

Mulheres Indígenas da Amazônia e Política: Análises a Partir de 2018

Rio de Janeiro

2021

Viviane Heringer Tavares

Mulheres Indígenas da Amazônia e Política: Análises a Partir de 2018



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Paula Mendes Lacerda

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

T231 Tavares, Viviane Heringer.
Mulheres Indígenas da Amazônia e Política: Análises a partir de 2018 /
Viviane Heringer Tavares. – 2021.
113 f.

Orientadora: Paula Mendes Lacerda
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto
de Ciências Sociais.

1. Mulheres indígenas – Teses. 2. Candidaturas – Teses. 3. Eleições – Teses. I.
Lacerda, Paula Mendes. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto
de Ciências Sociais. III. Título.

CDU 572.95

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Viviane Heringer Tavares

Mulheres Indígenas da Amazônia e Política: Análises a Partir de 2018

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro do Rio de Janeiro.

Aprovada em 26 de fevereiro de 2021.

Banca Examinadora:

Prof. ^a Dra. Paula Mendes Lacerda (Orientadora)
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

Prof. ^a Dra. Lia de Mattos Rocha
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

Dra. Dibe Saloua Ayoub
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2021

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

Agradeço também o auxílio recebido através do edital “Memórias brasileiras – conflitos sociais”, coordenado pelas professoras Jane Beltrão UFPA e Paula Lacerda – UERJ.

Não teria conseguido chegar ao fim dessa dissertação sem o apoio de pessoas maravilhosas que estiveram ao meu lado nesta caminhada.

Agradeço a Lia de Mattos Rocha e Dibe Saloua Ayoub, que participaram da minha banca de qualificação com muito carinho e comprometimento, trazendo sugestões que foram fundamentais na produção deste trabalho, e que aceitaram o convite de estarem presentes também na banca de defesa desta dissertação.

À Telma Bemerguy e Rodrigo de Oliveira, que se prontificaram em me auxiliar durante a minha pesquisa de campo em Santarém – PA, abrindo caminhos que foram fundamentais para a produção deste trabalho.

À Tatiane Picanço, interlocutora dessa pesquisa, que abriu sua casa e sua vida de maneira muito especial para mim, sendo um suporte fundamental durante o tempo que estive em Santarém – PA e a Sônia Guajajara, que em meio ao contexto colocado pela Covid 19 não pode participar da entrevista para esse trabalho, mas se mostrou muito solícita durante nosso contato no período de escrita.

A todas as mulheres indígenas, que de maneira direta e indireta, colaboraram para a produção deste trabalho. Em especial à Auricélia Arapium, Maura Arapium, Michele Arapium, Keissi Borari, Larissa Borari e Alessandra Munduruku que aceitaram participar das entrevistas realizadas em Santarém, em 2019. Espero que esse material possa de alguma forma ajudar na luta diária dos movimentos indígenas.

Aos meus familiares, mãe, pai, irmãs, cunhados, e sobrinhos, por terem me dado o carinho e amor necessário para me manter sempre firme nessa caminhada tão dura de isolamento social. Em meio a tantas saudades, vocês foram com que pude contar para uma conversa e um abraço no final do dia.

À família do meu coração, Gisela Del Cueto, Marco Simas, Natalia Simas e Luisa Simas, que me receberam de portas e corações abertos e me possibilitaram um espaço tranquilo e cheio de afeto onde pude me dedicar ao máximo ao desenvolvimento do Mestrado.

Agradeço aos professores do Colégio Estadual Carlos Maria Marchon, em especial Glaucia Pontes, Pablo Valegros e Filipe Tostes, que mostraram e mostram que, o ensino não pode ser limitado pela parede da sala de aula e que o afeto e a dedicação também são formas de lecionar. Para além do ensino tradicional, nos mostrou a necessidade de formar seres humanos, que pensam e que questionam.

Um agradecimento cheio de saudade aos meus amigos, que mesmo de forma virtual, estiveram ao meu lado ao longo dessa dissertação, possibilitando conversas cheias de afeto, de apoio e de trocas fundamentais para me manter firme nesse período tão duro. Em especial a minha querida amiga Valéria Toledo, que caminha ao meu lado desde o ensino fundamental, até a pós-graduação, nosso apoio mútuo sem dúvida é responsável pelas nossas conquistas e amadurecimento diário, muito obrigada pelo carinho, pelas correções e orientações.

Um agradecimento especial ao meu companheiro de vida Klaus Graban, que esteve ao meu lado durante toda a escrita dessa dissertação, que mais do que ninguém acompanhou cada etapa dessa jornada, com muito carinho, muita tranquilidade, e muito amor. Sua escuta, nossas conversas, seu suporte diário nas angústias e aflições, incertezas e ansiedades, tornaram esse caminho mais leve. Te agradeço ainda, por ter trazido contigo uma família maravilhosa! Te amo!

De maneira mais que especial, quero agradecer à minha orientadora Paula Mendes Lacerda, que possibilitou uma orientação cheia de responsabilidade e afeto. Seu apoio, ao longo desses quatro anos, passando pela Iniciação Científica, Graduação e Mestrado me possibilitaram um conhecimento rico referente ao meu campo de pesquisa, além de me incentivar a alcançar todos os meus objetivos acadêmicos. Indo muito além da orientação, se tornou uma verdadeira amiga, que quero que continue ao meu lado quando essa etapa se concluir.

À Maria, que ouviu todos os meus pedidos e preces, angústias e aflições, e que no silêncio do meu coração, me dizia sempre, que tudo daria certo.

As rosas da resistência nascem no asfalto. A gente recebe rosas, mas vamos estar com o punho cerrado falando de nossa existência contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas.

Marielle Franco

RESUMO

TAVARES, Viviane Heringer. *Mulheres Indígenas da Amazônia e Política: Análises a Partir de 2018*. 2021.113 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Esse trabalho objetiva compreender a visão das mulheres indígenas participantes de pleitos eleitorais no que se refere às relações e efeitos sobre a política partidária, sobre os movimentos indígenas, sobre sua subjetividade e suas relações pessoais e familiares. Para isso, minha análise se dá a partir das narrativas de duas mulheres indígenas que foram candidatas no processo eleitoral de 2018, Sônia Guajajara e Tatiane Picanço, chamando a atenção para suas trajetórias em dimensão pessoal, profissional e de militância e, notadamente, no entrelaçamento de tais aspectos. Meus objetivos específicos se deram em torno de analisar qual a relação das mulheres indígenas candidatas com suas comunidades; descrever quais são as barreiras e desafios que essas mulheres experienciam ao entrarem nesse campo de atuação e disputa; coletar dados mais detalhados sobre esse processo eleitoral, como forma de inserir as indígenas pesquisadas dentro de um contexto mais amplo.

Palavras-chave: Mulheres Indígenas. Candidaturas. Processos Eleitorais

ABSTRACT

TAVARES, Viviane Heringer. *Indigenous Women of the Amazon and Politics: Analysis from 2018*. 2021. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

This dissertation aims to understand what the view of indigenous women is participating in electoral elections about their participation within the field of electoral dispute, with regard to the relations and effects on party politics, on indigenous movements, on their subjectivity and their personal and family relationships. For this, my analysis is based on the narratives of two indigenous women who were candidates in the 2018 electoral process, Sônia Guajajara and Tatiane Picanço, drawing attention to their trajectories in a personal, professional, and militant dimension and, notably, in the intertwining such aspects. My specific objectives were based on analyzing the relationship of candidate indigenous women with their communities; describe what are the barriers and challenges that these women experience when entering this field of action and dispute; collect more detailed data on this electoral process, as a way of inserting the surveyed indigenous people within a broader context.

Keywords: Indigenous Women. Candidacies. Electoral Processes.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA-	Associação Brasileira de Antropologia
ALESP-	Assembleia Legislativa de São Paulo
AMIMA-	Articulação de Mulheres Indígenas do Maranhão
AMAR-	Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro
AMISM-	Associação das Mulheres Indígenas Sateré Mawé
AMIM-	Associação das Mulheres Indígenas de Mutirão
APAE-	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APIB-	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
ATL-	Acampamento Terra Livre
CIMI-	Conselho Indígena Missionário
CITA-	Conselho Indígena do Rio Tapajós e Arapiuns
CMP-	Central de Movimentos Populares
CNBB-	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COAPIMA-	Organização e Articulação dos Povos Indígenas do Maranhão
COIAB-	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CONAMI-	Conselho Nacional de Mulheres Indígenas
COP-	Conferências Mundiais do Clima
CPT-	Comissão Pastoral da Terra
DEM-	Democratas
DSEI-	Distrito de Saúde Especial Indígena
FOQD-	Federação de Organizações Quilombolas de Santarém
FUNAI-	Fundação Nacional do Índio
GCI-	Grupo de Consciência Indígena
GDA-	Grupo de Defesa da Amazônia
GRENI-	Grupo de Reflexão dos Religiosos Negros e Indígenas
GSI-	Gabinete de Segurança Institucional
IBGE-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO-	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INESC-	Instituto de Estudos Socioeconômicos
ISA-	Instituto Socioambiental

MBL-	Movimento Brasil Livre
MP-	Medida Provisória
MTST-	Movimento dos Trabalhadores de Teto
OEA-	Organização dos Estados Americanos
ONG-	Organização Não Governamental
ONU-	Organização das Nações Unidas
PRTB-	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSOL-	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU-	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT-	Partido dos Trabalhadores
RENCA-	Reserva Nacional de Cobre e Associados
RESEX-	Reserva Extrativista
SESAI-	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SPI-	Serviço de Proteção ao Índio
STF-	Supremo Tribunal Federal
TI-	Terra Indígena
UFOPA-	Universidade Federal do Oeste do Pará
UMIAB-	União das Mulheres indígenas da Amazônia Brasileira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 EXTREMA DIREITA NO BRASIL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA INDÍGENA ...	20
1.1 Investidas da extrema direita aos povos indígenas.....	27
1.2 Emergência de candidaturas de mulheres indígenas em 2018.....	36
2 TRAJETÓRIA DE TATIANE PICANÇO E SÔNIA GUAJAJARA E SUAS CANDIDATURAS A CARGOS EXECUTIVOS EM 2018	45
2.1 Tatiane Picanço	45
2.1.1 <u>Contexto histórico dos povos indígenas do baixo Tapajós</u>	46
2.1.2 <u>Processo de reconhecimentos dos povos indígenas e construção do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns</u>	48
2.1.3 <u>A trajetória do CITA na identificação étnica da entrevistada</u>	52
2.1.4 <u>Processo eleitoral de 2018 na trajetória de Tatiane Picanço</u>	56
2.2 Sônia Guajajara	61
2.2.1 <u>Povo Guajajara: Contexto histórico de violência</u>	62
2.2.2 <u>Sônia Guajajara em sua trajetória pessoal, profissional e de militância</u>	67
2.2.3 <u>Sônia Guajajara na disputa eleitoral</u>	69
2.3 Dois caminhos: aproximações e distanciamentos	76
3 MULHERES INDÍGENAS: UM MOVIMENTO EM TRANSFORMAÇÃO	84
3.1 Representatividade de mulheres indígenas a partir do resultado das eleições de 2018	84
3.2 Os processos de continuidade da eleição de 2018 para a de 2020	86
3.3 Protagonismo de mulheres indígenas na Amazônia	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	109

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é resultado do meu interesse sobre mulheres indígenas no Brasil. Em um primeiro momento, ainda na monografia, meu intuito foi analisar as violências que atingem estas mulheres e suas formas de resistência e organização política. Para tal, trabalhei com materiais de entrevistas de três mulheres indígenas, duas do povo *Tenharim*, localizado do sul do estado do Amazonas e uma do povo *Macuxi*¹, localizado no estado de Roraima (TAVARES, 2019). As entrevistas exploraram narrativas de fatos por elas considerados como eventos de violências relacionado às suas identidades indígenas, no contexto de suas aldeias. Ao entrar no mestrado, em 2019, quis continuar estudando mulheres indígenas, mas neste momento focando minha atenção exclusivamente em suas organizações políticas. Assim, neste mesmo ano, através do projeto “Violências e Violações de Direitos Humanos na Amazônia Brasileira”, coordenado pelas pesquisadoras Jane Beltrão e Paula Lacerda, no qual eu também fazia parte, fiz meu primeiro trabalho de campo em Santarém - PA, que durou dez dias, no intuito de realizar uma pesquisa em contexto amazônico, foco do projeto. Neste primeiro trabalho de campo, realizei sete entrevistas, com mulheres indígenas da região. A realização desse número de entrevistas se deu de forma não planejada, mas utilizando perfis em redes sociais de lideranças indígenas da região para iniciar esse contato. Posteriormente, utilizei a técnica conhecida como bola de neve, na qual cada entrevistada era convidada a indicar outras. Destaco ainda, que além de focar minha atenção nas organizações políticas dessas mulheres, chamei atenção para o tema de maternidade, como uma possibilidade de análise ao longo da dissertação (por esse motivo, a interlocutora nesta pesquisa, Tatiane Picanço fala de forma central de seu processo de maternidade). O caminho de pesquisa então planejado implicava em compreender as relações entre maternidade e atividade política entre mulheres indígenas, buscando compreender se e como a maternidade funcionava como elemento de envolvimento em alguma dimensão da política indígena.

A segunda etapa do trabalho de campo ocorreu em agosto de 2019, quando acompanhei a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, realizada entre os dias 10 e 14, em Brasília- DF. O evento contou, segundo o documento final da marcha, com cerca de 2.500 mulheres, de mais de 130 povos diferentes, alcançando representação de todas as regiões do Brasil. O tema do evento foi “Território: nosso corpo, nosso espírito”, trazendo de forma contundente o debate acerca da luta

¹ Essa dissertação segue o acordo da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), de 1955, que padroniza a grafia de nomes de povos indígenas com inicial maiúscula e em itálico e, quando adjetivo, em itálico e inicial minúscula.

pela garantia do território aos povos indígenas. Tendo esse tema como central, durante todo o evento foi possível presenciar outras reivindicações dessas mulheres indígenas, como acesso à saúde diferenciada, à educação, respeito aos costumes e tradições, fim da violência, principalmente a que surge em decorrência dos conflitos territoriais, e muitas outras demandas, que surgiam em comum e de forma específica na fala dos representantes de cada região. A marcha, de forma geral, contou com rodas de conversa, falas de lideranças, apresentação de danças e cantos, além de um ato que aconteceu em frente ao prédio da FUNAI, onde as mulheres indígenas se reuniram para protestar contra a municipalização da saúde indígena. Em decorrência desse ato, uma comissão de mulheres indígenas foi autorizada a realizar uma reunião com a Ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, momento usado como forma de realizar denúncias de violência e violações de direitos que atingiam os povos indígenas nas mais diferentes regiões do Brasil.

Ao apresentar as percepções das entrevistas coletadas no primeiro trabalho de campo para minha orientadora, consideramos que o material coletado talvez não fosse suficiente para desenvolvermos o caminho de pesquisa então planejado. A partir daí, começamos a pensar novos rumos para a pesquisa. Como uma das entrevistadas, Tatiane Picanço, tinha sido no ano anterior candidata a co-governadora do Estado do Pará, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), pensamos que poderia ser um caminho interessante e fecundo pensar candidaturas de mulheres indígenas nos pleitos eleitorais, uma vez que, àquela altura, o tema se mostrava com crescente repercussão e relevância para compreendermos o cenário político brasileiro, tanto no que se refere a elementos recentes, como a articulação da extrema direita, quanto pela emergência de candidaturas de mulheres indígenas nos pleitos eleitorais. No entanto, para isso, seria necessário reformular o projeto de pesquisa e pensar formas de seguir esse novo caminho. A partir de então, pensei em incluir na pesquisa duas mulheres indígenas com atuação no âmbito nacional, Sônia Guajajara candidata a co-presidenta da república pelo PSOL e Joênia Wapichana, candidata (e eleita) pela REDE Sustentabilidade. No entanto, em vista das limitações de tempo e de recorte da pesquisa, decidi analisar de forma mais aprofundada as candidaturas de Tatiane Picanço e Sônia Guajajara, que concorreram a cargos executivos.

Dessa forma, construí meu projeto de mestrado dentro dessa nova perspectiva, na busca de compreender qual é a visão das mulheres indígenas participantes de pleitos eleitorais sobre a sua participação dentro do campo da disputa eleitoral, no que se refere às relações e efeitos sobre a política partidária, sobre os movimentos indígenas, sobre sua subjetividade e suas relações pessoais e familiares. Para isso, minha análise se deu a partir das narrativas dessas duas mulheres que foram candidatas, chamando a atenção para suas trajetórias em dimensão pessoal,

profissional e de militância e, notadamente, no entrelaçamento de tais aspectos. Meus objetivos específicos se deram em torno de analisar qual a relação das mulheres indígenas candidatas com suas comunidades; descrever quais são as barreiras e desafios que essas mulheres experienciam ao entrarem nesse campo de atuação e disputa; coletar dados mais detalhados sobre esse processo eleitoral, como forma de inserir as indígenas pesquisadas dentro de um contexto mais amplo.

Esta pesquisa pretende contribuir para a construção de um material de análise sobre mulheres indígenas na disputa eleitoral, considerando que existem poucos trabalhos publicados no Brasil envolvendo essa discussão. A existência de poucos estudos sobre esse tema se mostrou muito presente para mim, o que eu tratei como um dado de pesquisa. Além disso, considero fundamental a produção de um material científico, que posteriormente possa ser utilizado pelos movimentos indígenas, e de mulheres indígenas, como também pelo partido de suas candidaturas, para auxiliar na maior compreensão sobre a presença dessas mulheres nesse espaço.

Em 2020, em meio à pandemia da Covid-19, me vi no meio de uma pesquisa de mestrado, em que algumas partes do meu trabalho de campo já haviam sido desenvolvidas e outras provavelmente não seriam realizadas tal como previsto. Essa realidade trouxe impactos ao cenário inicial dessa pesquisa, mas não inviabilizou seu desenvolvimento, abrindo novas possibilidades de análise. Eventos que iria acompanhar no ano de 2020, como o Acampamento Terra Livre (no abril Indígena)² e a possível 2ª Marcha das Mulheres Indígenas, que ocorreriam em Brasília, não ocorreram de forma presencial. Da mesma forma, a entrevista que pretendia realizar pessoalmente com Sônia Guajajara não foi possível. No entanto, esse contexto abriu novas possibilidades de pesquisa, ao longo do ano cresceu o número de *lives*, entrevistas virtuais, e materiais disponíveis através de redes sociais e foi a partir desse novo caminho que esse segundo momento da minha pesquisa foi desenvolvido. Nesse sentido, nesta dissertação, serão encontradas referências a partir desta nova perspectiva, considerando o contexto que nos envolve nesse momento.

Com a impossibilidade de realização da entrevista presencial com Sônia Guajajara, busquei ao longo do segundo semestre de 2020 realizar a entrevista de maneira virtual. Por fazer parte do mesmo partido que Sônia Guajajara, foi possível contato com pessoas em comum e que fizeram a ligação necessária para que eu pudesse chegar até ela. No entanto, esse caminho

² Acampamento realizado todo ano no mês que abril, com o objetivo de fortalecer a luta e a resistência indígena em todo o território nacional

não foi fácil, novamente, por conta do contexto social e político – além de sanitário - do país. Muitos militantes partidários se encontravam ocupados com suas atividades, tornando esse processo de contato lento, especialmente quando começam as campanhas eleitorais em setembro de 2020. Depois de muitas tentativas, consegui estabelecer contato direto com Sonia Guajajara que, solicitamente, se prontificou a responder a algumas perguntas de maneira virtual. No entanto, em função do acesso precário à internet e agendas relacionadas à campanha de 2020 (na qual Sônia não concorreu), mesmo após um mês do envio de algumas questões, não havia sido possível obter o retorno. Depois dessas tentativas, compreendi que talvez não teria o retorno esperado de Sônia. Ainda assim, tomei a decisão de não desistir do seu nome para essa dissertação, e procurei formas alternativas de alcançar as respostas necessárias acerca de sua trajetória e participação política. Por se tratar de uma figura pública, não tive dificuldades de encontrar entrevistas e materiais que auxiliassem na minha discussão. Dessa forma, utilizo neste trabalho algumas entrevistas com a Sônia Guajajara, disponíveis em sites da internet. Essas entrevistas giram em torno de sua trajetória pessoal, de militância, de sua participação no cenário eleitoral de 2018, além da utilização de informações coletadas em *lives*, onde foram abordados temas centrais como meio ambiente, Amazônia, gênero, movimentos indígenas etc.

Assim, o material que embasa essa dissertação consiste em três entrevistas realizadas durante o trabalho de campo realizado em 2019, a de Tatiane Picanço, interlocutora central nesta pesquisa, e mais duas de lideranças indígenas de Santarém, Auricélia Arapium e Maura Arapium, estudantes indígenas, lideranças e militantes do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA). Com essas entrevistas, discutirei a trajetória de Tatiane, mas também o contexto político da região onde ela atua, o Baixo Amazonas. Além das entrevistas concedidas por Sônia Guajajara a outras pessoas - que serão especificadas em capítulo próprio - entrevistei remotamente mais três militantes do PSOL que estiveram à frente na construção da campanha eleitoral de Sonia: Júlio Holanda, militante do setorial ecossocialista e do setorial de negras e negros do partido e Felipe Rimes, também militante do setorial ecossocialista do partido. De forma complementar e, também remotamente, entrevistei Ingrid Paranatinga, militante indígena de Santarém, que esteve à frente da construção da campanha eleitoral de Tatiane Picanço. A entrevista com esses militantes foi importante para compreender como ocorreram essas candidaturas pelo partido e qual a sua importância.

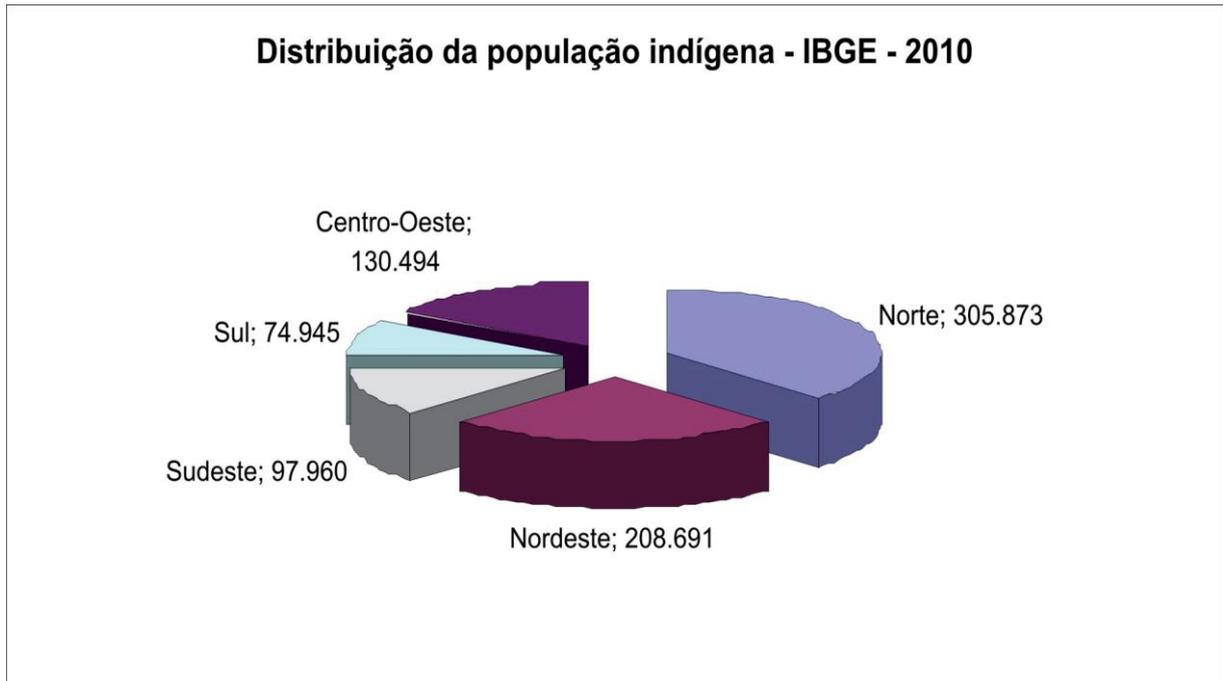
Como essa pesquisa traz o recorte das eleições de 2018, trago alguns dados importantes na compreensão desse material. Essas informações se tornam necessárias para compreendermos o contexto da participação de Sônia Guajajara e Tatiane Picanço nessa disputa eleitoral. Os dados consultados estão disponíveis no site <https://politica.estadao.com.br/eleicoes/2018>

/candidatos, como canal vinculado ao Tribunal Superior Eleitoral, instância jurídica máxima da justiça eleitoral brasileira. Para compreender a participação de indígenas nas eleições de 2018, recorro a categoria “etnia” na coleta dessas informações. Os dados indicam que do total de 29.203 candidatos para a eleição em todo o país, 133 são indígenas, o que corresponde a 0,4 % dos candidatos, havendo um aumento considerável da eleição anterior, de 2014, quando houve 85 candidaturas indígenas. Se pensarmos na quantidade de indígenas no Brasil (896.917 indígenas, segundo último censo do IBGE 2010), esse número de candidaturas em 2018 apresenta certa proporção em relação a porcentagem de indígena no país e a porcentagem de candidaturas. Uma importante observação a ser considerada é que a eleição de 2014 foi a primeira com dados sobre o perfil étnico dos candidatos nas eleições estaduais e federais. O ponto de “autoidentificação” que passou a compor o questionário preenchido pelos candidatos apresentava cinco categorias, sendo elas branco, preto, pardo, amarelo e indígena (INESC, 2014). Dessa forma, hoje é possível ter maiores informações sobre o perfil dos candidatos que disputam o processo eleitoral, facilitando a contabilização dos candidatos que se autodeclaram indígenas.

Sobre a categoria gênero, notamos que do total de 29.203 candidaturas nas eleições de 2018, 9.237 são de mulheres, ou seja, 31%, o que pode ser compreendido sob influência da implementação da cota partidária de gênero³. Desse número de mulheres, 49 são as candidaturas de mulheres indígenas, ou seja 0,5% do total de mulheres. No recorte étnico, 36% das candidaturas indígenas são compostas por mulheres indígenas, um número que está longe de ser paritário, mas que já demonstra maior representatividade dessas mulheres dentro do seu grupo étnico. Outra categoria central na discussão é a região, para compreender como se dividem essas candidaturas pelo país. Temos a porcentagem de 42,3% das candidaturas localizadas na região norte do país, 24,6% na região nordeste, 14,6% na região sudeste, 12,3% na região centro-oeste e 6,1% na região sul. Na região chamada de Amazônia Legal⁴ é possível ver a maior concentração de candidaturas com 46,9%, dado proporcional ao pensar na distribuição dos povos indígenas pelo território brasileiro.

³ Com a lei 12.034/2009 (aperfeiçoada nos anos posteriores), passa a ser obrigatório o preenchimento de 30% de candidaturas de mulheres nas disputas eleitorais.

⁴ Que compreende os estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso.



Fonte: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>

Trazendo dados mais específicos que apontam o recorte desta pesquisa, que são as candidaturas de indígenas a cargos executivos nessa eleição, temos um total de 5 candidatos autodeclarados indígenas na disputa dos cargos executivos em 2018, sendo 3 mulheres e 2 homens. Desse número, 4 candidatos estão em partidos localizados à esquerda e 1 em um partido de direita. As três mulheres candidatas são: Ingrid Assis, de 31 anos, candidata a Governadora de Santa Catarina pelo PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado); Tatiane Picanço, de 33 anos, candidata a co-governadora do Pará pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) e Sônia Guajajara, de 44 anos, candidata a co-presidenta da República também pelo PSOL. Os dois homens candidatos são: Francisco Gonzaga, de 60 anos, candidato a governador do Ceará pelo PSTU e General Mourão, de 65 anos, candidato a vice presidência da república pelo PRTB (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro) A autodeclaração de Mourão, no entanto, é vista por parte dos indígenas como oportunismo e não é reconhecida por alguns, veremos essa discussão mais adiante, ao tratarmos das entrevistas de Sônia Guajajara.

Outro recorte da pesquisa e que cabe introduzir inicialmente, é o contexto amazônico no qual estão inseridas Tatiane Picanço e Sônia Guajajara, considerando que ao longo da dissertação esse dado vai ser importante para análise. Sem dúvida, todo o território que hoje conhecemos como Brasil, foi palco de intensas ações violentas consideradas de “ocupação”, “conquista” e “colonização” em prejuízo dos povos indígenas. No entanto, a região conhecida como Amazônia Legal apresenta especificidades. Primeiramente, é a região com maior

presença indígena no Brasil, conforme dados do IBGE. Em segundo lugar, a biodiversidade relativamente preservada que faz parte dessa região é alvo de interesses para exploração predatória há séculos. A resistência indígena na preservação do território e na sua forma de vida choca com essa realidade. O período de maior impacto na Amazônia, no entanto, se deu durante o regime militar, em que foram instituídos uma série de projetos de desenvolvimento para o país. A Amazônia brasileira esteve entre um dos alvos centrais dos governos militares como uma fonte de crescimento e expansão do país, em termos econômicos, sociais e políticos, com objetivo de ocupar um grande “vazio demográfico” (LACERDA, 2014). Essas transformações, no entanto, trazem graves impactos ambientais e sociais para essa região que refletem até os dias atuais. O governo militar tinha como pauta a modernização do país, e nesse contexto, sua visão era de que a Amazônia deveria ser povoada, dando estímulo à expansão da economia. Para tal, o governo passa a incentivar, através do slogan “integrar para não entregar”, a distribuição das terras “desocupadas”, de forma central para pessoas da região Nordeste que passavam por tensões sociais (processos de reivindicação por reformas agrárias) (SERRA e FERNÁNDEZ, 2004; LACERDA, 2014). Atualmente, a maior parte de áreas sob pressão – marcadas por projetos legais ou ilegais de exploração de recursos naturais de forma predatória - encontra-se nos estados que compõe a região da Amazônia Legal (Amazônia sob pressão: 2020). A região pan-amazônica (que reúne, além do Brasil, Bolívia, Peru e Colômbia) é também alvo de monitoramento de conflitos socioterritoriais pela Comissão Pastoral da Terra e outras instituições. Segundo relatório recente (CPT, 2020), a maioria dos conflitos desse tipo no Brasil (60%) deve-se ao agronegócio, o que impacta diretamente áreas protegidas como Terras Indígenas. Nos outros países, esse mesmo percentual gira em torno de 45%.

Posterior ao período de ditadura militar, foi possível notar as consequências do regime ditatorial na região amazônica, conflitos territoriais, assassinatos de lideranças, brigas entre governos e ONGs de defesa desse território, uma problemática que alcançou repercussão internacional. Sob essa pressão, os governos seguintes buscaram a implementação de projetos ambientais de preservação da Amazônia. No entanto, o interesse pelo chamado “desenvolvimento” do país não abandonou os interesses dos governantes que mesmo que no discurso apontassem para a necessidade de preservação, deram continuidade às práticas do período militar (SERRA e FERNÁNDEZ, 2004). Nesse sentido, as desigualdades sociais se tornam cada vez maiores nesse contexto, diferentes conflitos pelo uso da terra, que atingem povos indígenas, trabalho escravo que não são vistos pela sociedade e ignorados pelos veículos de comunicação, exploração desenfreada de recursos naturais, por madeireiros, grileiros, garimpeiros, donos de gado, grandes produtores rurais etc. A minha decisão de recorte de

pesquisa, se dá, portanto, a partir da compreensão da necessidade de trabalhos que evidenciem as particularidades e problemáticas que permeiam a Amazônia brasileira. Nesse sentido, pensar a participação de mulheres indígenas da Amazônia nos processos eleitorais, passa por compreender as especificidades desse contexto que as cercam e, como pergunta, saber como esse pertencimento é apresentado e articulado.

Antes de apresentar os capítulos que compõem este trabalho chamo a atenção para a forma de escrita ao me referir aos “movimentos indígenas”. Faço essa nomeação no plural por entender que assim como os povos indígenas são plurais, os movimentos também o são. Como veremos, há diversas organizações e articulações em nível local, regional, pan-amazônico etc. Ao longo dessa dissertação, buscarei enfatizar essa diversidade, ainda que, naturalmente, sejam notadas iniciativas de colaboração e até mesmo de unificação entre os movimentos.

Sendo assim, a estruturação desta dissertação se dá em três capítulos. No primeiro, discuto a emergência de candidaturas indígenas nas eleições de 2018. Considerarei necessário apresentar brevemente o recrudescimento da extrema direita no Brasil, para pensar o contexto de inserção das candidatas envolvidas no estudo. Nele, apresento características que nos levam a entender a extrema direita no Brasil e como ela ganhou maiores proporções, como por exemplo a construção de um inimigo em um momento de crise, através do medo e da insegurança da população (SOLANO, 2018); o apego às questões morais e o combate a chamadas “ideologias”, onde a questão da sexualidade ocupa posição central (SOLANO 2018); ações de militarização da vida (TELES, 2018); a construção do imaginário do “cidadão de bem” (KALIL, 2018). Essas características nos levam a entender a força de Bolsonaro no período eleitoral de 2018. Essa primeira análise é importante para a discussão que sigo fazendo neste primeiro capítulo, e que se refere aos ataques da extrema direita aos povos indígenas. Afirmando que o recrudescimento da extrema direita tem ataques diretos aos grupos minoritários, como de mulheres, LGBTQIA+, negras e negros, e indígenas etc. Dessa forma, me preocupo em demonstrar como os direitos dos povos indígenas estão sob ameaça com o recrudescimento da extrema direita no país. Apresento falas de Bolsonaro no período de sua campanha eleitoral que indicam que sua vitória é de grande perigo para os povos indígenas. Ele ameaça nitidamente seus territórios, afirmando que não vai demarcar mais nenhum território indígena, e que pretende retirar a demarcação daqueles já legalizados, além de demonstração de racismo e preconceito contra esse povo. Para melhor entender como os direitos indígenas estiveram sob ataque, mesmo que vá além dos limites temporais deste trabalho, resolvi avaliar as medidas do governo Bolsonaro com os indígenas após a sua vitória em 2018. Foram ataques direcionados a saúde indígena, através de projeto de municipalização; regularização de mineração em terras

indígenas; fim das cestas básicas distribuídas nas aldeias; descaso com a saúde em meio à pandemia do coronavírus; negligência acerca das queimadas que atingiram territórios indígenas em 2020; acusação por parte do governo de que os próprios indígenas que eram os responsáveis pelas queimadas, entre outros tantos ataques que já eram previstos pelos povos indígenas antes de Bolsonaro ter ganhado as eleições de 2018. A última discussão do primeiro capítulo gira em torno da compreensão da emergência das candidaturas de mulheres indígenas no processo eleitoral de 2018. Apontar porque as candidaturas de indígenas, e de forma específica, de mulheres indígenas se tornam importantes no cenário de recrudescimento da extrema direita, mas ao mesmo tempo indicar que essa não é a única motivação dessas candidaturas, mas como veremos, é um movimento de construção dos movimentos indígenas ao longo dos anos. Nesse sentido, sigo apresentando como se construiu as candidaturas de Tatiane Picanço e Sônia Guajajara dentro do PSOL, partido de militância das duas, através das entrevistas realizadas com três militantes do partido que auxiliaram na construção dessas candidaturas e foram apresentados acima.

No segundo capítulo, apresento a trajetória de Tatiane Picanço e Sônia Guajajara até a chegada no processo eleitoral de 2018. Na parte referente a trajetória de Tatiane Picanço busco, antes de entrar em sua trajetória propriamente dita, fazer uma discussão sobre o contexto histórico no qual ela está inserida e realiza sua militância e sua participação eleitoral. Nesse sentido, no primeiro momento, apresento a história dos povos indígenas do baixo rio Tapajós, tendo como assunto central a colonização europeia na região. Em seguida, discuto o processo de reconhecimento dos povos indígenas e a organização do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (espaço central de militância indígena na região) para, em seguida, discutir a trajetória de Tatiane, a partir desse contexto de inserção. Na parte referente a trajetória de Sônia Guajajara, trouxe, da mesma forma, o contexto histórico em que ela está inserida, mas de forma a relacionar a sua vida e construção como liderança em contexto marcado pela violência que atinge o povo *Guajajara* na defesa de seu território e do meio ambiente. Trazendo em seguida a apresentação de duas organizações indígenas criadas no Maranhão que lutam na defesa de garantir os direitos indígenas e das mulheres indígenas que vivem nesse estado, demonstrando as respostas desses povos às diferentes violações. Sigo apresentando a trajetória de Sônia Guajajara a partir da análise das entrevistas disponíveis em sites da internet que serão detalhadas nesse capítulo.

No último capítulo, discuto alguns dos efeitos da eleição de 2018. Essa eleição não resultou na vitória eleitoral das lideranças indígenas envolvidas nesta pesquisa, no entanto foi eleita a primeira mulher indígena para o Congresso Nacional e outra para um mandato coletivo

na cadeira de Deputado Estadual, na Assembleia Legislativa de São Paulo - ALESP. Esse período eleitoral indica ainda, um processo de crescimento da participação de indígenas nas diferentes instâncias da política partidária, as candidaturas tiveram um crescimento de 56,47% comparado à eleição de 2014. Em seguida, como forma de abarcar o período em que escrevo essa dissertação, fiz uma seção na tentativa de compreender o movimento de continuidade da eleição de 2018 para a de 2020. Nesse sentido, localizei onde estavam Sônia Guajajara e Tatiane Picanço durante a disputa eleitoral de 2020. Tatiane Picanço, que tinha a eleição de 2018 como sua primeira participação como candidata em uma disputa eleitoral, em 2020 se candidata novamente, desta vez compondo um mandato coletivo com outras três mulheres. Sônia Guajajara, mesmo não se candidatando novamente, foi importante articuladora de diversas candidaturas, participando na construção da “Campanha Indígena”, proposta pela APIB, que apoiava e divulgava as candidaturas localizadas em todo o território nacional. Sem distinção partidária, o movimento buscou evidenciar as candidaturas através da chamada “Parente Vota em Parente”.

Na última seção deste capítulo e desta dissertação, faço um movimento que pode parecer anacrônico, mas que é resultado do desenvolvimento das reflexões teóricas e empíricas realizadas durante a investigação. Iniciei esse trabalho com o interesse de pensar formas específicas de inserção de mulheres indígenas na política – a participação em pleitos eleitorais. Possivelmente, como boa parte das pessoas não diretamente envolvidas com o tema da mobilização indígena, considere tratar-se de um movimento crescente, emergente e merecedor de investigação. No entanto, ao longo da análise das entrevistas, e através dos materiais coletados, consigo compreender que esse crescimento de mulheres indígenas concorrendo em eleições é, sem dúvida, resultado de transformações políticas recentes que, contudo, remontam ao início das organizações indígenas nos anos 80. Assim, ainda que dados atestem o crescimento de candidaturas indígenas nas últimas eleições, argumento que a participação de mulheres indígenas em pleitos eleitorais é uma das feições recentes do histórico de lutas, de reivindicações e de construção dos movimentos que busquei descrever.

1 EXTREMA DIREITA NO BRASIL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA INDÍGENA

Neste capítulo pretendo levantar o debate acerca da emergência de candidaturas de mulheres indígenas no processo eleitoral de 2018. Para tanto, inicio a discussão apontando o recrudescimento da extrema direita no Brasil, evento central para pensar a disputa eleitoral que Sônia Guajajara e Tatiane Picanço estavam inseridas. Em seguida, analiso as principais investidas de movimentos e partidos de extrema direita contra os direitos dos povos indígenas, para que dessa forma possa compreender quais são as ameaças presentes nessa disputa eleitoral polarizada, e como é necessário candidaturas de mulheres indígenas nesse contexto

Considero extrema direita no Brasil a partir das três vertentes destacadas por Miguel (2018): libertarianismo⁵, fundamentalismo religioso e a reciclagem do antigo anticomunismo. Além desses três eixos centrais que a distinguem de outros espectros políticos, sigo apresentando suas características marcantes no cenário político atual. Essa análise faz-se necessária no sentido de que o processo eleitoral de 2018 acontece em um contexto de forte recrudescimento da extrema direita no país, essa transformação no cenário político é fundamental para ser avaliado neste trabalho por trazer a dimensão política das candidaturas de mulheres indígenas.

Para falar do recrudescimento da extrema direita no Brasil atual é necessário fazer um retorno histórico às jornadas de junho de 2013, para tal, trago referência em Pinheiro-Machado (2019), para a autora, trata-se de uma sequência de manifestações que se espalharam por todo o país - sem liderança específica - que reuniu pessoas de diferentes grupos sociais reivindicando uma série de mudanças que também tendiam a variar conforme o lugar em que aconteciam. Dentre essas reivindicações, destacavam-se a redução dos preços das passagens dos transportes públicos, que vinham aumentando em todos os estados, além das reivindicações mais específicas, como no Rio de Janeiro, pelo grande investimento na copa das confederações que ocorreria no Brasil em 2014, trazendo projetos de desocupações, como na Aldeia Maracanã, por exemplo (Pinheiro-Machado, 2019).

Considero necessário falar de 2013 porque esse marco de manifestações divide opiniões até os dias de hoje entre acadêmicos, militantes partidários e de movimentos sociais. Os militantes que se relacionam com o governo PT, principalmente, consideram que em 2013

⁵ A ideologia libertariana, descendente da chamada “escola econômica austríaca”, e influente em meios acadêmicos e ativista dos Estados Unidos, prega o menor Estado possível e afirma que qualquer situação que nasça de mecanismos de mercado é justa por definição, por mais desigual que possa parecer (Miguel, 2018, p. 19)

começou a perseguição política que tirou a presidenta Dilma Rousseff do poder três anos depois. Afirmam que as manifestações de 2013 foram um erro e que beneficiaram o recrudescimento da extrema direita no país. No entanto, uma outra parte de acadêmicos e militantes consideram as jornadas de junho como um importante marco de crescimento de uma série de movimentos revolucionários, como movimentos negros, de mulheres, LGBTQIA+s, mas entendem que a extrema direita também participa desse movimento e se vale deles para crescer (Pinheiro-Machado, 2019).

Particularmente, me posiciono na segunda linha de análise e construo minha argumentação tendo como base Pinheiro-Machado (2019). A autora afirma que as jornadas de junho foram um importante marco para muitos movimentos revolucionários no país, que se organizaram politicamente. No entanto, essas manifestações são apropriadas pelas elites brasileiras e movimentos de extrema direita, que veem uma oportunidade de crescimento pelo descontentamento da população. Trazem consigo, nesse momento, a bandeira anticorrupção como central no movimento, esvaziando o debate político-econômico. Em decorrência desses movimentos variados que surgem a partir de 2013 podemos afirmar que o país entra em um processo de polarização radical.

Sabemos que essa polarização teve custos altos para a sociedade brasileira, abriu feridas e impactou de forma dramática nossas relações pessoais e familiares. O lado que hoje está no poder é justamente aquele que se sentiu autorizado, sem constrangimento, a falar e praticar seu rancor, preconceito e violência contra as mulheres, as pessoas negras, os indígenas e os LGBTQIA+s. Por outro lado, essa talvez seja também uma oportunidade de romper de forma definitiva com a falsa imagem de um país cortês no qual imperam a democracia racial e a harmonia popular. Nunca imperaram. (Pinheiro-Machado, 2019, p. 43)

Pinheiro-Machado (2019) chama atenção para os processos que seguiram 2013 até o crescimento acirrado da extrema direita no poder, situação atual do país. Descreve como a polarização política que se desenvolve no século XXI tem certa semelhança com as do século XX, por um lado insurgências populares, por outro recrudescimento da extrema direita e movimentos conservadores. A diferença de antes para hoje se dá no fato de que a esquerda não possui a mesma força que tinha no século XX, enquanto a extrema direita é quem detém o maior poder político e econômico. A autora aponta ainda que ao longo dos anos, no Brasil, movimentos de direita se articulam e se organizam em diversas reuniões, fóruns, institutos e já iniciavam discussões sobre a suposta “doutrinação marxista e comunista”, sobre a qual acusam partidos de esquerda. Nesse sentido, as oportunidades que vieram nos anos que se seguiram só intensificaram um posicionamento que já caminhava ao lado da direita brasileira.

O ano de 2013 foi importante nesse processo, como descrito acima, e a partir de 2014 no processo eleitoral, já é possível ver o resultado da mobilização da extrema direita, que elegeu

uma das bancadas mais conservadoras da história. Desta forma, os anos de 2015 e 2016 foram marcados por muitas manifestações - organizadas pelo MBL (Movimento Brasil Livre) e o Vem Pra Rua⁶ - pró-impeachment, contra o governo PT, contra a corrupção, a favor da família tradicional e de cunho nacionalista (Pinheiro-Machado, 2019). Esses movimentos, que se diziam apartidários de início, começaram a apoiar a candidatura de Jair Bolsonaro em 2017, que resultou na sua vitória em 2018 e a vitória de uma série de deputados, senadores e governadores de extrema direita.

Solano (2018), de forma semelhante, nos traz apontamentos centrais para pensar a crise da democracia que vem passando o Brasil e as características mais centrais dos extremismos da direita nesse cenário. O recrudescimento da extrema direita se intensifica com o processo de impeachment da presidenta da república Dilma Rousseff, que inicia em 2015 e se efetiva no ano de 2016. Nesse momento, a democracia brasileira começa a se abalar através de um processo que revela a sua instabilidade por meio de um judiciário que demonstra falhas sérias e nítida parcialidade nos processos investigativos, além da crise econômica que assola o Brasil, da mesma forma que outros países do mundo, trazendo um crescimento do desemprego e da precariedade.

Os anos em que o Partido dos Trabalhadores esteve no poder - 2003 a 2010 com Luiz Inácio Lula da Silva e 2011 a 2016 com Dilma Rousseff - no Brasil trouxe mudanças significativa nas características da população, promovendo a famosa "ascensão social", que movimenta algumas camadas da população para uma "nova classe média" mudando o posicionamento dessas pessoas dentro do cenário político. Como consequência desse fato, a elite brasileira sentiu-se ameaçada pela aproximação com as camadas mais populares da sociedade e o ódio petista se dilui nesses setores sociais "ameaçados". Nesse sentido, o "antipetismo" é uma característica central no processo de recrudescimento da extrema direita. A culpabilização pelo desemprego, pela crise econômica e principalmente pela corrupção fez com que o governo do PT fosse colocado como o maior inimigo da população. Como resultado, muitas pessoas passam a apoiar movimentos contrários ao Partido dos Trabalhadores, criando polos de oposição entre partidos de esquerda (principalmente o PT) e os partidos de direita (de forma mais radical, os de extrema direita). Parte do recrudescimento da extrema direita no Brasil se dá pela repulsa das pessoas em relação à imagem construída desse partido e de todos os outros envolvidos nos escândalos de corrupção (Solano 2018).

⁶ Movimentos que surgiram em 2013 e se consolidaram em 2014 com uma plataforma política voltada para a direita e como bandeira central o antipetismo

Pinheiro-Machado (2019) destaca que um número considerável de apoiadores de Bolsonaro se dá por pessoas que apoiaram o PT no passado, mas que se desapontaram com o partido ao longo dos anos, tendo início com o escândalo do mensalão. Estes grupos foram influenciados pelo discurso da mídia, que apontavam o PT como o único responsável pelas mazelas do país e apoiavam cegamente a lava-jato⁷ e o juiz Sérgio Moro⁸. No entanto, a autora afirma que atualmente o ódio pela corrupção não se dá apenas pela classe média antipetista, mas é um sentimento de grande parte da população que se encontra em situação de vulnerabilidade social, que assistem ao sucateamento de suas escolas, hospitais e postos de saúde, seus familiares morrendo por falta de atendimento, sabendo que faz parte da corrupção de seus representantes políticos, que desviam as verbas destinadas a atender as necessidades básicas dessas pessoas.

Conforme afirma Solano (2018), cria-se uma forte descrença nos partidos políticos e na instituição política como um todo. Assim, o que ganha popularidade das pessoas nesse momento são candidatos que afirmam não ser “políticos profissionais” e nessa argumentação buscam se afastar do estereótipo pejorativo de ser político. Kalil (2018) destaca também que a corrupção está em forte associação à esfera pública, as gestões públicas e não associam a corrupção ao mercado e empresas privadas, trazendo uma abertura para políticas neoliberais, que caem na aceitação da população que se encontra cansada de acreditar nas instituições públicas e seus representantes.

A associação do PT à corrupção é uma das mais fortes características da extrema direita, que desencadeou o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, a prisão do ex-presidente Lula, e o crescimento do ódio petista. O processo de investigação desencadeado pela lava jato, - cuja figura central era o juiz Sérgio Moro, visto de forma heroica por grande parte da população e

⁷“Em março daquele ano (2014), a Polícia Federal quebrou o sigilo de um posto de gasolina em Brasília que servia de disfarce para doleiros envolvidos com lavagem de dinheiro. Foi a descoberta de um posto de gasolina que realizava a lavagem de carros e, especialmente, a lavagem de dinheiro que inspirou o nome da operação da PF, integrada com o Ministério Público Federal — “Lava Jato”. Se o dinheiro terminava em Brasília, começava numa empresa de Londrina, no Paraná, razão por que a operação ficou sob responsabilidade da 13ª Vara da Justiça Federal, em Curitiba, então comandada pelo juiz Sérgio Moro — uma das muitas varas especializadas no crime de lavagem de dinheiro espalhadas pelo país, desde 2003, por iniciativa do Conselho Nacional de Justiça. E, novamente, não se tratava de coisa pequena. A investigação detonou um amplo esquema de corrupção na Petrobras, que envolvia um grupo de altos funcionários da estatal, as dezesseis maiores empreiteiras do Brasil organizadas em cartel e nossos principais partidos políticos — PMDB, PP, PSD, PSDB e, sobretudo, o PT.” (SCHWARCZ, 2019)

⁸ “Trabalha na 13ª Vara Criminal de Curitiba – especializada em crimes financeiros e de lavagem de dinheiro – ficou conhecido nacionalmente por ser o juiz responsável pelos processos da Lava Jato na primeira instância.”, in: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2018/11/01/sergio-moro-veja-quem-e-o-juiz-que-ganhou-projecao-nacional-com-a-lava-jato.ghtml>

exaltado pela grande mídia - demonstrou grande parcialidade ao focar suas principais forças nas acusações ao governo do PT. Casara (2018) chama atenção para a questão jurídica no Brasil, e como esta serve para a manutenção das estruturas de poder. Segundo sua análise, os atores jurídicos seguem uma tradição autoritária desde a ditadura militar e trazem resquícios da escravidão, que ainda hoje refletem a forma de atuar dessa instituição.

Nesse sentido, a naturalização da desigualdade e o autoritarismo são características históricas do sistema judicial, além de uma ideologia marcadamente patriarcal e patrimonialista. A partir do que o autor chama de “epistemologia autoritária”, o sistema judicial cai nas graças de uma parcela da população que acredita no punitivismo como forma de trazer a ordem e a segurança para o país. A mídia traz a grande parcela de responsabilidade ao construir a imagem de “bom juiz”. Em uma política de “populismo judicial”, se busca agradar a maior parte da população através de decisões judiciais, como forma de popularizar a justiça (Casara, 2018).

Dando continuidade às características da extrema direita no Brasil, destacam-se as questões morais. Articula-se uma lógica de combate a “ideologias”, entre as quais temas de orientação sexual ocupam espaço relevante no debate público. A acusação das pessoas que se posicionam na extrema direita é de que o Brasil está perdendo suas moralidades e se faz alusão direta ao período de ditadura militar, como sendo o momento da ordem, do respeito às normas, à autoridade, aos superiores e culpam novamente o PT por ser responsável por abrir espaço a atitudes consideradas profanas e imorais (Solano, 2018).

Solano (2018) destaca, nesse sentido, que “a criação do inimigo é uma ferramenta política muito aceitável em momentos de crises” (p.12), dessa forma, visualizamos que os ataques da extrema direita aos grupos minoritários fazem parte de um processo de medo e insegurança, que gera ódio e a necessidade de responsabilização desleal e irresponsável a certas pessoas e grupos políticos pela situação do país. O debate sobre punitivismo também adentra nesse movimento: a culpabilização do medo e da insegurança viabiliza argumentos de ódio que atingem o debate sobre segurança pública. Nesse sentido, tem início uma discussão acerca do “cidadão de bem”, que se vê refém de bandidos “protegidos” por direitos humanos. Dessa forma, os argumentos utilizados por essa parcela da população passam a girar em torno de frases como: “bandido bom é bandido morto”, “direitos humanos para humanos direitos”, entre tantas outras, frases repletas de ódio que beneficiam a criação de projetos como a redução da maioria penal, porte de armas etc.

Teles (2018) acrescenta a essa discussão sua reflexão sobre o recrudescimento da extrema direita no Brasil a partir de ações de militarização da vida e da política. O projeto de militarização tem como argumento chave a “sensação de insegurança” e o “medo” que atinge

indivíduos e legitima o uso desmedido da força pelas instituições de segurança. Tendo como justificativa o estabelecimento da ordem e a necessidade de proteção à violência, instituições de segurança usam, segundo o autor, “estratégia de guerra”, que produzem efeitos bem específicos às periferias, favelas, presídios, ocupações etc. “O pano de fundo da militarização na história recente é a ideologia do inimigo interno elaborada na ditadura e potencializada nas últimas décadas” (Teles, 2018, p. 70). De um lado a imagem “do cidadão de bem”, do outro, o vagabundo. A partir da sensação de medo, intensificado pela mídia e por falas de governantes, se reforça o argumento favorável ao uso da violência. Tendo como referência a norma apoiada pelas leis, se constrói a imagem do anormal, que deve ser curado ou eliminado. Os inimigos, nesse contexto, são aqueles que o autor chama de “corpos de luta”: corpos negros, pobres, de mulheres, de indígenas etc.

Com essa argumentação, cresce o ataque a minorias sociais, como movimentos feministas, negros, indígenas, e LGBTQIA+s. Kalil (2018) afirma que os “cidadãos de bem” os consideram corruptos por “confundirem direitos com privilégios”, e não realizarem seus deveres para com a sociedade. A construção da imagem do “cidadão de bem”, segundo Kalil (2018), teve seu início também em 2013, quando grupos de direita e extrema direita dividiram espaço aos movimentos progressistas e de esquerda. No entanto, esses primeiros não queriam se associar aos segundos, considerados “baderneiros”. Nesse sentido, se construíram como os manifestantes pacíficos, apoiadores da polícia:

Assim, o “cidadão de bem” refere-se a um conjunto de condutas dos indivíduos na vida privada, a um conjunto de formas específicas de reivindicação política na vida pública e a um conjunto particular de temas e agendas que passaram a ser consideradas como legítimos. (Kalil, 2019, p. 9)

A partir de sua pesquisa realizada em manifestações e movimentos de apoio ao Bolsonaro, Kalil (2018) conseguiu traçar algumas características que compõem a amplitude desses eleitores, categorizados como: 1- As pessoas de bem: Instituições fortalecidas para o fim da impunidade; 2- Masculinidade viril: Armas para os civis fazerem justiça com as próprias mãos; 3- Nerds, gamers, hackers, e haters: a construção de um mito; 4- Militares e ex-militares: Guerra às drogas como solução para a segurança pública; 5- Femininas e “bolsogatas”: Mulheres empoderadas para além do “mimimi”; 6- Mães de direita: Por uma escola sem ideologia de gênero; 7- Homossexuais conservadores: “Homem é homem”, não importa se gay ou hétero; 8- Etnias de direita: Minorias perseguidas por se posicionarem a favor de Bolsonaro; 9- Estudantes pela liberdade: Voto rebelde contra a “doutrinação marxista”; 10- Periféricos de direita: Os “pobres” que desejam o “estado mínimo”.

Essas características são úteis para que possamos entender que eleitores de Bolsonaro não são apenas parte de uma classe média ressentida com o PT, mas se expande para diferentes grupos e classes sociais. Pinheiro-Machado (2019) considera que a vitória de Bolsonaro em 2018 conta com o apoio também das classes populares, como já foi mencionado, e que o apoio dessa parcela da população aos discursos de ódio, só demonstra a realidade de um Brasil fundado no ódio de classe, no racismo e na omissão do estado. Nesse sentido, a autora afirma: “Os que apanham da polícia real, mas torcem pelo policial ideal estão apenas expressando a própria contradição do modelo de nação brasileira” (p. 115).

Outra característica na extrema direita no Brasil é o seu ataque à ciência e ao pensamento crítico, colocando em disputa verdades sobre a humanidade e sobre o planeta (Pinheiro-Machado, 2019), como exemplo específico vemos perseguições a professores de ciências humanas e aos conteúdos que são passados em sala de aula, na acusação de que estes profissionais estariam doutrinando as crianças para o “comunismo” ou para partidos “esquerdistas”. O exemplo mais trágico dessa disputa do próprio conhecimento científico é o novo debate sobre “a terra ser plana”. Um assunto que muitos de nós achamos até engraçado de tão irreal que parece ser, mas da mesma forma que o bolsonarismo, é uma piada trágica que está crescendo em número de adeptos em todo o mundo.

Bolsonaro, deputado há vinte e oito anos, passava despercebido no conhecimento popular. Esse fato muda quando se percebe que a política é apreciada pela população brasileira como sendo um espetáculo (Pinheiro-Machado, 2019). Este deputado representa a imagem de um político “sem travas na língua”, que fala o que pensa sem avaliar as possíveis consequências de seus atos. Quando entende que seus posicionamentos polêmicos lhe traziam uma enorme repercussão midiática, Bolsonaro usa isso como forma de aumentar sua popularidade e tem um resultado positivo. A internet nesse momento tem um grande peso, a população constrói maior independência nas escolhas de seus políticos e as informações se deslocam de forma rápida e quase espontânea.

Candidatos de partidos menores, e por isso com menos tempo de televisão, ganham chances de se elegerem através das campanhas virtuais. Jair Bolsonaro é um exemplo disso, mesmo em um partido pequeno, ele deslançou uma campanha expansiva que atingiu um grande número da população, chegando à vitória eleitoral (Solano, 2018). Um político admirado por sua sinceridade, por sua “aproximação com o povo”, por “falar a língua do povo” e ao mesmo tempo alvo de piadas pela esquerda brasileira, como uma pessoa burra e ignorante, que fala coisas absurdas e impossíveis de serem levadas a sério. No entanto, muitos brasileiros se aproximam de Bolsonaro exatamente por seu jeito explosivo e ignorante de ser. Mesmo a

esquerda até os últimos meses da eleição achando que fosse uma piada, Bolsonaro ganha uma força inacreditável e se elege presidente da república.

Em linhas gerais, buscamos apresentar algumas características da extrema direita no Brasil com o objetivo de analisar o contexto em que ocorreram as eleições de 2018. Essas eleições ocorrem em meio a forte desenvolvimento de movimentos conservadores, moralistas, punitivistas, que demonstram apoio a ditadura militar e atacam descaradamente movimentos de mulheres, LGBTQIA+, de negros e negras, indígenas e tantos outros. Os movimentos indígenas, importantes na construção dessa pesquisa, vão ocupar as páginas seguintes deste trabalho, no sentido de analisar de que forma os movimentos de extrema direita no Brasil atacam especificamente esses grupos e quais os caminhos e as respostas organizadas.

1.1 Investidas da extrema direita contra os povos indígenas

O recrudescimento da extrema direita no Brasil, como dito acima, afeta principalmente grupos minoritários, como mulheres, negros, LGBTQIA+, e indígenas, estes últimos, foco da discussão dessa pesquisa. Os direitos dos povos indígenas estão sendo gravemente ameaçados com o recrudescimento da extrema direita e do bolsonarismo no país. A constituição de 1988 se colocou como garantidora dos direitos e interesses das populações indígenas, a partir da demarcação de seus territórios, preservação de sua cultura e de seus costumes. No entanto, o que ocorre desde a constituição (como antes dela), é o ataque a essa população, que pode ser notado a partir da invasão de seus territórios e descaso do governo federal em proteger seus direitos, sendo muitas vezes, o perpetuador de violência e violações.

O crescimento do bolsonarismo no período anterior às eleições de 2018 trouxe muita preocupação aos povos indígenas. No processo de campanha eleitoral, Bolsonaro não escondeu em nenhum momento o seu ódio contra os direitos indígenas e suas intenções caso ganhasse o processo eleitoral. Seu ataque, no entanto, não tem início com o processo de campanha eleitoral, mas vem de muitos anos como político. Em 1988, ele afirma ao Correio Brasiliense: “pena que a cavalaria brasileira não tenha sido tão eficiente quanto a americana, que exterminou os índios”⁹. Com sua visibilidade política nos últimos anos e sua candidatura à Presidência da República para a eleição de 2018, se torna mais real a ameaça de sua vitória em 2018, falas

⁹ <https://www.issuenoticia.com.br/opiniaogoverno-bolsonaro-estimula-o-ataque-aos-povos-indigenas/32261> - 28/10/2020

repletas de ódio e violência eram constantes em seus comícios, eventos e reuniões de campanha, como:

Essa política unilateral de demarcar a terra indígena por parte do Executivo vai deixar de existir, a reserva que eu puder diminuir o tamanho dela eu farei isso aí (<https://www.issoenoticia.com.br/opiniaogoverno-bolsonaro-estimula-o-ataque-aos-povos-indigenas/32261>)

Se eleito eu vou dar uma foçada na FUNAI, mas uma foçada no pescoço. Não tem outro caminho. Não serve mais. (<https://www.issoenoticia.com.br/opiniaogoverno-bolsonaro-estimula-o-ataque-aos-povos-indigenas/32261>)

Estas não foram apenas promessas de campanha, como vemos em muitos políticos. Assim que eleito, Bolsonaro começou uma série de ataques aos direitos indígenas. No seu primeiro dia de mandato como presidente da república, dia 01 de janeiro de 2018, Bolsonaro emite a medida provisória (MP 870), que retira o poder de demarcação das terras indígenas da FUNAI e passa para o Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária. Uma decisão que evidencia o desejo do então presidente em retirar as terras dos povos indígenas, considerando que este Ministério é formado por defensores de grandes proprietários de terra envolvidos em conflitos com povos indígenas. É óbvia a percepção de que estando nesta competência, nenhuma terra indígena será devidamente demarcada nos próximos anos, e aquelas que já estão demarcadas, correm o risco de perder a demarcação.

Outro grande ataque do governo Bolsonaro aos povos indígenas diz respeito à municipalização da saúde indígena. Em maio de 2019, o presidente emitiu o decreto 9.795 que tornava a SESAI - Secretaria Especial de Saúde Indígena - responsabilidade dos municípios. Desde a constituição de 1988 a responsabilidade com a saúde indígena fica a cargo do Governo Federal, para garantir suas especificidades, como o respeito às práticas tradicionais e costumes indígenas. Com essa transferência de responsabilidade, a SESAI tenderia a sofrer com um projeto de sucateamento e esvaziamento de suas funções, perdendo sua força de atuação e interferindo nas especificidades relacionadas à saúde indígena.

Acompanhando a Marcha das Mulheres Indígenas, que aconteceu três meses depois desse projeto de lei, pude ver a repercussão da decisão de Bolsonaro. Em um dos dias da marcha, foi construído um ato em frente ao prédio onde fica a SESAI, em que centenas de mulheres indígenas se reuniram com um carro de som para reivindicar o fim do decreto de municipalização da saúde indígena. O prédio foi ocupado por essas mulheres, que exigiam seu direito à saúde de qualidade que atendesse a suas necessidades como povo, criticando o descaso atual que sofriam, com falta de atendimentos médicos, ausência de profissionais qualificados - que falasse as línguas indígenas -, que tratassem os povos com respeito.



Foto: Viviane Heringer Tavares, “I Marcha das Mulheres Indígenas” 12/08/2019, Brasília - DF

Nós já estamos sofrendo o desmonte da nossa DSEI (Distrito Sanitário Especial Indígena), o desmonte da nossa SESAI, o desmonte dentro dos nossos polos. O pouco que ainda conquistamos, hoje já não temos mais, está sendo retirado. Então hoje, nós viemos aqui, com todos os povos originários, reivindicar essa conquista que não foi o governo que deu para nós, foi uma luta de todos os povos indígenas, que se reuniram, como estão agora, reivindicando para que acontecesse a secretária especial da saúde indígena, esse lugar é nosso, nós que temos que ocupar esse lugar, e hoje, estamos aqui gritando com uma parente, que está ocupando esse espaço, que deveria olhar para nosso povo, e se nada, atender as demandas, nos acusando de um monte de crime. Então, nós estamos aqui todas, todas as mulheres, da região sul, da região sudeste, da região norte, pra gritar que nós não aceitamos o desmonte da SESAI, nós não aceitamos mais o sangue dos nossos indígenas, das nossas crianças, das nossas mulheres sendo derramados em nossas aldeias. E quero deixar também um recado aqui para a secretária da saúde: esse sonho, de conseguir uma secretaria especial da saúde indígena foram dos nossos antepassados, dos nossos encantados. Hoje, a gente veio aqui clamar e gritar e espero que esses gritos seja o seu sonho, quando você colocar a sua cabeça no travesseiro e escutar o clamor das mulheres, o clamor das crianças, o clamor dos povos indígenas que estão derramando seu sangue nas suas aldeias. Não aceitamos o retrocesso, não aceitamos uma parente dentro da nossa secretaria contra os nossos povos indígenas, não aceitamos o governo atual que vem com essa proposta de extermínio dos povos indígenas, nós não vamos recuar, nós vamos cada vez mais ocupar nossos espaços (Mulher indígena da região sul, 12 de agosto 2020, ato contra a municipalização da SESAI)

Ao analisar a fala de uma das mulheres indígenas presentes na marcha, conseguimos entender que a SESAI foi uma conquista dos povos indígenas a partir de muita luta e organização, e que tem sido ameaçada pelo governo Bolsonaro. Ela fala diretamente à secretária da SESAI, Silvia Nobre Waiãpi, mulher indígena que compõe o governo, mas que não defende os direitos dos povos indígenas, afirma que ela, ao colocar a cabeça no travesseiro, vai ouvir o clamor dos indígenas, das crianças, das mulheres, que estão tendo seu sangue derramado por conta do descaso com a saúde e com as necessidades dos povos indígenas. Afirma ainda que, as mulheres indígenas, organizadas em marcha, não aceitam o governo de Bolsonaro e a tentativa de extermínio dos povos indígenas. O documento final da Marcha das Mulheres Indígenas deixa clara a posição delas em relação ao atual governo e as violências que vêm sofrendo a partir das suas políticas:

Somos totalmente contrárias às narrativas, aos propósitos, e aos atos do atual governo, que vem deixando explícita sua intenção de extermínio dos povos indígenas, visando à invasão e exploração genocida dos nossos territórios pelo capital. Essa forma de governar é como arrancar uma árvore da terra, deixando suas raízes expostas até que tudo seque. Nós estamos fincadas na terra, pois é nela que buscamos nossos ancestrais e por ela que alimentamos nossa vida. Por isso, o território para nós não é um bem que pode ser vendido, trocado, explorado. O território é nossa própria vida, nosso corpo, nosso espírito (Documento final, Marcha das Mulheres Indígenas: “Território: nosso corpo, nosso espírito”, Brasília - DF 09-14 de agosto de 2019)

Bolsonaro perpetua ataques diretos aos territórios indígenas, que já vinham sendo ameaçados ao longo dos anos, mas que se intensificam em seu mandato. Ele afirmou em sua campanha eleitoral: “em 2019 vamos desmarcar [a reserva indígena] Raposa Serra do Sol. Vamos dar fuzil e armas a todos os fazendeiros”¹⁰. Sua preocupação como governante é de garantir o fim das demarcações de terras indígenas já efetuadas e a não realização de mais nenhuma demarcação. Afirmando que dará arma a todos os fazendeiros numa expressão nítida de apoio à violência que já é perpetrada contra indígenas nas disputas territoriais.

Os povos indígenas, diante da lei, possuem o direito às terras que são habitadas por eles, para nelas terem suas casas, plantar e colher seus alimentos, preservar a sua cultura e seus costumes. Porém, este direito vem sendo retirado ao longo dos anos, e isso se dá pelos interesses de grandes empresários, latifundiários, fazendeiros etc., que assolam seus territórios. Mesmo depois que é finalizado um processo de demarcação, que culmina com a titulação, a garantia do direito à terra não é total, os interesses sobre esses territórios são imensos e isso gera grande resistência de quem é contra a essa demarcação, que levam novos processos a justiça, para que seja revogada a lei de demarcação de terras indígenas.

¹⁰ No Congresso, publicado em 21 Janeiro 2016 - <https://survivalbrasil.org/artigos/3543-Bolsonaro>

Tudo o que tem sido defendido e realizado pelo atual governo contraria frontalmente essa forma de proteção e cuidado com a Mãe Terra, aniquilando os direitos que, com muita luta, nós conquistamos. A não demarcação de terras indígenas, o incentivo à liberação da mineração e do arrendamento, a tentativa de flexibilização do licenciamento ambiental, o financiamento do armamento no campo, os desmontes das políticas indigenista e ambiental, demonstram isso. (Documento final, Marcha das Mulheres Indígenas: “Território: nosso corpo, nosso espírito”, Brasília - DF 09-14 de agosto de 2019)

A luta territorial é uma luta que segue há anos cercada por violência e violações. Nesse cenário político, em que o próprio presidente afirma que não se preocupará com demarcação de terras indígenas e ainda se coloca ao lado dos fazendeiros e do agronegócio, incentivando a invasão dos territórios e violências contra indígenas a partir do uso de armas, os povos indígenas se veem ainda mais ameaçados e vulneráveis. O governo Bolsonaro, nesse sentido, na figura de suas instituições é responsável por grande parte da violência contra os povos indígenas, este que ameaça retirar seus direitos, invadir seus territórios e que legitima violências vindas de outros detentores de poder, como os fazendeiros, os madeireiros e garimpeiros etc. Assim o governo, através de suas instituições acaba se tornando opositor a essa população, porque ao invés de proteger, ameaça e violenta, permitindo que se ameace e violenta também.

“As mulheres precisam lutar para que esse governo respeite os povos indígenas, o governo quer mudar os direitos constitucionais, estão cortando nosso direito por causa do dinheiro” (Marcha das Mulheres Indígenas, 11/08/2019). O governo se mostra interessado em lucrar com as terras indígenas, a partir de grandes projetos de exploração por empresas privadas, que não se preocupam com a preservação ambiental. O presidente afirma em suas entrevistas que os povos indígenas não trazem lucro para o país por não produzirem, sem compreender a forma de vida e de sustento desses povos, e suas preocupações com a preservação das florestas e rios. No dia 12 de agosto de 2019, as mulheres reunidas em Brasília selecionaram uma comitiva para falar com a ministra do STF - Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, e denunciar os ataques que estavam sofrendo em seus territórios:

É para dizer que não aguentamos mais sofrer tanto, não aguentamos mais sangrar tanto, tantas vidas perdidas, de mulheres, de homens, de crianças, e aqui, sendo o judiciário brasileiro, a instância maior do nosso país, a gente vem aqui para pedir apoio, para pedir socorro, que a senhora possa se colocar no nosso lugar, possa se colocar com o pé no nosso território, para sentir, essa energia, a força dos encantados e das ancestralidades que nos guia todos os dias, e nos encoraja a seguir na luta (Sônia Guajajara em reunião com Cármen Lúcia, Brasília - DF)



Foto: Viviane Heringer Tavares, Reunião de lideranças indígenas com a ministra do STF, Cármen Lúcia, Marcha das Mulheres Indígenas, 12 de agosto de 2020

Foi necessário denunciar as violências e violações que sofrem os povos indígenas nas mais diferentes regiões do Brasil a uma instância de grande poder no Estado, circunstância em que mulheres de todos os estados se reuniram para falar a ministra sobre o desrespeito aos direitos indígenas promovido pelo próprio Governo Federal. Denúncias de assassinatos de suas lideranças, mulheres e crianças em invasões territoriais por parte de grandes fazendeiros, madeireiros, empresários etc., descaso com a saúde que leva a morte de muitos indígenas, preconceito cultural, racismo, estupro, roubo de crianças nas aldeias. Foram falas que emocionaram e chocaram pela dimensão da dor apresentada por aquelas mulheres. Em resposta, Cármen Lúcia afirma que:

Desde 88, os povos indígenas têm um capítulo especial na luta, na lei mais importante, que é a Constituição. E o papel deste Supremo Tribunal, quando acionado, é fazer valer os direitos que a constituição assegura a todos os brasileiros, portanto a todos nós aqui. (Cármen Lúcia em reunião com a comitiva de mulheres indígenas, Brasília - DF, 12 de agosto de 2020)

A ministra afirma a responsabilidade do STF, em garantir que se cumpra a Constituição Federal que assegura o direito indígena ao território, aos costumes e tradições. No entanto, isso não tem acontecido na prática e essa é uma das denúncias dos movimentos indígenas: o descaso das instituições governamentais em certificar que seja cumprido os direitos expressos na Constituição Federal de 1988. “Todos esses anos onde o STF colocou nossa dignidade? Onde os estados sempre foram contra nossos direitos, e desde o SPI, nós nunca tivemos nossos direitos de volta. O direito está no papel, mas não está na prática” (Fala de liderança indígena em reunião com Cármen Lúcia, 12 de agosto de 2020).

O ano de 2020 começou com Bolsonaro iniciando novas séries de ataques aos povos indígenas. Em fevereiro, ele anunciou um projeto de regularização de mineração em terras indígenas, usando como argumento a independência dessa população em usar seus territórios para gerar lucros. “O índio é um ser humano exatamente igual a nós” foi a fala usada pelo presidente para justificar um projeto de exploração nesses territórios, argumentando a necessidade de integração dos povos indígenas ao mercado de trabalho. Em nota, a APIB - Associação dos Povos Indígenas do Brasil, declara repúdio ao projeto de lei de Bolsonaro, ressaltando o racismo contra os povos indígenas a partir de suas falas. Apontando que o projeto de lei está repleto de mentiras e é apenas uma desculpa para a invasão e exploração de terras indígenas por grandes empresas.

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) vem a público manifestar o seu veemente repúdio às manifestações de ódio e racismo visceral que o governo Bolsonaro tem manifestado, rotineira e publicamente, contra os povos, organizações e lideranças indígenas do Brasil desde o seu primeiro dia de governo, tendo se materializado no anúncio de um Projeto de Lei que visa definir “condições específicas para a pesquisa e lavra de recursos minerais, inclusive a lavra garimpeira e petróleo e gás, e geração de energia hidrelétrica em terras indígenas”, realizado ontem, dia 5 de fevereiro. O anúncio, encoberto de falsas boas intenções e retóricas que induzem à cooptação e divisão dos povos e esquivam-se do real sentido da autonomia, para autorizar a invasão dos territórios indígenas por meio de outros empreendimentos, tais como a agricultura extensiva, a pecuária e outros empreendimentos predatórios. (nota divulgada pela Apib, 06 de fevereiro de 2020)

Em meio a uma crise sanitária que atinge diferentes regiões do mundo em função do coronavírus, o presidente age com grande irresponsabilidade. Os povos indígenas têm sido vítimas das ações de negligência e imprudência do governo brasileiro nesse contexto. Uma série de ações governamentais, ao invés de proteger, ameaçaram a saúde dos povos indígenas. No começo de março a FUNAI acabou com a distribuição das cestas básicas para as aldeias

indígenas, em período que corresponde ao início da pandemia, quando, mais do que nunca, o direito à alimentação de qualidade deveria ser garantido¹¹.

Após o vírus se espalhar pelo país, foram ignoradas as especificidades de tratamentos aos povos indígenas na questão de saúde. A indicação de manter em domicílio aqueles com suspeita de contaminação pelo coronavírus não levou em conta a organização de muitas aldeias, cujas residências são próximas, além de, muitas vezes, morar mais de uma família em uma mesma casa, facilitando a proliferação do vírus. Outra decisão equivocada foi a restrição da entrada da FUNAI nos territórios indígenas, sem se atentar para os invasores, que continuaram invadindo o território indígena e não foram devidamente penalizados¹².

A distribuição do auxílio emergencial também usou de um método geral para toda a população, a partir de um cadastro e acompanhamento virtual, sem atentar para o fato de muitas aldeias indígenas não terem acesso à internet, fazendo com que fosse necessário o deslocamento para cidades em busca do auxílio, aumentando o risco de contaminação. Nesse sentido, vemos um governo que não demonstra preocupação com a saúde e segurança dos povos indígenas, e que falhou e falha em agir nesse momento de crise na sanitária. A demora em pensar medidas de controle da contaminação dos povos indígenas, a falta de testagem nas aldeias, tem feito com que o vírus se espalhe rapidamente. Na última contagem de indígenas infectadas pelo vírus, do dia dois de novembro de 2020, eram 38.343 indígenas contaminados, 866 mortos e 161 povos afetados^{13 14}. Uma demonstração em números do descaso do governo Bolsonaro com os povos indígenas.

Além do coronavírus, em 2020, os povos indígenas têm sido vítimas das queimadas que afetam a Amazônia, o Pantanal e o Cerrado. Através dos veículos de comunicação nos tornamos espectadores do alastramento do fogo nessas regiões; vimos imagens de uma diversidade de animais sendo mortos, fogos invadindo territórios e aldeias indígenas, devastando a vegetação, sem que atitudes sejam tomadas pelo presidente Jair Bolsonaro, que tentou omitir o problema por quase um mês, acusando as pesquisas de mentirosas e as denúncias de outros países de exageradas e alarmantes. Depois de sofrer muita pressão interna e externa ao Brasil, Bolsonaro decide mandar as forças armadas brasileiras para ajudar no controle das queimadas¹⁵. No

¹¹ <https://covid19.socioambiental.org/>

¹² <https://covid19.socioambiental.org/>

¹³ <https://covid19.socioambiental.org/>

¹⁴ Levantamento independente realizado pela APIB

¹⁵ <https://www.jornalopcaodoentorno.com/post/2019/08/26/ap%C3%B3s-um-m%C3%AAs-negando-o-problema-bolsonaro-toma-atitude-contr-o-desmatamento-e-as-queimada>

entanto, em discurso proferido à ONU, em setembro de 2020, Bolsonaro mente diante de todo o mundo e acusa “caboclos e indígenas” de serem os responsáveis pelas queimadas no Brasil:

Nossa floresta é úmida e não permite a propagação do fogo em seu interior. Os incêndios acontecem praticamente nos mesmos lugares, no entorno leste da floresta, onde o caboclo e o índio queimam seus roçados em busca de sua sobrevivência, em áreas já desmatadas (Discurso do presidente Jair Bolsonaro a ONU, 22 de setembro de 2020¹⁶)

Sem responsabilidade com a verdade, o presidente do Brasil oculta as causas das queimadas e tenta retirar a sua responsabilidade do processo de controle desse processo desenfreado. Desde o início desse governo, as queimadas aumentaram em 30%, resultado de um projeto de corte de verbas para políticas de preservação de incêndios¹⁷, com objetivo de proteger os responsáveis pelo desmatamento, exploração e queimadas nas regiões citadas, muitas vezes, relacionados ao agronegócio e a exploração ilegal a esses territórios.

O presidente Jair Bolsonaro, sob os olhares do mundo, ao proferir tal acusação, comete mais um ato de violência contra os povos indígenas no Brasil. Ele não só responsabilizou, mas também criminalizou os povos indígenas que, de fato, são as vítimas dos crimes ambientais em curso no país. Entendemos que Bolsonaro deve ser responsabilizado por seus atos. Não é justo que os povos indígenas no Brasil venham a sofrer mais violência por mais uma acusação sem provas, fantasiosa, do senhor presidente. (Nota do CIMI, Brasília, 22 de setembro de 2020)

As acusações contra os povos indígenas não estiveram somente nas narrativas do presidente, mas nas do Ministro do Estado do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) general Augusto Heleno, que pelas redes sociais, fez uma grave acusação contra a APIB e, em particular, a Sônia Guajajara, como sendo responsáveis por divulgar *fake News*, uma acusação sem fundamentos e de grande irresponsabilidade, que coloca em risco a integridade de Sônia Guajajara.

O governo Bolsonaro se sente ameaçado pela mobilização dos povos indígenas em denunciar os ataques do governo. Sônia Guajajara, como veremos adiante, é uma importante representante dos povos indígenas do Brasil, levando suas reivindicações e denúncias do atual governo a diferentes instâncias de poder, inclusive de fora do país, dando visibilidade às articulações indígenas e se colocando como representante no processo de defesa dos direitos indígenas. Por esse motivo, é vítima de ataques e ameaças da extrema direita no país, que se mune de mentiras para deslegitimar os movimentos indígenas.

¹⁶<https://www.brasildefato.com.br/2020/09/22/bolsonaro-culpa-indios-caboclos-midia-e-ongs-por-queimadas-e-consequencias-da-covid>

¹⁷<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2020/09/12/em-um-ano-governo-bolsonaro-corta-verba-para-brigadistas-em-58.htm#:~:text=Mesmo%20com%20as%20queimadas%20na,inc%C3%AAndios%20florestais%20em%20%C3%A1reas%20federais.>

Em 5 de outubro de 2020 completou-se 32 anos do reconhecimento dos direitos indígenas através da promulgação da Constituição Federal de 1988. Comecei essa seção falando sobre ela e sobre as garantias dos direitos indígenas conquistados na legislação. Considero importante concluir falando novamente sobre ela, mas como um alerta do descumprimento de suas leis que vêm sendo realizadas contra os povos indígenas.

A APIB lamenta, porém, que após 32 anos da Carta Magna, as diversas garantias de direitos arrancadas com articulação e pressão social, incluindo as intensas mobilizações dos povos indígenas, estejam no atual momento político em franco retrocesso, sob a égide de um governo assumidamente autoritário, racista e anti-indígena, subserviente de interesses de corporações nacionais e internacionais, e que aproveitou-se da pandemia da Covid-19 para literalmente “passar a boiada”, atropelando ou suprimindo direitos de trabalhadores, as instituições e políticas públicas de saúde, educação, entre outras (estas, diferenciadas para os povos indígenas), bem como a reforma agrária e a demarcação e proteção, enfim, o respeito aos direitos territoriais, à organização social, à identidade e cultura, o usufruto exclusivo e a autonomia dos povos indígenas. Por conta dessa afronta aos direitos indígenas, executada pela via administrativa, jurídica e legislativa, é que a APIB, reitera o seu entendimento de que após 520 anos os povos indígenas brasileiros deparam-se com um novo projeto de invasão e genocida, comandado pelo governo Bolsonaro. (APIB Brasília-DF, 5 de outubro de 2020)

Até aqui, trouxe exemplos dos ataques promovidos pelo então Presidente da República contra os direitos dos povos indígenas, traçando um caminho desde a sua trajetória como deputado, depois no período de sua campanha eleitoral e posteriormente com sua vitória. No entanto, conforme apresentado anteriormente, o Presidente da República é resultado de um conjunto de tendências políticas que encontram representatividade em setores e partidos da extrema direita, em especial crescimento no Brasil dos últimos anos. Assim, por mais que o contexto dessa pesquisa seja o período eleitoral de 2018, considerarei de grande importância apresentar as decisões tomadas pelo governo Bolsonaro mesmo depois de eleito, período em que escrevo, pois como argumentei, trataram-se de promessas cumpridas que, por sua vez, informam o universo das candidaturas e das eleições de maneira geral. Pensar nos ataques de Bolsonaro é pensar também nas respostas dadas pelos movimentos indígenas e por candidaturas indígenas, em especial de mulheres indígenas em face à política atual. Pensar nas eleições de 2018, é entender que o que Bolsonaro fez depois de eleito já era esperado pelos movimentos indígenas e por isso analisá-lo se torna tão importante.

1.2 Emergência de candidaturas de mulheres indígenas em 2018

Tendo como base as problemáticas enredadas com recrudescimento da extrema direita no Brasil discutidas até aqui, se torna necessário pensar na emergência de candidaturas de mulheres indígenas nos processos eleitorais, e essa é a discussão que aqui se intenciona realizar.

Chamando atenção para o fato de que a emergência das candidaturas de mulheres indígenas tem a ver com o processo de recrudescimento da extrema direita, mas também tem a ver com processos próprios de protagonismo político dos movimentos indígenas. A seguir pretendo alcançar pontos que ajudem a pensar o que torna as candidaturas de indígenas, e de forma específica de mulheres indígenas, importantes no contexto de recrudescimento da extrema direita no poder em um amplo processo de polarização partidária, entre partidos de esquerda e de direita. Início analisando a problemática de representação dos povos indígenas pelos partidos políticos. Ao longo dos anos houve um crescimento no número de indígenas candidatos nos pleitos eleitorais, e nesse ponto, o debate de representatividade, se mostra importante para avaliar esse crescimento.

O Brasil, pensado a partir do período de redemocratização, intencionava garantir que os direitos de todos os cidadãos pudessem ser plenamente garantidos, no entanto, o que se esperava a partir da formulação teórica, não foi o que se viu nos últimos trinta e dois anos na prática. A representação política do país, em sua maioria, se encontra nas mãos de apenas um grupo que detém esse poder, esse grupo que se caracteriza por homens brancos, com alto poder econômico. Nesse sentido, ao longo dos anos, tem início um debate acerca da falta de representatividade política que reflita a pluralidade populacional do país. Sacchet (2012) afirma que existe um distanciamento entre os representantes e os vários setores da população e que “há constante manifestação de descontentamento e descrédito dos cidadãos dos seus representantes e um sentimento de desconexão e impotência para influenciar os processos políticos” (p. 400).

No que se refere à representação indígena nota-se um movimento, que vem crescendo ao longo dos anos, em busca de alcançar maior representação desse povo nas diferentes instâncias de decisão. A seguir aponto algumas questões teóricas que nos indiquem o desenrolar desse processo de representação na esfera política por parte destes grupos. Duarte (2017) nos traz uma percepção inicial de que os povos indígenas são quantitativamente relevantes nos processos eleitorais e nas disputas dos partidos, por esse motivo são alvos de muitas promessas por parte dos candidatos. No entanto, depois que encerra o processo eleitoral, na maioria das vezes, essas promessas não se concretizam, deixando uma descrença na possibilidade de serem representados. As instituições de representação indígena também são alvo de diferentes interesses partidários, Oliveira (2019) nos chama atenção para a questão do aparelhamento dessas instituições por interesses individuais. As instituições estão repletas de pessoas sem qualificação, sem conhecimento sobre as especificidades indígenas, em cargos centrais, como saúde, por exemplo. Os interesses políticos se sobrepõem à realização de um trabalho de qualidade, e por esse motivo, as políticas são descontinuadas, sobressaem o clientelismo e os

arranjos políticos. No entanto, é necessário destacar que muitos indígenas estão na busca de ocupar essas instituições e trazer importantes transformações nesse quadro.

Contudo, dentro desse cenário, existe uma certa descrença e preocupação dos indígenas em relação aos partidos políticos, que na maioria das vezes, não representam suas demandas e interesses. Costa, Esteves e Silva (2017) destacam que a eleição do partido dos trabalhadores foi um momento central na história dos movimentos indígenas. Baniwa (2007, apud Costa; Esteves; Silva, 2017) aponta que foi uma eleição muito esperada, pelo fato de o programa de governo ser uma esperança na luta pelos seus direitos, principalmente direitos territoriais. No entanto, depois de sua vitória eleitoral, o que permaneceu foi um sentimento de decepção pelo não cumprimento das promessas realizadas na campanha eleitoral, o número de terras demarcadas foi muito menor do que o esperado, além de ter havido retrocessos no número de terras incluídas nos processos de demarcações da FUNAI, o que acarretou um aumento no número de conflitos entre indígenas e invasores de suas terras.

Essa relação de desconfiança a determinados partidos políticos, incluindo os que estiveram no poder, pode nos fazer pensar que esta seria parte da motivação para a candidatura de indígenas a cargos políticos, considerando que muitos políticos fazem campanha com promessas de estar ao lado dos povos indígenas, mas nem sempre cumprem ao se elegerem. Com este fundamento, se torna cada vez mais necessário que os próprios indígenas entrem nessas instâncias de decisão, como forma de assegurar que suas pautas possam ser de fato garantidas. Baniwa (2007, apud Costa; Esteves; Silva, 2017) afirma que “a sensação de desconfiança dos povos indígenas com o governo Lula, neste período, foi amenizada pelo progresso na capacidade de luta, de ação e reação destes povos e de suas organizações” (p.14). Assim, a resistência e capacidade de organização desses povos nesse período foi a arma usada para lutar por seus direitos frente ao governo. E a partir desse contexto, considera-se que a formação de lideranças, chamando a atenção para as lideranças mulheres, foi importante para fortalecer os movimentos indígenas e estar na linha de frente na luta por seus direitos, tanto territoriais, quanto de políticas específicas para mulheres indígenas.

De forma muito central, como mencionado acima, as mulheres indígenas estão se engajando cada vez mais nas instâncias da política eleitoral. Depois de crescer em organização, em participação política, adentrar cargos públicos, se tornarem funcionárias da saúde, da educação, se elegerem como cacicas, estão adentrando a arena política e se colocando como possibilidade para seu povo. Sebastião (2012) destaca que as mulheres indígenas entendem que a entrada do indígena no sistema político brasileiro é o que gera a força para as reivindicações de políticas públicas para seu povo.

E estamos vendo de novo que não teremos um representante, pois até o momento não vimos uma liderança se preocupar com isso. Eu sei que é difícil a gente entrar na política por causa da discriminação, porque vem um e fala e fala na cabeça da gente, e vem outro e fala, e assim a gente acaba colocando um monte de candidato e mais uma vez fica mais quatro anos a ver navios, por quê? Porque não temos união de pensamento, não conseguimos falar a mesma língua, pessoas de fora nos desviam de nossos objetivos. A minha preocupação é essa, quando a gente vai comer a fatia desse bolo? Quase seis mil indígenas e não conseguimos colocar um vereador? Então essa é uma grande preocupação e a nossa liderança não percebe isso. (Entrevista cedida à pesquisa de Mestrado de SEBASTIÃO, 2012. p 121)

O trabalho de Sebastião (2012) e a fala acima se trata de uma pesquisa específica entre as mulheres do povo Terena. No entanto, mesmo que se trate de um caso particular e de uma eleição em instância municipal, é possível compreender a preocupação de suas entrevistadas no que diz respeito à representação política. Elas afirmam que necessitam de representação indígena nesses processos eleitorais, mesmo que nesse caminho possam sofrer possíveis discriminações. As interlocutoras da pesquisa entendem que para terem suas demandas atendidas devem ter quem represente esse povo “de verdade”, sendo parte dele. A mobilização das mulheres indígenas, a partir do crescimento de seus movimentos, abre caminho para candidaturas políticas, se tornando lideranças de seu povo também nos pleitos eleitorais.

Avaliamos que ao longo dos anos a relação dos povos indígenas com determinados partidos políticos se mostrou complexa nos termos de representação. Essa circunstância nos faz chegar à possível conclusão de que cada vez se torna mais necessário que os próprios indígenas ocupem a política partidária, para que suas pautas e demandas sejam devidamente colocadas no centro do debate político. E nesse sentido, discuto a partir de agora a relação das candidaturas indígenas no PSOL, partido de filiação de Tatiane Picanço e Sônia Guajajara, e onde concorreram o pleito eleitoral de 2018.

Através da realização de entrevistas com militantes do PSOL que atuaram na organização da campanha de Tatiane Picanço e de Sônia Guajajara pude avaliar a emergência dessas candidaturas e de forma mais ampla, de candidaturas indígenas no contexto atual do país. Dentro do PSOL, existe uma divisão de setoriais para tratar de pautas e demandas específicas, são por exemplo, o setorial de negros e negras, setorial de mulheres, setorial LGBTQIA+. Dessa forma, se constrói também no partido o setorial ecossocialista, que pretende pensar as contradições entre capital e natureza, buscando uma forma de existência baseada em uma relação de harmonia entre homem e natureza. O setorial ecossocialista, nesse sentido, tem a responsabilidade de se atentar para a necessidade de o partido repensar a construção de suas candidaturas a partir dessa preocupação com o debate socioambiental.

Foi acumulando dentro do PSOL, dentro desse setorial, a necessidade de colocar com centralidade o tema dos conflitos socioambientais, o tema dos

povos indígenas, das comunidades tradicionais, e aí nós fomos, por exemplo, tentando incentivar candidaturas de povos indígenas, incentivando a filiação desses grupos (Entrevista com o militante do PSOL, do setorial negros e negras e do setorial ecossocialista Julio Holanda, 16 de setembro de 2020)

Percebe-se, que atualmente o PSOL está entre os partidos com maiores números de candidaturas indígenas, em 2018 sendo o partido que mais candidatou indígenas para a disputa eleitoral. Esse dado apresenta o esforço do partido em alcançar movimentos que nem sempre estiveram representados por partidos políticos - como exemplificado acima - e levantar a necessidade de pensar a política a partir da perspectiva daqueles a quem ela deve representar. Nesse sentido, a divisão do próprio partido em setoriais, que discutem e levantam pautas mais específicas, representa o resultado dessa aproximação com grupos minoritários que têm menor representatividade nos processos políticos. O setorial ecossocialista se insere nesse esforço de pensar outra forma de fazer política através da reflexão socioambiental, entendendo que o capitalismo tem uma relação hierárquica com a natureza, que faz usufruto dela sem considerar a sua destruição e o seu fim, então esse setorial busca repensar essa forma de existência do sistema capitalista¹⁸.

E acho que dentro dessa perspectiva, se relacionar com outras formas de existência, outras formas de saber que não seja o pensamento europeu apresenta uma alternativa de sociedade interessante, e aí, a gente vive um modelo de sociedade muito predatório, muito destrutivo, e aí esses povos tradicionais, esses povos têm muito a ensinar a nossa sociedade (Entrevista com o militante do PSOL e do setorial ecossocialista Felipe Rimes, 25 de agosto de 2020)

Na visão de Felipe Rimes, a relação com povos indígenas se amplia diante da nova forma de pensar a relação do homem com a natureza. Os povos indígenas, nesse sentido, são compreendidos como coletividades que vivem há anos dentro do sistema capitalista no nosso país, mas resistindo através de uma forma de organização distinta da nossa, desenvolvendo uma relação de harmonia com o meio ambiente, com o uso consciente, de respeito com o meio na qual vivem, dando o exemplo de que existe alternativa ao capital que explora todos os recursos naturais, tendo o lucro de poucos como objetivo final, sem pensar no bem comum da sociedade que depende da preservação desses recursos para a sobrevivência futura.

¹⁸ A discussão sobre o setorial ecossocialista do PSOL será melhor abordada no próximo capítulo.

Em contexto de crescimento do Bolsonaro e de suas políticas de ataque a grupos minoritários, destruição do meio ambiente em benefício de grandes detentores de poder financeiro - e de tantas outras problemáticas apontadas nos tópicos anteriores - surgiu como um caminho possível de resistência o maior diálogo entre partidos de esquerda e movimentos que lutam contra essas políticas. Derrotar as políticas de Bolsonaro passa pela necessidade de unificação de movimentos que há anos lutam por seus direitos no Brasil, e que necessitam intensificar essa organização em contexto de perda dos direitos que pareciam estar garantidos.

Quando você vai para o governo Temer, você tem desmarcação de terra, pela primeira vez na história da constituição você tem uma terra e a gente vai desmarcar, o que é um completo absurdo, o Bolsonaro no primeiro mês de mandato faz uma fala que retorna uma relação com os povos indígenas que foi vista pela última vez nos anos 70, que é uma lógica de avanço civilizacional, que é: “Nós vamos avançar e civilizar esses povos”, isso é um absurdo, isso é o fim, o desrespeito total a sua existência, e entender que existe sim uma civilização ali, mas que é diferente da nossa em vários aspectos, muito mais avançadas que a nossa. (Entrevista com o militante do PSOL e do setorial ecossocialista Felipe Rimes, 25 de agosto de 2020)

O PSOL - que nasce em 2005 a partir da expulsão da senadora Heloísa Helena (AL), e dos deputados João Batista Babá (PA), Luciana Genro (RS) e João Fontes (SE) do Partido dos Trabalhadores, por indisciplina e infidelidade partidária ao votarem contra a reforma da previdência em 2003 - tem procurado ao longo dos anos se aproximar com os movimentos sociais, buscando se afastar da imagem de um partido da classe média, construído a partir de um racha político, e não a partir de movimentos sociais e movimentos de base. Hoje o PSOL abrange uma maior variedade de militantes, com uma multiplicidade de correntes internas que garantem pluralidade de opiniões e de formas de lutas. Os setoriais, como afirmado, garante uma movimentação de lutas específicas de grupos minoritários, garantido maior espaço no partido.

No contexto eleitoral de 2018, o PSOL se prepara para um enfrentamento que já estava sendo sinalizado há pelo menos cinco anos, o crescimento de movimentos de extrema direita e a ameaça de uma candidatura que ia contra todos os pilares do partido. Jair Bolsonaro, nos seus anos como político, destinava ataques direcionados ao PSOL, aos seus políticos e militantes - com uma política de ódio atacava principalmente Jean Wyllys, deputado federal pelo Rio de Janeiro e LGBTQIA+, mostrando nitidamente sua homofobia e intolerância¹⁹- sendo uma ameaça no processo eleitoral de 2018. Como resposta à extrema direita, o partido lançou em 2018 a candidatura à presidência da república de um líder do MTST e da APIB, Guilherme

¹⁹ Com a vitória de Bolsonaro em 2018, Jean Wyllys no início de 2019 abandona seu cargo de deputado federal e deixa o país em decorrência de uma série de ameaças vindas da extrema direita

Boulos e Sônia Guajajara na construção de uma aliança que somasse na luta contra essas políticas de ataques e violências.

O PSOL em 2018 fez uma escolha, que foi a escolha pelos movimentos sociais, e foi uma escolha fundamental [...] então assim, escolhemos um nome dos movimentos de ocupação por moradia e um movimento da resistência indígena tradicional [...] acho que foi uma escolha muito acertada, se aproximar cada vez mais dessas lutas que estão em curso no Brasil (Entrevista com o militante do PSOL e do setorial ecossocialista Felipe Rimes, 25 de agosto de 2020)

Felipe Rimes, destaca que esse movimento de 2018 não se trata apenas de uma aliança estratégica entre o partido e esses movimentos sociais, mas é resultado de um processo de vínculos orgânicos construídos entre os militantes do partido e esses movimentos, e uma escolha, ao mesmo tempo dos próprios movimentos que escolhem o partido para ser um instrumento de luta. Ele considera que essa associação está mais para uma sinergia do que para uma aliança, por se tratar de um processo de cooperação em busca de um objetivo específico. Além do mais, segundo o entrevistado, não se trataria de uma aliança momentânea para as eleições de 2018, mas sim de um processo de aproximação permanente desses movimentos com o partido. Tatiane Picanço também acrescenta sua visão a esse debate:

A atuação partidária, ela sempre foi um viés de luta, entendeu? A gente sempre caminhou junto, sempre caminhou lado a lado nas mobilizações... Porque, assim, a gente é prioritariamente do movimento social, sabe? O partido, ele é uma das alternativas, uma das estratégias de luta que a gente tem, entendeu? (Tatiane Picanço, Entrevista concedida em 9 de maio de 2019)

Tatiane Picanço - interlocutora nessa pesquisa - é filiada ao PSOL há cerca de quinze anos, e afirma que enxerga o partido como um instrumento de luta dos movimentos, de conseguir levar adiante as reivindicações dos povos indígenas, das mulheres etc. Nesse sentido, o PSOL tem importância institucional, por sua política mais voltada ao interesse desses grupos e sua atenção às questões socioambientais (através do setorial ecossocialista). A aliança do PSOL com os movimentos indígenas, em sua visão, significa um processo de construção orgânico, onde indígenas conseguem enxergar uma preocupação real desse partido em lutar por suas causas, e o partido enxerga o envolvimento dos movimentos indígenas como uma forma de somar na luta do dia a dia, e fazer crescer internamente a pluralidade partidária, alcançando movimentos que há alguns anos não tinham grande representação institucional.

O PSOL foi o primeiro partido a colocar uma mulher indígena como co-candidata a presidência do Brasil, nunca na história nesses 500 anos um partido tinha feito isso, e claro há uma grande representatividade, eu particularmente me senti muito representada pela primeira vez, e isso reflete muito na nossa formação de Brasil, culturalmente e sócio-histórica. Foi uma decisão importante, pois um partido de esquerda como o PSOL que se coloca na alternativa e que faz a voz do povo ecoar mais longe, colocar uma mulher indígena nessa posição desperta a importância dessas candidaturas. O PSOL mostra que as bandeiras de luta é de todes, a luta dos povos indígenas ainda é invisibilizada, e o racismo institucional é latente, é necessário mudar

essa realidade, principalmente com o governo neoliberal e profascista que temos no poder e que ameaça constantemente nossas vidas. (Entrevista com a militante indígena e do PSOL, Ingrid Paranatinga, 28/09/2020)

Na fala de Ingrid Paranatinga, vemos que o instrumento partidário tem importância dentro dos movimentos indígenas, como forma de ecoar essas vozes, que segundo ela, ainda são invisibilizadas. A escolha por uma candidata a co-presidência indígena evidencia a luta dos povos indígenas no Brasil, que por muitos anos tiveram seu espaço de fala apagado. Grada Kilomba (2019), a partir da sua tese de doutorado sobre o racismo na Alemanha, nos traz aporte teórico para uma reflexão acerca do silenciamento dos povos indígenas no Brasil. Ela afirma que o indivíduo se constitui como sujeito ao ser reconhecido em três níveis: político, social e individual, a partir do qual se constituem subjetividades, e que o racismo viola todos esses três níveis (PAUL MACHERIL 2000, apud KILOMBA, 2019).

De forma semelhante ao racismo descrito por Kilomba (2019) na Alemanha, os povos indígenas no Brasil, desde a colonização, até os dias atuais, lutam para ter o reconhecimento político, social e individual, na intenção de “ver seus interesses individuais e coletivos reconhecidos, validados e apresentados oficialmente na sociedade” (KILOMBA, 2019. p. 74-75). A negação da cultura, das crenças, a perda dos territórios, viola todos os três níveis de constituição do sujeito que compõem a subjetividade. A entrada de indígenas nos processos de disputa eleitoral, e de forma mais evidente, a candidatura de uma mulher indígena a co-presidência da república carrega consigo as bandeiras de luta dos movimentos indígenas, que historicamente passam por processos de silenciamento.

Como foi acertado lá atrás a gente ter colocado essa candidatura como centralidade e ter fortalecido outros coletivos, outras candidaturas, outros indígenas, ter empoderado. Essa ideia do empoderamento é uma ideia utilizada meio que de outra forma, mas é a ideia de tornar esses sujeitos detentores do poder mesmo que eles não ganhem a chapa [...] é aquilo de nós por nós, não mais em nosso nome, é de fato uma candidata indígena para colocar no debate político institucional, inclusive nas esquerdas a centralidade desse debate, não adianta a gente ficar falando por eles sempre, tem um processo de ter espaço, ter voz, representatividade, centralidade, protagonismo nessa construção (Entrevista com o militante do PSOL, do setorial negros e negras e do setorial ecossocialista Julio Holanda, 16/09/2020)

Quando Julio Holanda fala sobre tornar esses sujeitos detentores de poder, me remete novamente a Grada Kilomba (2019). A autora apresenta referência em bell hooks - em uma aproximação com estudos pós-coloniais - para pensar o tornar-se sujeito. bell hooks (1989 apud KILOMBA, 2019) distingue “sujeito” e “objeto”, sendo o primeiro a possibilidade de falar sobre suas próprias realidades, suas identidades e sua história, o segundo é quando outra pessoa fala de sua realidade, de sua identidade e de sua história. O tornar-se sujeito é poder falar sobre si. Com o crescimento dos movimentos indígenas e as reivindicações por direitos, por espaço

de fala e espaço de representação, povos indígenas passam a tornar-se sujeitos nos termos de Kilomba (2019), tornam-se os narradores de sua própria história, sendo uma oposição ao projeto colonial.

Candidaturas indígenas abrem esse espaço de representatividade, “de nós por nós, não mais em nosso nome”, como afirmou Júlio Holanda, quando o partido se torna um instrumento para tocar as demandas indígenas institucionalmente. Iniciando essa seção, aponte algumas problemáticas dos partidos em relação aos movimentos indígenas, promessas não cumpridas, aparelhamento de instituições de proteção indígena etc. Concluindo temporariamente essa discussão, aponto para a evocação, por parte de meus interlocutores, a necessidade de que, como as mulheres, como negros e negras, como LGBTQIA+, os povos indígenas tenham representantes na política partidária, pois é sabendo a realidade indígena de fato para garantir seus direitos institucionais, não desmerecendo representantes que não são indígenas, mas afirmando o quanto representatividade importa.

Esse capítulo intencionou apresentar a emergência de candidaturas de mulheres indígenas no contexto de recrudescimento da extrema direita no país. Iniciando, aponte algumas características da extrema direita no Brasil com o objetivo de compreender o quão grande era a ameaça que se apresentava em 2018. Dentre as características de maior destaque, foi possível perceber o direcionamento de ataques violentos a grupos minoritários, e desse grupo chamei atenção, em especial, aos povos indígenas. Nesse sentido, essa última seção apresentou a relação entre o PSOL e os movimentos indígenas, como um processo que, na visão dos meus entrevistados e entrevistadas, vai além de uma aliança, se mostrando não como um movimento pontual, mas uma construção orgânica de militantes e setoriais com povos indígenas. Demonstrando assim, através das falas e referências trabalhadas acima, que as candidaturas de mulheres indígenas adentram a busca pela representatividade real de seus povos nesse movimento institucional. A extrema direita cresce em movimento no país, mas o que se nota é que no polo oposto, existem tantos outros movimentos, associados a partidos ou não, que constroem uma resposta de luta, se afirmando enquanto resistência.

2 TRAJETÓRIA DE TATIANE PICAÑO E SÔNIA GUAJAJARA E SUAS CANDIDATURAS A CARGOS EXECUTIVOS EM 2018

Este capítulo pretende analisar elementos da trajetória de Tatiane Picanço e Sônia Guajajara, mulheres indígenas que disputaram cargos executivos na eleição de 2018. A primeira concorreu ao cargo de co-governadora do estado do Pará, e a segunda candidatou-se à co-presidência da República, ambas pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). No capítulo anterior, abordei a emergência de candidaturas de mulheres indígenas na disputa eleitoral de 2018, a seguir, como forma de dialogar com a discussão apresentada, discuto como se deu o processo de candidatura dessas duas mulheres indígenas.

Chamo atenção para o fato de que não analiso apenas as participações no processo eleitoral de 2018, mas trago para discussão suas trajetórias em dimensão pessoal e de militância até a chegada no pleito eleitoral. Entendo que a decisão pela candidatura não se limita ao período de campanha eleitoral, mas se relaciona a processos políticos mais amplo, relacionados a movimentos indígenas e a decisões que são muitas vezes coletivas. Entender essas narrativas, nos levará a compreensão de um movimento de crescimento de participação de indígenas, e de forma mais específica de mulheres indígenas, nos processos de disputa eleitoral.

Será possível compreender ainda, que suas candidaturas têm relação com diversas pautas que pontuaram suas trajetórias políticas. Nesse sentido, abordo temáticas como o contexto histórico de onde vivem, a experiência de maternidade, a vida universitária, a participação nos movimentos indígenas, apresentando visões acerca do debate de gênero em relação às mulheres indígenas etc. Entendo que esses são temas centrais que estiveram presentes, de alguma forma, no processo de disputa eleitoral. Além de considerar necessário apontar o recorte do contexto amazônico, debate que permeia essa pesquisa, no entendimento de que faz parte de forma comum, da trajetória dessas duas mulheres indígenas. Sendo assim, ao longo do texto procuro analisar como suas trajetórias atravessam essa temática.

2.1 Tatiane Picanço

A discussão que segue tem como ponto principal a análise da trajetória de Tatiane Picanço - interlocutora nesta pesquisa- para trazer a compreensão de como foi seu caminho até a sua candidatura a co-governadora do estado do Pará, pelo PSOL. Antes de entrar em sua trajetória propriamente dita, considere necessário fazer uma discussão sobre o contexto histórico em que Tatiane está inserida e na qual realiza sua militância e sua participação

eleitoral. Nesse sentido, no primeiro momento apresento a história dos povos indígenas do baixo rio Tapajós, tendo como assunto central a colonização europeia na região. Em seguida, discuto o processo de reconhecimento dos povos indígenas e a organização do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns - espaço central de militância indígena na região - para a frente discutir a trajetória de Tatiane, já compreendendo o seu contexto de inserção.

Antes de adentrar a discussão propriamente dita, aponto para a formação de Tatiane, ela é formada em História e graduanda do curso de Antropologia. Sua formação lhe possibilita o uso de instrumentos analíticos centrais na apresentação de sua trajetória, seu conhecimento nessas duas áreas traz uma compreensão acerca da história dos povos indígenas diante do processo de colonização, de forma específica na sua própria região. Suas narrativas se assemelham ao trabalho de Florêncio Vaz, indígena e antropólogo, que será utilizado por mim para introduzir o contexto histórico do baixo Tapajós. Muitas falas de Tatiane Picanço se aproximam das análises realizadas por Florêncio Vaz em seu trabalho acadêmico e em sua inserção política mais ampla (nas redes sociais, nos debates que participa em Santarém etc.), e considero que essa linguagem possui semelhança por suas formações acadêmicas e vida universitária. Ao apresentar sua trajetória de vida, Tatiane mobiliza o histórico de militância indígena do baixo Tapajós com o objetivo de dar inteligibilidade à sua própria trajetória.

2.1.1 Contexto histórico dos povos indígenas do baixo rio Tapajós

Para compreendermos o histórico de autoidentificação dos povos do baixo Tapajós em relação ao pertencimento indígena, se faz necessário apresentar um conteúdo que é ao mesmo tempo teórico, um relato de experiência e uma construção biográfica, do indígena, antropólogo e professor da UFOPA, Florêncio Vaz. Tatiane Picanço em sua entrevista cita sua relação de proximidade com Florêncio Vaz como um nome importante na sua trajetória e processo de reconhecimento como mulher indígena. Eles se conheceram através do Grupo de Consciência Indígena (GCI), que será apresentado logo a seguir, e estiveram sempre próximos através dos movimentos da região (movimentos indígenas, movimentos universitários etc.).

Para a realização de sua tese de Doutorado, em termos metodológicos, Vaz (2010) contou com uma pesquisa bibliográfica das principais obras referentes à temática em questão, utilizou também de uma pesquisa documental utilizando materiais do Grupo de Consciência Indígena (GCI) e do Conselho Indígena do Rio Tapajós e Arapiuns (CITA) e ainda entrevistas com as principais lideranças desses dois movimentos, além do acompanhamento de suas reuniões e encontros no período de 2006 a 2009. Realizou outras entrevistas com líderes de

algumas comunidades indígenas, da Associação Tapajoara da Resex Tapajós-Arapiuns e servidores do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio). Outro foco de sua pesquisa foi a observação participante da comunidade Pinhel, onde coletou os relatos apresentados a seguir, através de entrevistas e história oral.

Em sua tese de Doutorado, Vaz (2010) nos apresenta um resumo da história do baixo rio Tapajós, para assim mostrar o processo de reorganização étnica e identitária na região, da qual ele próprio emerge como sujeito indígena. Até o momento da chegada dos conquistadores, a localidade era composta por diferentes povos, que se estendiam pela margem do rio. Vaz (2010) afirma que a partir da pesquisa de relatos de missionários e arqueólogos, podia perceber que essa sociedade era organizada de forma hierárquica e que as mulheres tinham um papel político e religioso destacado. A chegada dos europeus na região a partir do século XVI provoca grandes impactos e transformações nesses povos, principalmente os que habitavam a calha do rio Amazonas. Em poucos anos, muitos povos morrem por guerras, doenças e escravidão. Em 1615, os portugueses expulsaram os holandeses e ingleses da região e começa a colonização lusa, que tinha como objetivo a coleta de drogas do sertão²⁰, sendo os indígenas mão de obra central nesse processo (OLIVEIRA, 1983 apud VAZ 2010). Vaz (2010) relata que para a obtenção dessa mão de obra os portugueses invadiam os povoados e escravizam os nativos.

Os missionários também fizeram parte do processo de colonização por um período, levando o projeto de evangelização para os indígenas. Em 1661, por exemplo, foi fundada a missão dos Tapajós, na região onde hoje se localiza a cidade de Santarém. O objetivo dos missionários era alcançar o máximo de povoados nivelando-os de forma espiritual, cultural e linguística (VAZ, 2010). No entanto, havia uma disputa entre colonos e missionários pelo controle dos povos nativos, e em 1755 os missionários perderam o direito de manter as missões na região para os colonos, que passam a ter o controle total. A partir deste momento, é iniciado um processo de transformação dos indígenas em homens “livres”, fazendo com que esses indivíduos se tornassem uma massa de trabalho controlada. (MOREIRA NETO, 1998, apud VAZ, 2010).

Algumas das medidas adotadas pelo governo português para os povos indígenas e citadas por Francisco José dos Santos (2002, apud VAZ 2010) seriam a transformação das aldeias em vilas, com nomes de cidades portuguesas, a proibição do uso da língua materna para a obrigatoriedade da língua portuguesa, passar a ter sobrenome, construir casa conforme os moldes portugueses, proibição da nudez, eram obrigados a plantar mandioca e deveriam pagar

²⁰ canela, cacau, cascas cheirosas e outros

ao diretor um dízimo sobre essa produção. Essa nova legislação não poria fim aos maus tratos e escravidão, que eram constantes, principalmente aos que desobedeciam a essas normas e tentavam voltar para as matas (VAZ, 2010). Em 1798 com a extinção do Diretório, muitos indígenas retornaram para suas terras e matas, enquanto outros que ficam nos povoados e nas vilas continuaram submetidos à exploração, mas livres da perseguição militar. Nesse momento surge uma diferenciação desses indígenas, os que ficam nos povoados e vilas são chamados de camponeses *caboclos* ou “indígenas desaculturados”, enquanto os que voltam para as matas são chamados de *gentios*. (VAZ, 2010).

Em 1835 ocorre a Guerra da Cabanagem, que junta os povos indígenas que viviam nas vilas com os negros, brancos pobres, e os setores dissidentes médios e nacionalistas, insatisfeitos com a exploração e violência (DI PAOLO, 1985; OLIVEIRA, 1983 apud VAZ, 2010). No rio Tapajós os *cabanos* resistiram por muito tempo, mas acabaram derrotados, muitos foram assassinados, principalmente os líderes dos povos, desestabilizando os que sobreviveram, que acabaram se espalhando para diversos pontos. Essa era a continuação do processo de “depopulação” e “deculturação” (VAZ, 2010). Posterior à cabanagem, a população indígena que vivia nas vilas continua refém, só que agora do poder do patrão, que a mantinha trabalhando a partir de dívidas advindas do comércio local (única opção de compra de alimentos). O trabalho era nos seringais, onde muitos morriam por picadas de cobras, pouca alimentação e doenças (VAZ, 2010).

Entende-se que o processo de colonização do Baixo Tapajós traz grandes consequências aos povos indígenas que ali viviam, que passam por genocídio e etnocídio. Os que não morrem são obrigados a abandonar seus costumes, suas tradições, sua língua materna e entrar num processo dito de “civilização”, com imposições de modos de vestir, de construir casa, de casar-se, uma nova religião, e descaracterizam essa população, para que não sejam mais considerados como indígenas.

2.1.2 Processo de reconhecimento dos povos indígenas e construção do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns

Esse retorno histórico é importante para a compreensão do processo que ocorreu anos depois, bem mais recentemente, mas que não deixa de ser um processo mais amplo de reconhecimento dos povos indígenas no Brasil e em toda América Latina. A partir de um “despertar étnico” (DIETZ, 2005, apud VAZ 2010), em diversos países se inicia um processo de reconhecimento indígena. Vaz (2010) afirma que em 1988, diversas comunidades que com

o período da colonização foram caracterizadas como ribeirinhas e/ou caboclas passam a reivindicar a identidade de indígenas, com a argumentação de que pertencem aos povos que viviam na região antes do início do processo de colonização, ou seja, estes seriam a continuidade histórica e cultural daqueles povos que ali viviam. Vaz (2010) descreve em seu trabalho que ele mesmo passa pelo processo de reconhecimento como indígena, nos anos em que esteve na universidade, por volta de 1995. Em seguida, em 1996, começa contatos com algumas comunidades da região que estavam tentando barrar a entrada de empresas madeireiras nas suas terras.

A igreja católica (principalmente os religiosos que tinham base na Teologia da Libertação) também tem um papel central neste mesmo período, principalmente no contexto amazônico. Desde o período da ditadura militar, em meio aos projetos de modernização no país, ocorreu um acirramento de conflitos nessas regiões, nesse sentido, a igreja católica se coloca como importante apoiadora na construção de movimentos sociais na Amazônia, conforme aponta Lacerda (2013), indicando que a arma contra as políticas autoritárias nesse período era a mobilização do povo. Desde esse período, a igreja católica é responsável pelo desenvolvimento de muitos movimentos sociais, como vemos através da discussão realizada por Vaz (2010). Ela garantia a educação para adultos e a formação de lideranças indígenas, além de realizar um trabalho importante nas comunidades, incentivando a população a reativar suas tradições culturais, oposto do que fazia a igreja no século XX.

Em 1993 surgiu dentro da igreja o Grupo de Reflexão dos Religiosos Negros e Indígenas - GRENI, que tinha o objetivo de levantar um debate sobre a identidade dessas pessoas (VAZ, 2010). A partir do GRENI surge o Grupo de Consciência Indígena - GCI, em 1997 que contava com a participação de religiosos e leigos que também buscavam promover a valorização da identidade indígena.

Nesse processo, Vaz (2010) leva para as comunidades o debate sobre o direito à terra como herança de seus antepassados, e aponta como caminho o reconhecimento dessas pessoas como indígenas e donos das terras por direito. Esse processo resulta na legalização daquelas terras como Reserva Extrativista (RESEX) e o processo de reconhecimento dessas populações como indígenas. Um fato histórico central no processo de reconhecimento na região é descrito por Vaz (2010) ocorreu em 1998. O vilarejo de Takuara se assumiu como indígena, depois da morte do curador Laurelino. Ao ouvir entrevistas gravadas por ele, em que afirmava ser indígena, ser filho de indígenas, ter a herança familiar e não ter vergonha de dizer sua origem, gerou uma comoção geral aos membros da comunidade que passam a se afirmar como uma comunidade indígena, reivindicando seus direitos à terra onde sempre viveram. Depois dessa

comunidade muitas outras começaram a seguir o mesmo caminho, dando início aos chamados movimentos indígenas no baixo Tapajós.

Esse processo de auto identificação iniciado em 1998 trouxe uma nova discursividade política às comunidades que passavam pelo processo de reconhecimento. Os próprios moradores começaram a referir-se a “assumir-se índio” e “resgate da cultura” em relação a esse período que estavam vivendo. Esse fato tem a ver com a percepção de que possuíam uma herança familiar, considerando que os pais e os avós eram indígenas, por isso estes, da mesma forma, também são. A identificação, como aponta o autor, está ligada às raízes e ao mesmo tempo ao presente e ao futuro desses moradores (VAZ, 2010). “O surgimento do grupo de consciência indígena (GCI) influenciou sobremaneira no processo, ao desenvolver uma política de valorização das origens e das culturas indígenas e de incentivo a autoidentificação indígena” (VAZ, 2010b p. 147). Esses movimentos, de expressividade local e com efeitos nacionais, não deixam de estar relacionados a processos políticos mais amplos, especialmente os relacionados à constituição federal de 1988 que garante direitos territoriais aos povos indígenas. É um período em que começam a surgir movimentos indígenas em diferentes regiões no Brasil na busca de efetivar a garantia dos direitos constitucionais, o processo de reconhecimento indígena é uma ferramenta que garante a legitimidade perante a luta.

A partir do interesse de outras comunidades a passar pelo mesmo processo que o vilarejo Takuara, entre 31 de dezembro de 1999 e 01 de janeiro de 2000 é realizado o I Encontro dos Povos Indígenas do Baixo Tapajós. O evento tinha como objetivo central celebrar os “500 anos de resistência indígena” e discutir o resgate da história, identidade e tradições. Esse evento contou com a presença de cento e cinquenta representantes de dez comunidades. Esteve presente também o representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Euclides Macuxi e um representante do Conselho Indígena Missionário (CIMI). Nesse encontro Euclides Macuxi convida representantes indígenas para a “Marcha Indígena dos 500 anos” que passaria por Santarém (VAZ, 2010). Convite aceito, em 7 de abril de 2000, diversos representantes de onze comunidades assumidas indígenas se juntam à marcha. O evento também serviu para que a população local pudesse ver que os povos indígenas da região de Santarém não estavam "extintos" (VAZ, 2010)

É importante destacar aqui que a COIAB e o CIMI são dois movimentos fundamentais nesse contexto. A COIAB foi criada como forma de articulação indígena na Amazônia. Sua fundação se deu em 19 de abril de 1989 através de lideranças indígenas que se organizavam nos movimentos espalhados pela Amazônia. O período que antecede o processo de criação da Constituição Federal de 1988 e posterior a ela é marcado por intensa atuação política dos povos

indígenas pelo reconhecimento e garantia de seus direitos dentro de um processo de grandes transformações. Dentro dessa perspectiva, é criada a COIAB²¹ tendo a missão de defender os direitos dos povos indígenas.²² A COIAB também possui uma relação importante com Conselho Indígena Missionário (CIMI), que foi criado anos antes, em meio à ditadura militar, este é vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e atua desde 1972 como importante articulador dos povos indígenas na luta pela garantia de direitos, além de denunciar uma série de violências e violações que atingem esses povos. O ano de sua criação é marcante no contexto de ditadura militar, por se tratar de um momento de grandes projetos de modernização e infraestrutura no país, buscando “integrar” os povos indígenas à sociedade²³.

Conforme afirmam Cruz, Bruno e Silva (2007), o CIMI tem importância fundamental na defesa dos direitos indígenas e na organização política:

Este foi fundamental, pois, passou a atuar como parceiro político junto aos povos indígenas, incentivando a luta pela terra e pelo direito de ser índio, sendo estes momentos fundamentais para consolidar aquilo que ficou conhecido como assembleias indígenas (momentos oportunos para pensar ações pluriétnicas, passando a ter dimensão nacional) (p.499).

Na região do baixo tapajós, COIAB e CIMI foram importantes apoiadores, através de suas lideranças, no processo de reconhecimento da identidade indígena. Como resultado do “I Encontro dos Povos Indígenas do Baixo Tapajós” somado à “Marcha Indígena dos 500 anos”, quando os representantes retornam a Santarém compreendem a necessidade de organização das comunidades que estavam no processo de reconhecimento, com isso decidem criar um “conselho indígena”. Em maio de 2000 é criado o Conselho Indígena do Rio Tapajós e Arapiuns (CITA), seus representantes nesse momento começam a estabelecer contato com organizações indígenas de Belém, Manaus e Brasília (VAZ, 2010). Um dos trabalhos centrais do GCI e CITA era acompanhar as comunidades para tratarem da questão da terra e estarem à frente para que a FUNAI procedesse ao reconhecimento desses povos como indígenas. O GCI nesse processo fazia o trabalho de divulgação da organização indígena que surgia na região. Os encontros do CITA também contavam com a participação de representantes do CIMI, COIAB, do Ministério Público Federal, e outras entidades, fazendo com que o movimento ganhasse um forte apoio político. Com o crescimento rápido da mobilização dos indígenas, em 2001 o CITA e o GCI abriram um escritório próprio em Santarém (VAZ, 2010).

²¹ Estados de atuação: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins

²² <https://coiab.org.br/>

²³ <https://cimi.org.br/o-cimi/>

Ao longo dos anos ocorreu uma série de embates entre indígenas e proprietários de terras e indígenas e órgãos do governo por conta das ações de demarcação de terras, o que produziu o enfraquecimento no número de comunidades que vinham se reconhecendo como indígena. Também ocorreu o enfraquecimento do CITA por questões financeiras, que diminuiu o número de visitas às comunidades (VAZ, 2010). A partir da informação retirada da entrevista realizada por mim com a vice-coordenadora do CITA Auricélia Arapium, tenho o dado de que atualmente o CITA representa 13 etnias e 70 aldeias indígenas na região do baixo Tapajós, e se mantém na luta pela garantia dos direitos indígenas na região e pela garantia do território. Pelo cenário político brasileiro dos últimos anos, desenvolvendo uma série de políticas de retirada de direitos dos povos indígenas, o CITA se movimenta em torno da não retirada dos direitos indígenas conquistados.

2.1.3 A trajetória do CITA na identificação étnica da entrevistada

A apresentação do cenário histórico do baixo rio Tapajós no período da colonização europeia somada à discussão acerca do processo de reconhecimento dos povos indígenas, a partir do trabalho de VAZ (2010) nos auxilia na compreensão do lugar que parte minha interlocutora. No dia 9 de maio de 2019, realizei a entrevista com Tatiane, em sua casa, que tem trinta e cinco anos, é mulher indígena, historiadora e estudante de Antropologia da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), mãe de três meninas, Rosa, Valentina e Vida, com idades entre três e treze anos, vive com seu companheiro, que também é indígena, do povo *Kumaruara*. Nascida na região de Óbidos, Baixo Amazonas, mora na cidade de Santarém há dezesseis anos.

Por ter vivido muitos anos nessa cidade, é nela que Tatiane constrói sua história de militância, participando de diversos movimentos sociais, principalmente dos movimentos indígenas, de onde parte seu processo de reconhecimento como uma mulher indígena. A sua inserção em movimentos sociais da região se deu a partir do engajamento no movimento contra a implantação do Porto Cargill (Importação de Soja), em Santarém. Neste mesmo contexto de mobilização, se aproxima dos movimentos indígenas a partir do GCI, fundamental para um passo importante da sua história, que é o processo de reconhecimento como mulher indígena, quando tinha por volta de dezessete anos, conforme afirma. Considerando as informações fornecidas por ela, seu processo de reconhecimento como mulher indígena ocorreu entre os anos de 2001 e 2002, período em que na região diversas comunidades estavam iniciando o processo de reconhecimento. A entrada de Tatiane no GCI se dá no mesmo período da sua filiação ao PSOL. Nos anos seguintes, passa a participar de outros movimentos sociais, entra

no CITA, no movimento estudantil da UFOPA e inicia também uma militância pelo parto humanizado, através de movimentos de mulheres na região.

Foi a partir desse contato, com o GCI principalmente, que eu fui me identificando como uma mulher indígena. Até então, eu fazia parte de um processo... ainda estava imersa em um processo de colonização que é imenso, que ainda está atuante até hoje aqui na nossa região... Que é um processo de apagamento da nossa história, né? É muito forte isso aqui na nossa região. A gente é um povo praticamente todo de origem indígena aqui, só que o processo de apagamento da nossa história, ele é tão grande, ele é tão forte, ele é tão violento, que a gente vai deixando de se reconhecer ao longo da nossa vida (Tatiane Picanço, entrevista concedida em 9 de maio de 2019)

Tatiane Picanço revela que antes do contato com os movimentos indígenas, se encontrava imersa no “processo de colonização”, como se referiu. Essa fala se mostra central para compreender a aproximação de sua trajetória com o contexto histórico do baixo Tapajós apresentado por Florêncio Vaz. Na entrevista realizada por mim, ela não indicou fazer parte de um povo indígena específico, e sua fala é importante para compreender como a perda da identificação com o povo de origem faz parte desse processo de colonização que tem como base o apagamento histórico dos povos indígenas. A região de Santarém, como indicado pela tese de Vaz (2010) é composta por muitos indígenas, mas em decorrência do processo de colonização da região, estes foram deixando de se reconhecer como tais. Minha interlocutora se insere no processo de apagamento que fez com que até os 18 anos de idade, ela não se reconhecesse como uma mulher indígena.

Começo a discussão relatando a experiência de maternidade vivida por Tatiane, pela percepção de sua centralidade em todos os outros temas abordados em seguida. Para ela, essa foi uma experiência transformadora, que a acompanha em todas as outras jornadas de sua vida, universitária, política, de militância etc. Por se tratar de três meninas, indígenas e serem do Norte, fez com que refletisse sobre o seu próprio caminho como mulher indígena. Atualmente, considera que sua principal pauta de ação política e de militância é a criação de suas filhas. Isso se refere ao entendimento de que elas encontrarão no mundo externo todos os problemas que ela mesma encontrou, por essa razão, vê como fundamental criá-las fortalecidas na identidade como indígenas e como mulheres, entendendo o lugar de onde são, para que quando estiverem à frente dos desafios do racismo, do machismo, do preconceito, e tudo isso que está colocado para mulheres indígenas que vivem na Amazônia, consigam identificar as violências e atuar contra todas elas. Por isso, considera que estar em casa, criando as filhas, é sua principal militância.

Além disso, considera que a maternidade foi para ela um processo de reconexão e de entendimento sobre sua história como mulher indígena, um processo de perdão sobre a forma como ela mesma havia sido criada. Afirma que a sua avó teve doze filhos e já havia criado nove

irmãos, vivendo todas as dificuldades de se criar e educar tantas vezes, por essa razão se tornou uma mulher muito dura. Ao se tornar mãe de três filhas, Tatiane passa a compreender como é difícil o processo de criação, como é uma enorme batalha criar com respeito, com carinho, livre de violência, ainda mais quando a sua própria criação foi repleta de violência. Ressalta que as violações contra os povos indígenas, os castigos que lhe eram submetidos também foram responsáveis por esse processo de violência passar para a criação das crianças. Mas sendo mãe, ela consegue compreender que a dureza de sua avó faz parte de um contexto de solidão de uma mulher que ficou responsável em criar tantas pessoas.

A maternidade está sendo essa transformação de vida, esse rompimento do ciclo de violência que a gente vem sendo submetido há anos. E esse processo que eu estou passando agora é um processo de cura também, processo de cura não só meu, mas das minhas ancestrais também. Então, está, assim, mesmo que doloroso, está sendo transformador. É transformador numa perspectiva positiva mesmo, sabe? Uma transformação muito significativa, né? (Tatiane Picanço, entrevista concedida em 9 de maio de 2019)

Para ela, é necessário romper com o ciclo de violência na qual os povos indígenas foram submetidos ao longo dos anos. Sua compreensão de violência alcança vários níveis, desde a violência colonial até a violência como forma de relação que permeia mesmo os contatos íntimos entre mulheres de uma família, mãe e filha, avó e neta. Veena Das (2011) ao discutir acerca dos eventos que ocorreram na Índia em um mesmo período (como a partição, o desastre de Bophal e o assassinato da ministra Indira Gandhi) que em todo momento se via notícias, informações e imagens, refletiam a presença constante de violência, dessa forma a autora destaca como se constrói uma “atmosfera da violência”, permeada pelo medo constante (TAVARES, 2019).

De maneira semelhante, nessa fala de Tatiane Picanço, podemos entender a vida cotidiana de muitas mulheres indígenas permeada por essa mesma “atmosfera de violência”, a partir de um histórico de violência contra os povos indígenas que cria um ambiente afetado pelo medo. Para ela, em uma região onde o modo de vida e a identidade é questionada o tempo todo, é violentada o tempo todo, romper com esse ciclo é tarefa central em sua vida. Então, dentro de sua casa, construir uma relação de carinho, de amor, de respeito, de fortalecimento, é parte dessa luta, mesmo que seja necessário passar por uma desconstrução diária para vencer essas barreiras criadas na sua criação e de tantas outras mulheres indígenas que são mães atualmente.

Em sua trajetória pessoal, como parte de sua experiência materna, decide entrar no movimento pelo parto humanizado. Os partos de suas duas primeiras filhas foram feitos em hospitais, onde passou por situações de violência que foram traumatizantes, referidas como “violência obstétrica”. Na sua terceira gravidez, pensou na herança de sua família, com partos

realizados em casa, sendo estranho nascimentos em hospitais, com submissão a procedimentos que não tem a ver com o estilo de vida que estava acostumada, por isso, planejou um parto dentro de casa, junto com seu marido e filhas, que se tornou uma forma de superar a violência que tinha sofrido nos primeiros. No entanto, a realidade dos hospitais ainda permanece, e muitas outras mulheres indígenas, que por complicação precisam ir ao hospital, sofrem da mesma violência que ela sofreu. Por isso, sentiu a necessidade de se formar como doula para poder atuar junto a essas mulheres. Seu plano para quando suas filhas estiverem maiores é poder atuar no hospital municipal de Santarém de forma voluntária, principalmente para poder ajudar as mulheres que vêm das aldeias a parir de forma respeitosa.

Hoje em dia, as crianças nas aldeias, por exemplo, aqui no Baixo Tapajós, elas ainda nascem muito em casa, mas tem alguns casos que é preciso vir para o hospital, as mulheres precisam vir para o hospital. E, quando elas vêm para cá, assim como eu passei por situações de violência, outras mulheres continuam passando por isso todo dia. E a vontade de me tornar doula e poder atuar junto com essas mulheres foi o que me motivou a fazer o curso e começar a atuar também aqui. [...] Principalmente com a vontade de auxiliar as mulheres que vêm das aldeias para parir de forma respeitosa, né? De forma respeitosa (Tatiane Picanço, Entrevista concedida em 9 de maio de 2019)

Sua atuação como doula e de outras mulheres do movimento pelo parto humanizado se dá também a partir de rodas de discussão para compartilhar experiências, violências e ideias de mudança, buscando o resgate da ancestralidade, do respeito às tradições, do respeito às crenças, à forma de parir. Considera que muitos avanços estão acontecendo a partir desse movimento dentro do próprio hospital municipal, onde os pais já não são mais impedidos de acompanhar suas esposas, as doulas são bem recebidas pelos funcionários, tudo isso está trazendo uma grande melhora.

Tatiane também é estudante, e foi durante todas as suas gravidezes, tendo bastante compreensão sobre a relação da maternidade com o ambiente universitário. Ela descreve as dificuldades de adaptar a maternidade a este espaço, que em sua visão, não está preparado para receber mães com seus filhos, sendo essa uma violência enorme que atinge as mulheres universitárias. Os campi universitários não têm estrutura, a maioria possui muitas escadas, são perigosos, não possuem creches. Existe uma série de barreiras que as mulheres mães precisam enfrentar na busca de formação universitária.

As instituições, elas não pensam na perspectiva de se adaptar à realidade materna, por exemplo. São as mães que têm que se adaptar àquela realidade institucional. Isso, para mim, é uma baita de uma violência contra as mulheres, sabe? Uma mega violência contra as mulheres. Por exemplo, aqui na UFOPA, a gente não conta com nenhum tipo de auxílio para quem é mãe. [...] Então, ter que se adaptar a uma realidade institucional que não está preparada para te receber só faz esse desgaste aumentar mais ainda. Então, as mulheres mães acadêmicas, hoje, passam um perrengue imenso aqui (Tatiane Picanço, Entrevista concedida em 9 de maio de 2019)

Ela destaca que a violência não está restrita a questões estruturais, mas o ensino em si, não adaptado para as necessidades de uma mãe, que vive uma rotina diferente de um estudante que não possui filhos pequenos. Não existe no ensino universitário, um tratamento diferente caso uma mãe esteja com seu bebê doente no dia de uma avaliação, ou se o semestre universitário cair nas férias escolares, fica toda a sobrecarga sobre a mãe, que precisa se desdobrar para estudar e cuidar de suas crianças. Por esse motivo, considera que não conseguem levar seus estudos adiante. Sampaio e Urpia (2011) destacam que as universidades devem compreender que seus/suas estudantes, e de forma específica as estudantes mães, possuem uma vida além do ambiente universitário, com seus problemas e limitações pessoais, e nesse sentido, é necessário que essas demandas sejam reconhecidas pela instituição. Nesse sentido, alguns pontos são centrais para a melhoria do espaço universitário para mães:

A saber: o incentivo aos processos de retomada dos estudos, após o nascimento de seus filhos através, por exemplo, de uma oferta de horários que lhes permitam amamentar e cursar os componentes curriculares, sem a necessidade de trancamentos; a possibilidade de negociação de horários mais flexíveis no período em que as estudantes-mães fazem a inserção de suas crianças no contexto-creche; entrega posterior de material de estudo combinado com o(a) professor(a), de modo a justificar faltas, evitando reprovação, no caso da criança precisar se ausentar da creche por motivo de saúde; além da possibilidade da jovem com gravidez de risco finalizar o semestre com atividades domiciliares, mesmo não sendo os três últimos meses da gravidez, evitando o trancamento do semestre e até o abandono do curso, quando for confirmado, por laudo médico, o problema de saúde da estudante-gestante. (p. 165)

Entende-se que a trajetória de Tatiane é perpassada pela maternidade em todas as etapas, e que o debate sobre essa vivência de mãe é importante na sua narrativa. De forma não tão distinta ao que analisamos até aqui, a seguir trago o debate central que essa pesquisa pretende realizar, a discussão acerca da participação desta interlocutora no processo eleitoral de 2018, tendo novamente o tema da maternidade como um ponto a ser destacado, além de muitos outros.

2.1.4 Processo eleitoral de 2018 na trajetória de Tatiane Picanço

Sou mãe de três meninas, dona de casa, historiadora, doula, ativista do parto humanizado, mulher indígena da Amazônia. Trago comigo a força da mulher que se levanta todos os dias e enfrenta todas as adversidades por ser mulher. Sou aquela que faz do meu cotidiano uma revolução, da minha casa e da relação com minha família uma escola da libertação! Existir, ser mulher do Oeste do Pará, do interior da Amazônia, nunca foi tarefa fácil, as portas estão sempre fechadas para nós apenas pelo fato de ser quem somos e vir de onde viemos. Nossa existência é constantemente menosprezada e nosso modo de vida é diminuído e inferiorizado por conta de uma relação que até hoje é carregada de colonização e desrespeito. Desde a minha infância em Óbidos até a adolescência em Belém a minha trajetória foi de luta, foi preciso muita força para sobreviver nesse mundo que oprime e violenta mulheres constantemente e está com as oportunidades fechadas pra nós. Porém, teimosamente, abri todas! Assim como a minhas/os antepassadas/os vem fazendo ao longo da nossa

existência, somos um povo que precisa estar sempre na luta para garantir que nosso modo de vida, nossos saberes, nossa cultura sejam respeitados. Agora não será diferente, ESTOU PRONTA! Não somente porque estudo, convivo e atuo com os movimentos sociais e movimentos de mulheres ao longo da minha trajetória de vida, mas principalmente porque sou mulher do interior do Pará, que não aceita calada as injustiças contra meu povo. Por isso aceitei com entusiasmo mais esse desafio que se apresenta na minha vida: Ser pré-candidata junto com Fernando Carneiro a Co Governadora do Pará! Onde eu estiver, representarei as mulheres de Santarém, do Pará, da nossa Amazônia! A LUTA DAS MULHERES MUDA O MUNDO! (Publicação de Tatiane Picanço em rede social, 24 de julho de 2018)

Para falar da candidatura de Tatiane a co-governadora pelo estado do Pará, é necessário nos remeter à sua entrada no PSOL, por ser nesse partido que vem a se tornar candidata alguns anos depois. Sua filiação ocorreu no período de ruptura de alguns militantes com o PT, que deu início ao processo de criação do PSOL, o que mostra que seu tempo de militância nesse partido é grande. Desde então, ela constrói todas as campanhas no estado do Pará e na região de Santarém, em suas próprias palavras: “A gente sempre se apresentou como alternativa aqui em Santarém, no contexto daqui mesmo”. Suas participações no partido sempre foram nas questões burocráticas, na construção das campanhas, até que essa situação foi modificada em 2018, quando seu nome é proposto para compor a chapa para disputar a eleição a cargo para o Governo do Estado do Pará, como candidata a co-governadora, junto a Fernando Carneiro, também pelo PSOL.

Mana... Eu atuo no PSOL desde a fundação do PSOL. Eu entrei no PSOL nesse processo também, quando... Foi bem na época da ruptura de uma parte do povo do PT, né, que foram expulsos, na verdade, do PT porque eram contra a proposta de reforma da previdência na época. Que era a Luciana Genro... tinham alguns parlamentares que foram expulsos do PT por serem contra a proposta, na época do governo Lula, de reforma da previdência. Então, foram expulsos e junto com eles saíram várias pessoas e começaram a construir o PSOL, né? Saíram do PT e começaram a construir o PSOL. E eu entro no PSOL justamente nessa época aí, bem na época da formação mesmo do PSOL. Então, eu tinha 18 anos, e eu participei de toda a construção e fundação do PSOL. A gente coletou assinatura para fundação do PSOL... Desde sempre, a gente... Não só eu, como várias outras companheiras e companheiros aqui em Santarém, a gente atuou partidariamente também, né? E sempre no PSOL. Então, desde sempre, eu sempre participei da formação do diretório, sempre fiz parte do diretório do PSOL, sempre fiz parte da executiva do partido... E a gente sempre atuou também em todas as campanhas (Tatiane Picanço, Entrevista concedida em 9 de maio de 2019)

Sendo mãe de três filhas, a terceira com cerca de dez meses na época da eleição, Tatiane afirmou que pensou muito sobre a proposta sabendo que seria um grande desafio. No entanto, como dentro da sua perspectiva “fazer política na Amazônia é sempre um grande desafio” decidiu se colocar como candidata. Essa fala se aproxima às discussões realizadas na coletânea “Mobilização social na Amazônia: A luta por justiça e por educação” organizado por Lacerda (2014). A obra, ao apresentar diferentes processos de mobilização que se desenvolvem na

Amazônia, chama atenção para as dificuldades dos atores políticos no desenrolar dessas organizações. São dificuldades práticas de mobilização, no sentido de distância que impede a realização de reuniões, a falta de acesso à internet, de transportes, da mesma forma que é um cenário permeado por constantes ameaças, violências e violações. Tatiane chama atenção a violência que permeia a sua vivência como mulher da Amazônia e que torna sua militância mais desafiadora. No entanto, é importante fazer constar que tais dificuldades são acionadas pelas lideranças para refletirem sobre seus caminhos e sobre a dimensão de esforço e dedicação necessários, não havendo espaço, segundo suas narrativas, para a “desistência” do que consideram como o caminho da “luta” que escolheram trilhar.

Para Tatiane, aceitar ser candidata é estar disposta e encarar esse cenário desafiador a partir de uma posição um pouco diferente, já que são envolvidas outras questões e forma de atuação. Como candidata, apresenta o debate mais amplo sobre a participação das mulheres na política partidária, vendo a necessidade de ocupar esses espaços. Mesmo aceitando a proposta do partido, ela destaca que era uma "candidata mãe", isso significa que a prioridade seriam suas filhas e seu bem estar, mas vendo que ao mesmo tempo, essa seria uma oportunidade de levar a campanha a refletir sobre como esses espaços (eleitorais) devem ser de acolhimento para as mães, onde possam atuar politicamente e ao mesmo tempo exercer plenamente a maternidade. Para ela, essa discussão ainda tem um caminho muito longo a seguir, entendendo que esse espaço político é muito pouco acolhedor para mães e crianças.

E aí, pensando numa perspectiva de levar um debate mais amplo com relação à participação das mulheres, com relação à nossa atuação política, principalmente, na perspectiva de ocupar espaços, de ocupar espaço e de dar voz pra nós mesmas, eu resolvi aceitar a proposta. [...] Na campanha, era isso. Então, nessa perspectiva mesmo, sabe? De pensar, entendeu? Como esses espaços, eles devem ser um espaço de acolhimento para as mães, um espaço onde as mães possam atuar politicamente e, ao mesmo tempo, exercer plenamente o seu direito à maternidade, né? É um desafio, porque esses espaços não são espaços para mulheres e, principalmente, para crianças. Não são espaços para mães em geral, mas foi muito boa, assim... Foi muito boa a experiência de me candidatar e tal (Tatiane Picanço, Entrevista concedida em 9 de maio de 2019)

Tatiane enxerga que mesmo não se elegendo, a eleição teve resultados positivos, com uma quantidade de votos expressiva. Em Santarém foram mais de sete mil votos, de um total de 302.667 habitantes (IBGE, 2018), em um contexto de campanha com pouca verba, com limitações diversas, com tempo dividido entre a maternidade e a campanha eleitoral. O que resulta de sua participação nesse processo político, é o fato de ter tido apoio de outras mulheres indígenas da região do baixo Tapajós, das companheiras de militância que caminham com ela, que foram responsáveis por todo o seu processo de descobrimento como mulher indígena. Ressalta que o partido político é um instrumento de luta, uma possibilidade para os movimentos

sociais no auxílio de suas reivindicações, nas batalhas cotidianas, por este motivo, estar organizada em um partido político não traz conflitos com os movimentos indígenas na região, pela compreensão de sua importância na luta cotidiana.

Eu recebi muito apoio das minhas parentas aqui do Baixo Tapajós, das minhas companheiras de militância de longa data. Elas foram maravilhosas, assim, a receptividade foi... Nossa, foi muito, muito legal. Muito boa mesmo. Foi muito bom poder contar com as minhas parentas aqui, principalmente, né, que foram quem nos ajudaram bastante nesse processo todo. Então, em geral, foi bem positivo (Tatiane Picanço, Entrevista concedida em 9 de maio de 2019)

Para Tatiane, estar organizada, tanto no PSOL como nos movimentos em que participa, é uma questão de sobrevivência, uma questão de vida ou morte, por viver em um contexto de violência brutal contra mulheres, contra crianças, contra indígenas, que ocorrem das formas mais variadas. Desde a violência territorial, no que se refere à perda dos territórios indígenas, até a violência obstétrica, sexual, psicológica. Estar em movimentos que lutam para garantir direitos, é uma estratégia de sobrevivência para as mulheres, principalmente para as mulheres moradoras de sua região (Santarém). É necessário se unir de alguma forma, caso contrário, o contexto de violência só tende a se tornar mais intenso.

Estar organizada num movimento social que atua para garantir direitos é uma estratégia de sobrevivência para mulheres, principalmente para mulheres daqui da região. A gente precisa estar organizada. Se a gente não tiver organizada de alguma forma, o contexto de violência que a gente vive, ele só se intensifica. Então, pra garantir direitos, pra garantir a nossa sobrevivência, a gente tem que tá unida, a gente tem que tá junto e atuante. Senão, é morte. É isso ou é a morte (Tatiane Picanço, Entrevista concedida em 9 de maio de 2019)

A partir de seu lugar de mulher indígena, ressalta a necessidade da luta interna, dentro dos próprios movimentos em que atua. Ela considera que os movimentos indígenas tiveram uma mudança significativa ao longo dos anos, hoje em dia se percebe que a maioria das lideranças do baixo Tapajós são mulheres, e que estas vêm passando por um importante processo de fortalecimento, de se colocar como lideranças, de atuar dentro dos movimentos indígenas. No entanto, mesmo com a atuação crescente, ainda nota-se algumas falas desagradáveis por parte de alguns companheiros, sendo difícil o papel de uma liderança indígena mulher, tendo sempre a atuação deslegitimada, falas interrompidas, autoridade questionada etc.

Em alguns momentos, a gente ainda identifica, assim, algumas falas bem desagradáveis com relação a... Por exemplo, quando a gente precisa falar um pouco mais firme, a gente ainda escuta coisas desagradáveis e bem machistas, do tipo: “louca”, “descontrolada” e não sei o que [...] A gente tem a nossa atuação questionada o tempo inteiro. As nossas falas, às vezes, são interrompidas, ainda tem esse tipo de desafio, né? Falas interrompidas, autoridade questionada, a gente ainda encontra esse tipo de coisa (Tatiane Picanço, Entrevista concedida em 9 de maio de 2019)

Contudo, mesmo com essas dificuldades, destaca-se o fato das mulheres do baixo Tapajós estarem muito organizadas. Traz o exemplo do último encontro em 2018, que contou com a participação de mais de duzentas mulheres. Foram cinco dias de encontro na aldeia Novo Gurupá, território Tupaiú. Seu relato expõe esse encontro como um momento importante de organização, trocas de saberes, de fortalecimento das lutas, de troca de afeto, carinho e fortalecimento das lutas, foi uma ocasião que mostrou que as mulheres indígenas estão no caminho certo.

Serviu, assim, para eu identificar o quanto as mulheres estão muito atentas e muito atuantes com relação à garantia dos nossos direitos. Foi um momento fantástico de troca de saberes, de troca de fortalecimento, de fortalecimento das nossas lutas, de troca de afeto, de carinho entre nós. Foi muito importante, assim, esse momento, onde eu identifiquei que a gente tá realmente no caminho certo e avançando. A gente teve muitos avanços, apesar das dificuldades do que é ser uma liderança mulher por exemplo (Tatiane Picanço, Entrevista concedida em 9 de maio de 2019)

Ao perguntar sobre o que significa para ela ser mãe, ser indígena, ser militante, ser mulher, ela me responde que significa um desafio, não é fácil, porém, elas (mulheres indígenas da Amazônia) são uma potência enorme, são mulheres que estão juntas, que sabem de onde vieram, sabem do processo que as trouxeram até aqui, que as tornam mais fortes. No entanto, Tatiane afirma que quer viver num mundo onde as mulheres indígenas não precisam ser fortes o tempo todo, porque na sua visão, lutar o tempo inteiro é muito desgastante, a busca constante é da felicidade, de viver em paz e não precisar estar lutando o tempo todo para que seus direitos sejam respeitados. Considera que a luta de hoje é para que a geração futura dos povos indígenas não precise ser tão forte.

A gente sabe que a gente é, que a gente tem uma força imensa. A gente sabe do nosso poder sim, ele é imenso sim, ele é grande pra caramba, porém a gente espera que ele não precise ser tão forte o tempo inteiro, sabe? A gente quer viver na nossa terra em paz. A gente quer ter os nossos costumes respeitados. A gente quer ter o nosso direito, a nossa vida respeitada. E é para isso que a gente atua hoje, para as nossas futuras gerações não só terem um orgulho de serem quem são, mas que tenham seus direitos garantidos e respeitados. É para isso que a gente luta. Eu, pelo menos... Eu, pelo menos, é para isso que eu atuo, sabe? Para que a gente possa viver num mundo feliz. Nós, mulheres, merecemos viver tranquilamente. A gente não quer ser forte o tempo inteiro, a gente quer sossego (Tatiane Picanço, Entrevista concedida em 9 de maio de 2019)

Nossa conversa finaliza com a crítica à romantização que é feita em relação à luta das mulheres indígenas, porque o desgaste é enorme, tanto físico quanto psicológico, e essa ideia de que as lideranças indígenas precisam ser fortes o tempo todo é muito ruim para quem está na linha de frente do movimento, porque, como ela disse no início da entrevista, lutar é uma questão de sobrevivência, ou garante os direitos ou os povos indígenas serão apagados.

Concluindo com sua fala: “É sobre a nossa existência. É sobre quem a gente é, de onde a gente veio. E é isso.”

2.2 Sônia Guajajara

Para desenvolver a análise sobre a trajetória de Sônia Guajajara, considero necessário, da mesma forma que fiz acima, descrever alguns elementos relativos ao contexto histórico no qual ela está inserida. Nesse sentido, optei por discutir o contexto de violência que atinge o povo *Guajajara*, entendendo que este, marca de forma contundente a construção de Sônia como liderança indígena. Posteriormente, apresento duas organizações indígenas criadas no Maranhão que lutam pela garantia dos direitos indígenas e das mulheres indígenas que vivem nesse Estado.

Sigo expondo sua trajetória, a partir da análise de quatro entrevistas e uma *live* disponíveis em veículos da mídia, duas pela TV 247, uma no ano de 2018, realizada com a editora no Brasil 247, Gisele Federicce e a outra realizada no ano de 2019, com jornalista Dayane Santos e Gisele Federicce. A terceira, através do site “Amazônia Latitude”, realizada pelo jornalista João Pedro Soares no ano de 2019, e a quarta entrevista contendo também a participação de Guilherme Boulos, realizada para o canal oficial da Assembleia de Minas Gerais, em “Mundo Político”, e a *live* intitulada “Sonia Guajajara - 12a. Live Amazônia Sociedade Anônima” ocorreu no dia 31 de julho de 2020 sob a coordenação do produtor de cinema, Estêvão Ciavatta e realizada através do canal Pindorama Filmes, todas acessadas em dezembro de 2020. Em seguida, discuto a sua participação no processo eleitoral de 2018, tendo como base ainda essas entrevistas, somadas às entrevistas realizadas por mim com os dois militantes do PSOL apresentados no capítulo anterior, Julio Holanda e Felipe Rimes.

Ressalto novamente que a seleção desses materiais se deu em consequência do contexto de pandemia que marca parte dessa dissertação. A realização da entrevista com Sônia Guajajara que pretendia ser realizada presencialmente em 2020 não se tornou possível. Realizei contato com ela ao longo do segundo semestre de 2020, tendo uma resposta positiva em relação à participação na pesquisa, no entanto, relatando estar com dificuldades de comunicação por estar em sua aldeia, de encontrar agenda, pela sua atuação frente aos povos indígenas durante a pandemia. Mesmo com seu interesse em participar deste trabalho, seu tempo corrido em meio a pandemia impediu que pudesse ser viabilizado. No entanto, por se tratar de uma figura pública, foi possível conseguir o material suficiente para descrever a trajetória e a atuação de

Sônia durante a campanha, sem ser necessário abrir mão da inclusão dela como participante da pesquisa, em vista do seu tão importante papel para a presente discussão.

2.2.1 Povo Guajajara: contexto histórico de violência

O processo de demarcação das terras indígenas do povo *Guajajara* teve seu início em 1980, no entanto, algumas aldeias ficaram fora desse processo, tendo o retorno em 2001. Por esse motivo, os conflitos entre indígenas e madeireiros se agudizaram pela ausência de uma documentação garantidora da pertença dessas terras aos indígenas que nela vivem. Além disso, a ausência de fiscalização estatal não garante a segurança das terras que já foram demarcadas. Em 2017, duas TI's do povo *Guajajara*, Bacurizinho (declarada) e Vila Real (a identificar) ainda se encontravam em pendência no processo de regularização. A convivência entre indígenas e madeireiros na região, traz ainda, outras séries de consequências para o povo *Guajajara*, como a prostituição, o alcoolismo, o crescimento no número de doenças etc. Em *live* realizada com o produtor de cinema Estêvão Ciavatta, Sônia Guajajara²⁴ fala da TI Araribóia dentro do contexto amazônico de sua inserção:

Araribóia é uma terra demarcada, foi demarcada na década de 80 e lá no início claro né teve também está desintrusão de muitos colonos que viviam ali, tem área indígena que ficou de fora da demarcação, ficou como um lugar povoado né, foi cedido para não indígenas para morarem lá, mas enfim é uma área que está regularizada né, homologada. Mas nem por isso quer dizer que está tranquilo, a não demarcação é sempre um problema né, é sempre uma preocupação no Brasil inteiro que é o que acaba trazendo os indígenas em um campo de conflito. Não ter demarcação, mas muito território demarcado também acaba tendo muitos conflitos por conta das invasões e o território indígena Araribóia é uma área rica, dê muita floresta, de muita caça, e tem a presença também de povo indígena em isolamento voluntário, ou seja, não tem nenhum contato ainda com a sociedade. E aí tem muita, mas muita invasão de madeiro, essa invasão de madeireiros acaba ameaçando tanto os Guajajara né como também o Awá Guajá, que são esses isolados, que vivem ali dentro da TI Araribóia. (*Live* realizada com o produtor de cinema Estêvão Ciavatta e Sônia Guajajara, através do canal Pindorama Filmes, 31 de julho de 2020²⁵)

Dessa forma, o povo *Guajajara* tem uma vida marcada por constantes conflitos de terra, um deles que foi marcante envolveu madeireiros e *guajaras* em 2007, quando indígenas apreenderam um caminhão que retirava madeira ilegal próximo às aldeias, dias depois da apreensão, madeireiros invadiram a aldeia Lagoa Comprida para recuperar o caminhão e nesse conflito ocorre o assassinato do líder indígena, Tomé Guajajara. Esse é um exemplo da realidade do povo *Guajajara* nesse contexto de constantes violências e violações. O que chama

²⁴ *Live* realizada através do canal Pindorama Filmes, 31 de julho de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Y-6Tai3s-Js&t=908s>>. Acesso: 25/01/2021

²⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Y-6Tai3s-Js&t=908s>>. Acesso: 25/01/2021

atenção ainda, é a lentidão, e muitas vezes imobilidade do Estado em resolver essas situações. Em agosto de 2008 foi realizada a I Assembleia do Povo *Guajajara*, onde um dos assuntos centrais foi a violência, além da física, a partir dos conflitos com madeireiros, foram discutidas a violência por parte do Estado, no que se refere a ausência de condições básicas para as aldeias, como energia e saneamento básico. A presença de não-indígenas no território traz ainda grandes impactos ambientais. Os anos de 2015 e 2016 foram marcados por muitos incêndios que atingiram territórios indígenas no Maranhão, atingindo de forma mais contundente a TI Araribóia. Depois de 50 dias de incêndio nesse território, o Greenpeace informou que já havia sido consumido ¼ da TI pelas chamas. Lideranças indígenas se manifestam nesse contexto pedindo atuação do Estado, além de investigação dos motivos das queimadas, que consideram que existam motivações criminosas. (<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ma-povo-guajajara-e-a-violencia-de-madeireiros-no-maranhao/>). Sônia Guajajara, na *live* disponível pelo canal Pindorama Filmes, destaca²⁶:

Além desse desmatamento desenfreado, dessa exploração ilegal, tem também uma sequência de queimadas, de incêndios florestais. 2015, Araribóia teve um incêndio grande que queimou 52% do território, então queimou demais, queimou a floresta, queimou muitos bichos, muitos animais, levou muita doença respiratória para os indígenas lá dentro do território, então foi um incêndio assim que durou três meses eu lembro bem que esse incêndio começou no dia 21 de setembro, olha só né por ironia do destino no dia da árvore né setembro e aí só apagou em dezembro quando choveu. Então ficou setembro, outubro e novembro queimando, queimando, queimando. A gente denunciou muito, a gente fez uma chamada bem forte para combater, teve a presença do exército, corpo de bombeiros, de brigadas de outros estados, do Tocantins, do Rio de Janeiro, teve o apoio do governo do Chile que mandou um produto para jogar, para apagar esse fogo, mas enfim só apagou mesmo, só pagou mesmo com a chuva (*Live* realizada com o produtor de cinema Estêvão Ciavatta e Sônia Guajajara, através do canal Pindorama Filmes, 31 de julho de 2020²⁷)

Algo que deve ser destacado ao analisar o contexto histórico do povo *Guajajara*, conforme referido por Sônia durante a *live* ao canal Pindorama Filmes, é o entendimento de que, mesmo estando no Nordeste do país, esse povo se localiza na região da Amazônia Legal. Dessa forma, algumas características desse histórico de conflitos territoriais, violências, violações e desmatamento desenfreado estão intimamente relacionadas ao contexto amazônico relacionado à projetos de “desenvolvimento” implementados nessas regiões. Por ser uma área de riquezas naturais e cujo histórico remonta, como vimos, à falácia de um “vazio demográfico”, a Amazônia é vista com muito interesse para a exploração, o que resulta em

²⁶ Live realizada através do canal Pindorama Filmes, 31 de julho de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Y-6Tai3s-Js&t=908s>>. Acesso: 25/01/2021

²⁷ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Y-6Tai3s-Js&t=908s>>. Acesso: 25/01/2021

práticas violentas e predatórias não apenas entre Estado Nacional e povos indígenas, mas entre segmentos de invasores, posseiros, madeireiros, garimpeiros etc. As consequências disso são tanto ambientais, como sociais, em grave prejuízo aos povos indígenas que nela vivem.

O território Araribóia é uma área que fica na região amazônica né, está dentro do bioma amazônico por ser uma área de floresta, aqui é tido como o portal da Amazônia, é onde começa toda a floresta amazônica. Mas, assim, Araribóia é uma área que está sempre no ranking, na disputa com Pará e Mato Grosso entre as mais desmatadas. Todo ano o Maranhão está ali no meio desses três, que mais desmatam e aí já perdeu mais de 40% da sua vegetação nativa com a exploração ilegal. Então é uma área que tem muitos conflitos, tem muitas ameaças e já houve muitos assassinatos, tanto dentro do território como nas cidades vizinhas e a maioria desses assassinatos é sempre ligado a esses conflitos né (*Live* realizada com o produtor de cinema Estêvão Ciavatta e Sônia Guajajara, através do canal Pindorama Filmes, 31 de julho de 2020)

As ameaças socioambientais acontecem em associação com a violência contra aqueles que buscam preservar o território. O povo *Guajajara* vivencia ao longo de sua história uma série de ataques a seus territórios e perda de seus direitos, com invasões constantes de madeireiros e grileiros. O Relatório Violência Contra Povos Indígenas no Brasil, do Conselho Indígena Missionário (CIMI), afirma que nos anos 2000 foram contabilizados pelo menos 48 casos de assassinatos de indígenas do povo *Guajajara*. Nos anos que se seguiram a violência continuou atingindo esse povo, tendo seus maiores índices entre 2007 e 2016, com 10 casos em cada ano, sendo 7 em 2012. A Terra Indígena mais afetada com a violência é a Araribóia - Terra Indígena de Sônia Guajajara, que registrou 18 desses casos de assassinatos de indígenas. Do ano de 2006 até agora, a TI Araribóia é a segunda terra indígena com maior número de invasão, contabilizando 20 casos no banco de violência do CIMI.²⁸ A violência que atinge povos indígenas aumenta não apenas na TI-Araribóia, em todo o Estado do Maranhão se registra um crescimento no número de invasões, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio - desde 2006, foram registrados 130 casos - sendo mais da metade nos últimos cinco anos e mais de um terço desses casos identificados em terras indígenas onde ocorreram assassinatos, indicando a possível associação entre as invasões e os assassinatos.

Com a chegada de Bolsonaro à presidência em 2018 a situação dos povos indígenas tem sido ainda mais difícil, como já discutido no primeiro capítulo, políticas de cortes de orçamento destinadas a FUNAI e outros órgãos responsáveis pelas questões indígenas, como políticas de demarcação, além de seu próprio discurso político de legitimação da invasão e violência territorial, deixam os povos indígenas mais passíveis de sofrerem ataques.²⁹ No ano de 2019,

²⁸ <https://cimi.org.br/2020/03/povo-guajajara-resiste-as-invasoes-territoriais-e-registra-48-assassinatos-em-menos-de-20-anos/>

²⁹ <https://cimi.org.br/2020/03/povo-guajajara-resiste-as-invasoes-territoriais-e-registra-48-assassinatos-em-menos-de-20-anos/>

início do governo, indígenas da TI-Araribóia, fazem diversas denúncias de invasão e loteamento de partes desse território, com a dificuldade de respostas e fiscalizações, através de cortes de orçamento destinados à FUNAI.

Através da ausência do Estado em atender as denúncias, os próprios indígenas vêm ao longo dos anos organizando um grupo de guardiões, na tentativa de fiscalizar o território de possíveis invasores. Essa organização teve início em 2008 e continua a atuar, mesmo sofrendo constantes ataques, sendo o mais recente, o que ocorreu em 2019, onde Paulinho Guajajara e Laércio Souza Silva sofreram uma emboscada por parte de madeireiros, Paulinho, primo de Sônia Guajajara é assassinado a tiros, enquanto Laércio, mesmo baleado, conseguiu fugir³⁰. Em documento de apelo urgente, escrito no ano de 2020, a assessoria jurídica da APIB, escreve para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), relatando o crescimento de assassinatos de lideranças indígenas *guajajara*, além do crescente número de ameaças

A APIB expressa enorme preocupação com a continuidade destes atentados, tanto com a ausência de ações de caráter preventivo, por parte do Estado Brasileiro, quanto pela própria relação de ineficiência no atendimento às mobilizações de caráter imediato para as providências preliminares. Situação que compromete desde a determinação de competência para instauração de inquéritos, até a devida coleta de provas e subsídios indispensáveis à apuração das circunstâncias em que ocorrem os assassinatos. Trata-se de um contexto marcado pela dificuldade de relacionamento com a realidade dos povos indígenas que influi de forma direta e imediata nas apurações das motivações dos crimes, bem como de indicação de possíveis suspeitos. Sem atender as formas próprias de organização dos povos originários, desconsidera-se o direito indígena como necessário e indispensável na elucidação dos fatos. Como no caso em destaque nesse alerta, em que a inefetividade de identificação de autoria do delito tem reforçado a sensação de insegurança da comunidade, que indicou suspeitos às autoridades para que tomassem providências necessárias a fazer cessar o clima de ameaças instituído pelo mesmo. (Trecho retirado do documento escrito pela apib com destino a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA), 2020)

Contudo, é fundamental abordarmos as formas de resistência e organização política praticadas por esses povos. No Maranhão existem diferentes organizações indígenas, mas aqui, falarei de duas delas que abarcam um grande número indígenas do Estado, a Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (COAPIMA) e a Articulação das Mulheres Indígenas do Maranhão (AMIMA). No ano de 2003 é criada oficialmente a COAPIMA, do dia 11 a 14 de setembro, quando na cidade de Santa Inês, mais de 60 lideranças dos povos *Guajajara*, *Krikati*, *Gavião*, *Canela*, *Awá-Guajá* e *Kaapor* se reuniram para discutir questões acerca das terras indígenas que se localizam no Estado, debatendo pontos em torno da saúde, educação, preservação etc. Ao avaliarem os exemplos de outras organizações que foram

³⁰ <https://cimi.org.br/2020/03/povo-guajajara-resiste-as-invasoes-territoriais-e-registra-48-assassinatos-em-menos-de-20-anos/>

criadas no país nos anos anteriores, e a partir da participação de membros desses movimentos no evento, decidiram criar a COAPIMA, para representar os povos indígenas desse Estado.³¹

Dentre os objetivos da COAPIMA estão: a defesa dos interesses e direitos indígenas, unificando a organização social, cultural e econômica, tendo como base a economia tradicional e específica de cada povo; a promoção de ações de demarcações de terra; a promoção e o desenvolvimento de intercâmbios, projetos e convênios, a nível nacional e internacional, governamentais e não-governamentais; o apoio à participação das mulheres nos movimentos indígenas e o fortalecimento da autonomia dos povos indígenas do Estado. Destaca-se na formação da COAPINA, a participação de Sônia Guajajara, já na primeira gestão. Seguindo com a seguinte coordenação executiva: Coordenador Geral: Lourenço Borges Milhomem; Vice-coordenador: José Wilson da Silva e Tesoureiro: Jonas Sansão Gavião. Além do Conselho Deliberativo e Fiscal, que contou com 15 membros de diferentes povos.³²

De forma mais específica ao debate de gênero, em novembro de 2017 é realizada a primeira assembleia da Articulação de Mulheres Indígenas do Maranhão (AMIMA), o encontro foi organizado pelas Guerreiras da Floresta em parceria com a Associação Wirazu, na aldeia Maçaranduba, Terra Indígena Caru. Contando com a presença de mais de 200 lideranças, a primeira articulação desse movimento tinha como objetivo o fortalecimento das organizações das mulheres do Estado, a troca de experiências entre diferentes povos através de uma perspectiva de gênero, a discussão de políticas públicas para mulheres e a proposta de ações estratégicas para o movimento no ano seguinte. Além da discussão referente a uma série de temáticas mais específicas, como a saúde da mulher indígena, educação, proteção territorial, atividades desenvolvidas por mulheres etc.³³

O contexto do povo *Guajajara* é marcado por violência, violações de direitos, negligência de políticas estatais e se faz importante para compreender Sônia Guajajara como liderança. Ao acompanhar sua trajetória, suas redes sociais e sua militância, é possível perceber que sua forma de atuação é semelhante à descrita por Lacerda (2014) ao destacar as ações de lideranças da Amazônia que atuam no sentido da denúncia de violações de direitos, respaldadas pela legislação. Sônia, atualmente é uma liderança nacional, que alcança até mesmo níveis internacionais, mas que traz sua experiência de luta através de sua vivência como indígena

³¹ <https://www.indios.org.br/pt/Not%C3%ADcias?id=9433>

³² <https://www.indios.org.br/pt/Not%C3%ADcias?id=9433>

³³ <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/4678-amima-realiza-i-encontro-de-articulacao-de-mulheres-indigenas-do-maranhao?highlight=WyJwcm90ZVx1MDBiN1x1MDBiM28iLCJ0ZXJyaXRvcmlhbCIInByb3RlXHUwMGU3XHUwMGUzbyB0ZXJyaXRvcmlhbCJd>

guajajara. Nesse sentido, através da pesquisa em torno de sua trajetória veremos que uma de suas características marcantes é a da denúncia das mais diferentes violências que atingem os povos indígenas no Brasil.

2.2.2 Sônia Guajajara em sua trajetória pessoal, profissional e de militância

Sônia Bone Guajajara, tem 46 anos, é do povo *Guajajara/Tenetebara*, é mãe de três filhos: Luiz Mahkai, Yaponã, e Y'wara, com idade entre 15 e 23 anos, natural do Maranhão, nascida em Campo Formoso, região onde moravam, principalmente indígenas casados com brancos - situação de seus pais. Essa área ficou fora do processo de demarcação, mesmo sendo área indígena.³⁴ Mesmo nascendo fora da área indígena, sua transição entre Campo Formoso e outras aldeias da TI Araribóia sempre foi muito presente, posteriormente indo morar na Lagoa Quieta, dentro da TI, onde mora ainda hoje com seus familiares. (SOARES, 2019) Em entrevista à TV 247, realizada no ano de 2018, Sônia apresenta seu processo de formação em Enfermagem e Letras com especialização em Educação Especial. No entanto, sua principal atuação hoje é como liderança indígena, estando na coordenação executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), seu reconhecimento se dá em escala nacional e internacional, como veremos a seguir. Ela afirma que seu caminho de construção de liderança indígena vem desde muito cedo dentro de sua aldeia, onde era desde a escola, uma aluna muito dedicada, se destacando também na atuação dos movimentos indígenas locais. Por esses motivos, ela é selecionada pela FUNAI para fazer o ensino médio em um colégio interno em Minas Gerais em 1989, com 15 anos, em 1991 retorna para sua aldeia e começa a trabalhar como monitora em educação e saúde, cuja função a faz acompanhar várias aldeias³⁵.

Soares (2019) ao descrever a entrevista feita com Sônia, afirma que sua atuação política e sua construção como liderança se deu a partir do interesse em acompanhar as reuniões, assembleias e movimentos indígenas da sua aldeia. Na juventude, quando ainda não podia participar, ficava ouvindo as atividades, atenta a tudo que acontecia. Posteriormente, começou a participar dos encontros na função de escritã das atas, já por conta de seu interesse pela leitura e pela escrita. A partir dessa incumbência, todos os encontros realizados fora da aldeia, que era organizada uma comitiva de representantes, ela estava presente como a escritã, ao retornar à

³⁴ Entrevista realizada com a editora no Brasil 247, Gisele Federicce, disponível pela TV 247, 2018, in: <https://www.youtube.com/watch?v=qP3KNTFnXgw&t=763s>, acessada em 24/12/2020

³⁵ Entrevista realizada com a editora no Brasil 247, Gisele Federicce, disponível pela TV 247, 2018, in: <https://www.youtube.com/watch?v=qP3KNTFnXgw&t=763s>, acessada em 24/12/2020

aldeia, preparava o material de forma compreensiva para os demais indígenas. A partir dessa tarefa que parecia algo simples, Sônia Guajajara foi sendo reconhecida por sua aldeia como uma representante importante.

Sua atuação política ainda possibilita a realização de um curso de medicina alternativa em São Paulo, conforme exemplificado por ela na entrevista disponível pela TV 247 (2018), através de convite realizado pela igreja católica - padres mais progressistas atuantes na região, que apoiavam a juventude e lideranças. No seu retorno, passa a auxiliar no movimento popular de saúde da cidade, a partir do seu aprimoramento nas práticas tradicionais. Em seguida, novamente, a FUNAI, propõe que faça o curso Técnico em Enfermagem, em Imperatriz. Logo em seguida, entra no curso de Letras pela Universidade Estadual do Maranhão, se especializando em Educação Especial, mesmo período que faz o concurso público para o Município de Imperatriz na área da saúde, através de sua aprovação, trabalha por um tempo na área de saúde, na casa da saúde indígena, depois da sua formação universitária, trabalha na APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), em escolas municipais, particulares etc. Vale destacar, que a FUNAI e instituições religiosas, principalmente ligadas à igreja católica, foram responsáveis pelo incentivo à educação de muitos indígenas, conforme já mencionado.

Sônia, afirma ainda nessa entrevista, que durante toda formação profissional, se mantém sempre ativa nos movimentos indígenas, conciliando seus empregos, sua formação e sua militância. No ano de 2009, passa a se dedicar exclusivamente aos movimentos Indígenas, quando foi eleita vice-coordenadora da COIAB, no entanto, durante os seis anos que se antecederam, foi da coordenação da COAPIMA. Quando finaliza seu mandato na COIAB é imediatamente eleita para fazer parte da coordenação executiva da APIB, onde permanece até hoje – tendo se ausentado durante o período de sua candidatura à co-presidência em 2018³⁶.

Por toda trajetória de Sônia Guajajara dentro dos movimentos indígenas, seu nome se torna referência nacional e internacional como importante representante dos povos indígenas do Brasil. No site do PSOL, partido de sua candidatura, podemos ver a descrição dos prêmios recebidos por ela. No exterior, atua como porta-voz, denunciando situações de violências e violações, alcançando entidades como a ONU (Organização das Nações Unidas) e COP (Conferências Mundiais do Clima), Parlamento Europeu e tantos outros órgãos institucionais. Já recebeu uma série de prêmios e homenagens por sua atuação como liderança indígena, sua

³⁶ Entrevista realizada com a editora no Brasil 247, Gisele Federicce, disponível pela TV 247, 2018, in: <https://www.youtube.com/watch?v=qP3KNTFnXgw&t=763s>, acessada em 24/12/2020

defesa dos povos indígenas e ao meio ambiente. São exemplos desses prêmios: Prêmio Ordem do Mérito Cultural 2015 do Ministério da Cultura, entregue pela então presidenta Dilma Rousseff; medalha 18 de janeiro pelo Centro de Promoção da Cidadania e Defesa dos Direitos Humanos Padre Josimo; medalha Honra ao Mérito do Governo do Estado do Maranhão, pela grande articulação com os órgãos governamentais no período das queimadas na Terra Indígena Araribóia etc.³⁷

Soares (2019) vai destacar nesse mesmo sentido, a partir da entrevista realizada com ela, que no ano de 2017, a partir da publicação do decreto de Michel Temer que previa a extinção da Reserva Nacional de Cobre e Associados (RENCA), Sônia Guajajara sobe ao palco do Rock in Rio, no show da cantora estadunidense Alicia Keys, para denunciar o ataque do governo ao meio ambiente. Sua aparição em um show de tamanha proporção, trouxe uma enorme visibilidade à causa defendida pela liderança. Como discutido anteriormente, no período posterior à ditadura militar, principalmente depois da década de 90, a questão socioambiental começa a aparecer com mais força no país, e nesse sentido a Amazônia passa a ser ressignificada como um “espaço de preservação”, tanto em escala nacional, como internacional. Dentro dessa perspectiva, lideranças como a Sônia, unificam suas vozes na denúncia em diferentes escalas e esferas, levando a possíveis interlocuções entre lideranças e ONG's nacionais e internacionais, movimentos variados, artistas etc., na tentativa de que suas vozes ecoem nos mais diferentes espaços. Outro exemplo marcante nessa forma de denúncia, ocorreu entre 1988 e 1989, quando o Cacique Raoni, do povo *Kayapó*, sendo grande opositor da barragem de Belo Monte, utiliza sua interlocução com o cantor inglês Sting, em uma turnê que visitou dezessete países, para realizar sua denúncia contra a construção da barragem, colocando em evidência o tema da preservação da Amazônia. Esses dois exemplos indicam que a Amazônia trazendo esse sentido de “espaço de preservação” não deixa de ser um instrumento de luta usado por lideranças para alcançar maior visibilidade às suas causas.

2.2.3 Sônia Guajajara na disputa eleitoral

Sônia Guajajara foi a primeira mulher indígena do país a se candidatar em uma chapa para Presidência da República. Sua candidatura foi pelo PSOL no ano de 2018, partido que é filiada desde 2011, ao lado do coordenador do MTST, Guilherme Boulos. Em entrevista a TV 247 em 2018, Sônia afirma que no dia 3 de março de 2018, na Conferência Cidadã que

³⁷ <https://psol50.org.br/conheca-sonia-guajajara-primeira-indigena-em-uma-pre-candidatura-presidencial/>

aconteceu em São Paulo, ela se colocou à disposição para a composição da chapa. Sua candidatura, mesmo que não tenha alcançado a vitória eleitoral, trouxe maior visibilidade aos movimentos indígenas no Brasil, pela primeira vez na história conseguiram levar uma representante para disputar uma vaga na chapa presidencial. Além de ser indígena, Sônia é mulher, o que torna ainda mais simbólica e significativa a sua participação nesse processo de disputa³⁸.

Sônia afirma, que na eleição de 2018 foi a primeira vez que participou de uma disputa eleitoral. Da mesma forma que Tatiane Picanço, sua presença nesse processo não faz parte de um projeto individual, mas de uma construção coletiva enquanto parte dos movimentos indígenas e enquanto partido. Segundo ela, os movimentos indígenas percebem uma ausência de representação dentro da política partidária, não por falta de candidaturas propriamente ditas, mas por uma dificuldade de alcançar vitórias eleitorais em um processo que ela afirma ser muito desigual. No entanto, os movimentos indígenas, que sempre esteve muito ativo nas lutas contra a retirada de direitos, inclusive em manifestações no Congresso Nacional, compreendeu que era necessário buscar uma incidência maior dentro da política institucional. Dentro dessa perspectiva, em 2019, a APIB lança a carta “Por um parlamento cada vez mais indígena”:

Nos últimos anos os Povos Indígenas do Brasil têm enfrentado fortes pressões que têm se intensificado em todos os espaços de poder do Estado. No parlamento, têm prevalecido em todos os seus níveis, os interesses de grupos majoritariamente contrários aos direitos dos povos indígenas. Tendo em vista que é no parlamento o lugar onde se constrói regramentos legais que vinculam toda a sociedade, faz-se necessário enxergarmos esse espaço como estratégico para o empoderamento dos nossos povos e conseguir que de forma efetiva as nossas lutas e pautas sejam evidenciadas e transformadas em instrumentos de resistência e de poder nesse contexto acentuado de correlação de forças e de ataques permanentes aos direitos indígenas. [...] Considerando que em 2018 todo o país estará voltado para as eleições a cargos de deputados estaduais e federais, senadores, governadores e presidente da República, o foco é que os nossos povos não atuem mais como meros coadjuvantes nesse processo de eleição. Por isso, conclamamos a todos os povos indígenas do Brasil para que a partir de agora, iniciem suas discussões no âmbito local e regional sobre a necessidade de lançarmos cada vez mais indígenas candidatos para a disputa nessas próximas eleições, guerreiras e guerreiros encorajados, dispostos a ocupar o parlamento nos estados e no Congresso Nacional. (Trecho da carta da APIB: “Por um parlamento cada vez mais indígena”, Brasília-DF, 31 de janeiro de 2017)

Dessa forma, de maneira cada vez mais crescente, os movimentos indígenas vêm desenvolvendo discussões acerca da necessidade de aumentar o número de participação nos processos eleitorais, e dentro desse processo que Sônia Guajajara se coloca em 2018, percebendo a necessidade de lançar candidaturas por todo o Brasil. A sua, de forma específica, é construída pelos movimentos indígenas, de maneira conjunta ao setorial ecossocialista do

³⁸ Entrevista realizada com a editora no Brasil 247, Gisele Federicce, disponível pela TV 247, 2018, in: <https://www.youtube.com/watch?v=qP3KNTFnXgw&t=763s>, acessada em 24/12/2020

PSOL, nesse sentido, considero necessário trazer a compreensão do funcionamento desse setorial. Primeiramente vale ressaltar que setoriais são subdivisões partidárias a partir da identificação e aproximação de seus militantes. No PSOL, existem uma série de setoriais, como o setorial LGBTQIA+, setorial de negros e negras, setorial de mulheres, como também o setorial ecossocialista. Os militantes podem participar de quantos setoriais forem necessários, a partir do qual lhe convém.

A breve apresentação do setorial ecossocialista do PSOL se baseará principalmente no depoimento dos militantes do partido entrevistados para essa dissertação, Julio Holanda e Felipe Rimes. Seu processo de organização se deu em 2011, seu principal idealizador foi Paulo Piramba, que, no entanto, morre no ano em que o setorial se consolida no partido, seu legado e exemplo na defesa do ecossocialismo acompanha o setorial nos anos posteriores a sua formação. Julio Holanda, destaca que o movimento ecossocialista antecede e expande os limites partidários, tendo seu início antes mesmo do PSOL se tornar partido político, nele estava presente setores do PT, REDE, PV e outros partidos preocupados com a questão ambiental. Em 2009, é lançada a carta ecossocialista, no Fórum Social Mundial em Belém do Pará:

O movimento ecossocialista visa parar e inverter o processo desastroso de aquecimento global em particular e do ecocídio capitalista em geral, e construir uma alternativa prática e radical ao sistema capitalista. O Ecossocialismo situa-se em uma economia transformada, fundada nos valores não-monetários de justiça social e de equilíbrio ecológico. Ele critica tanto a "ecologia capitalista mercado" e o socialismo produtivista, que ignoraram o equilíbrio e limites da terra. Ele redefine o trajeto e o objetivo do socialismo dentro de uma estrutura ecológica e democrática. O Ecossocialismo envolve uma transformação social revolucionária, que implique a limitação do crescimento e a transformação das necessidades por uma mudança profunda dos critérios econômicos quantitativos para os qualitativos, com ênfase no valor de uso em vez do valor de troca (Trecho da carta ecossocialista, lançada no Fórum Social Mundial, Belém do Pará, 2009)

Esse movimento ecossocialista mais amplo é agregado pelo PSOL, quase dez anos depois de sua fundação, trazendo a percepção, como aponta Júlio Holanda, de que o debate ecossocialista tem dificuldade de encontrar amplitude em muitos movimentos e partidos políticos. No entanto, o cenário político nacional e internacional demonstra que é urgente pensar novas formas de relação entre o homem e o meio ambiente, sendo cada vez mais necessário reivindicar esse espaço de discussão e mobilização. Felipe Rimes, da mesma forma, destaca que o debate socialista precisa se atentar para a problemática da lógica desenvolvimentista:

A gente tem uma lógica do progresso que é destrutivo e talvez progredir em algum sentido seja parar esse trem que caminha pro abismo, acho que em alguma medida a gente tem que pensar uma nova lógica do desenvolvimento e em algum sentido cito muito o que o movimento indígena tem a oferecer para a gente, são povos que há milênios estão vivendo outra forma de relação com o meio ambiente que hoje são os

principais povos que conseguem proteger a natureza no Brasil, e acho que a gente tem que aprender a viver sobre esse outro olhar (Entrevista com o militante do PSOL e do setorial ecossocialista Felipe Rimes, 25 de agosto de 2020)

É nesse movimento interno do PSOL, de levar ao partido uma discussão ecossocialista, que se constrói a candidatura de Sônia Guajajara junto com os movimentos indígenas. Em primeiro momento se discutiu a possibilidade de lançar sua candidatura a Deputada Federal pelo Rio de Janeiro, por considerar que a base de apoio seria maior nessa cidade. Depois de conversas internas, percebeu-se que uma liderança como ela, que representa povos indígenas de diversas regiões do Brasil, deveria entrar para uma disputa maior, com ainda mais visibilidade, que colocasse no centro da discussão política as pautas dos povos indígenas, dessa forma não ficaria circunscrita apenas ao Rio de Janeiro.

A gente (movimentos indígenas) foi construindo gradativamente, fomos chegando nos entendimentos, né e até chegar nesse consenso de que era importante a nossa composição numa chapa presidencial e pra gente está sendo assim muito significativo, porque em 518 anos, nunca tivemos assim, de fato nenhuma representação indígena concorrendo e agora a gente está conseguindo trazer a pauta indígena pro centro do debate, nós estamos conseguindo fazer com que os meios de comunicação também se interessem mais pela realidade atual dos povos indígenas (Entrevista de Sônia Guajajara a TV 247 em 2018, in:<https://www.youtube.com/watch?v=qP3KNTFnXgw&t=763s>)

Nesta mesma entrevista, Sônia Guajajara chama atenção para o fato de que sua candidatura na disputa presidencial coloca em evidência os povos indígenas do Brasil, que ao longo da história são vistos como “povos do passado”, tendo como propagadores desse estereótipo os meios de comunicação e as redes de ensino, principalmente. As escolas, em sua visão, ensinam aos alunos que os povos indígenas viviam nus, que caçavam, pescavam, na visão de um povo que já não existe mais. Assim sendo, a maior parcela da população é educada tendo essa imagem equivocada, na crença de que os povos indígenas do Brasil não existem no tempo presente³⁹.

A gente anda na rua assim, quando dá vontade de usar nossas coisas a gente usa né, cocar, nossos brincos, nossos colares, isso é coisa nossa, tradicional do nosso povo, dos nossos costumes. O povo olha, toma um susto, é como se a gente fosse um ser de outro planeta, sabe? Então assim, é muito visível essa ignorância ou esse desconhecimento da população em relação à presença indígena em um país que é originariamente indígena né então é preciso superar (Entrevista de Sônia Guajajara a TV 247 em 2018, in:<https://www.youtube.com/watch?v=qP3KNTFnXgw&t=763s>)

³⁹ Entrevista realizada com a editora no Brasil 247, Gisele Federicce, disponível pela TV 247, 2018, in: <https://www.youtube.com/watch?v=qP3KNTFnXgw&t=763s>, acessada em 24/12/2020

Por esse ângulo, é possível compreender que os povos indígenas no Brasil, sofreram e sofrem o processo de colonização que tentou e ainda tenta apagar toda a sua história e sua vivência. Esta discussão se aproxima da fala de Tatiane Picanço, ao afirmar que esse violento processo de colonização faz com que se perca a identidade indígena - processo que ocorre inclusive em sua trajetória pessoal. Nessa perspectiva, Sônia Guajajara afirma que a sua candidatura é um processo que traz os olhares da população brasileira para esses povos, que estão presentes em diferentes aldeias, cidades, universidades, cargos, profissões etc. “Agora com a minha presença na chapa presidencial, quem vem entrevistar, quem vem conversar com a gente precisa pesquisar e saber, e dizer que existem povos indígenas hoje no Brasil, que nós temos 305 povos diferentes que falamos 274 línguas diferentes” (entrevista de Sônia Guajajara a TV 247 em 2018)⁴⁰. A chapa de Sônia Guajajara e Guilherme Boulos lançou seu plano de governo tendo o objetivo de levar ao debate público temas centrais como o combate à desigualdade; enfrentamento dos privilégios; o rompimento com o modelo de desenvolvimento econômico atual, que explora os recursos naturais, faz uso predatório da terra, etc. entendendo que são pautas centrais e inegociáveis, que não se finalizam com o processo eleitoral de 2018, mas que seguirão sendo defendidas independentemente do resultado eleitoral.

Nós temos esses três princípios gerais que norteiam a nossa campanha e nós vamos seguir lutando por isso, independente de quem seja eleito, são defesas que a gente faz, são bandeiras das causas, essa bandeira de causa, e esse é o momento da gente fincar essas bandeiras né, que é o que a gente acredita, e seguir fortalecendo cada vez mais, porque são todas as bandeiras inegociáveis né, como é que nós vamos negociar o direito das mulheres? Como nós vamos negociar os direitos ambientais? Como nós vamos negociar os direitos dos povos originários? dos povos tradicionais? Como nós vamos negociar os direitos à saúde e à educação? De um atendimento? De políticas públicas para a população? Sabe? Então assim, nossas bandeiras são todas inegociáveis e nós vamos seguir lutando pelo que acreditamos, não vamos de jeito nenhum dar um passo atrás (Entrevista de Sônia Guajajara a TV 247 em 2018, in: <https://www.youtube.com/watch?v=qP3KNTFnXgw&t=763s>)

Em entrevista ao canal oficial da Assembleia de Minas Gerais, Guilherme Boulos afirma que essa campanha eleitoral é uma campanha de mobilização e não uma campanha com dinheiro de empresários, como muitos partidos fazem, mobilizada com grupos de ação em todo o país, com a participação da juventude em universidades, dos coletivos que estão nas ruas, nas periferias, divulgação pelas redes sociais, através do apoio de setores da mídia alternativa e de esquerda como a Mídia Ninja. Uma campanha que se desenvolve a partir de um acúmulo

⁴⁰ Entrevista realizada com a editora no Brasil 247, Gisele Federicce, disponível pela TV 247, 2018, in: <https://www.youtube.com/watch?v=qP3KNTFnXgw&t=763s>, acessada em 24/12/2020

do PSOL ao longo dos anos, que tem força de oposição dentro do congresso nacional. Segundo Guilherme Boulos, em consonância com a fala de Sônia Guajajara citada acima⁴¹:

O que está em jogo para nós é acumular forças para uma mobilização da sociedade para pensar um projeto de mudança profunda no país que não termina em outubro não, e o nosso projeto não tem prazo de validade em outubro ou novembro deste ano nosso projeto quer apontar mudanças que combate à desigualdade estrutural do país que revertam esse sistema político que hoje é absolutamente antipopular aberto escancarado para 1% e fechado para os 99% (Entrevista realizada com Guilherme Boulos e Sônia Guajajara para o canal oficial da Assembleia de Minas Gerais, em “Mundo Político”, 18 de abril de 2018 in: <https://www.youtube.com/watch?v=bjCKbSkKbt4>)

Um dos problemas enfrentados pelos povos indígenas nos processos eleitorais é a distância dos locais de votação, impossibilitando a participação de muitos indígenas. Sônia Guajajara, afirma em entrevista à TV 247 (2018), que tendo como base o último censo do IBGE, o número de indígenas no Brasil chega a quase 900 mil, e que desse total, metade está apta a votar, no entanto nem todos conseguem participar do processo, por conta de muitas aldeias serem distantes das cidades. Segundo ela, essa situação desfavorece a participação dos povos indígenas, porque desconsidera as diferentes realidades, sendo necessário “repensar todo um sistema eleitoral todo o sistema político pra poder você garantir o direito à cidadania ao voto a todas as pessoas” (entrevista de Sônia Guajajara a TV 247 em 2018)⁴². A constituição de 1988, na teoria, garante o direito pleno de voto aos povos indígenas, respeito, mas o que se vê, ainda hoje, é a dificuldade de fazer com que a constituição seja efetivada em sua totalidade. No contexto amazônico, de aldeias distantes e difícil acesso, torna-se ainda mais difícil ver o Estado fazendo valer o direito ao voto de seus cidadãos.

De forma semelhante a Tatiane Picanço, em segunda entrevista realizada à TV 247, no ano de 2019, Sônia Guajajara vai afirmar que nos últimos anos teve um importante crescimento de atuação de mulheres indígenas como protagonistas em diferentes espaços, salientando que por muitos anos as mulheres tiveram um papel secundário em muitas mobilizações, contudo, para ela, essa questão faz parte de uma herança colonial que era machista e que foi incorporada na cultura indígena. Destaca que as mulheres indígenas hoje sofrem da violência contra a mulher, e que são muito mais impactadas por ela, porque as políticas públicas de proteção não

⁴¹ Entrevista realizada com Guilherme Boulos e Sônia Guajajara para o canal oficial da Assembleia de Minas Gerais, em “Mundo Político”, 18/04/2018, in: <https://www.youtube.com/watch?v=bjCKbSkKbt4>, acessada em 24/12/2020

⁴² Entrevista realizada com a editora no Brasil 247, Gisele Federicce, disponível pela TV 247, 2018, in: <https://www.youtube.com/watch?v=qP3KNTFnXgw&t=763s>, acessada em 24/12/2020

conseguem atender as demandas específicas, não fazem um atendimento diferenciado, as aldeias são distantes, tornando difícil a saída, se precisar fazer uma denúncia. Não obstante, Sônia Guajajara indica que essa realidade está mudando ao longo dos anos, e que as mulheres indígenas estão assumindo diferentes funções dentro dos movimentos indígenas, e fora dele. “Aí a gente vai rompendo essa barreira de que a gente não pode né, já tá certo de que a gente pode sim assumir todo e qualquer papel que a gente se sentir preparada” (entrevista de Sônia Guajajara a TV 247 em 2019). Para ela, existe um fenômeno crescente do protagonismo das mulheres de forma mais ampla, e cita o 8M⁴³ como um evento que estimula a participação feminina nos diferentes espaços de atuação⁴⁴.

É esse protagonismo e nós mulheres indígenas também estamos saindo na frente é assumido os espaços que antes nos era negado muitas das vezes com a desculpa de que culturalmente a mulher não podia assumir espaços de decisão na instância de liderança mas a gente está superando e hoje nós temos mulheres aí assumindo os diversos espaços fora das aldeias (Entrevista realizada com a Jornalista Dayane Santos e Gisele Federicce, disponível pela TV 247, 2019, in: <https://www.youtube.com/watch?v=1-2XZO3W3mE&t=326s>)

Sônia Guajajara ao longo de sua participação no processo eleitoral demonstrou ter apoio dos povos indígenas de diferentes regiões do Brasil. Acompanhando suas redes sociais no ano de 2018 é possível perceber sua preocupação em visitar várias aldeias pelo país, contudo, essa mobilização não é limitada a esse ano, como parte da coordenação da APIB, já estava em constantes movimentações, no entanto, no ano eleitoral, levando um projeto de governo que busca mudanças para a situação, de como ela chama, seus parentes. Julio Holanda, que esteve junto a ela em algumas aldeias no Rio de Janeiro relata sua percepção acerca do apoio que sua candidatura recebeu:

Eu cheguei a ir com ela, eu fui com a Sônia visitar as aldeias aqui do RJ, nós fomos em duas aldeias, aqui no RJ tem mais, mas a gente foi na Sapucaí em Bracuí, em Angra e fomos também na aldeia em parati mirim [...] e foi impressionante, ao contrário, a chegada dela foi tipo uma referência, até me arrepio de lembrar, porque a galera estava ali no sentido dela ser nossa porta voz, muita, muita referência, era muito bonito, acho que tinha mesmo a coisa da representatividade, do termo mesmo, as pessoas olhavam ali e se sentiam representadas, você se vê, você se espelha, é como se fosse eu, é uma parente, que eles falam (Entrevista com o militante do PSOL, do setorial negros e negras e do setorial ecossocialista Julio Holanda, 16 de setembro de 2020)

⁴³ No dia 8 de março, considerado o Dia Internacional da Mulher, em diferentes países, mulheres organizam manifestações denominadas 8M, como forma contrária à entrega de rosas por parte de companheiro no trabalho, as mulheres vão às ruas pedindo salários e oportunidades de emprego iguais aos homens, o fim da violência de gênero, e tantas outras reivindicações a níveis nacionais, estaduais e federais.

⁴⁴ Entrevista realizada com a Jornalista Dayane Santos e Gisele Federicce, disponível pela TV 247, 2019, in: <https://www.youtube.com/watch?v=1-2XZO3W3mE&t=326s>, acessada em 24/12/2020

Julio Holanda fala de como os exemplos de aldeias visitadas no Rio de Janeiro demonstram que Sônia Guajajara é vista como uma representante dos povos indígenas, como porta voz de suas pautas. Felipe Rimes também relata experiências semelhantes ao acompanhar outras aldeias pelo Brasil. Ele afirma que o único descontentamento foi por parte de alguns indígenas acharem que ela deveria ser a cabeça da chapa - mesmo existindo a co-participação - mas, mesmo assim, sua candidatura era muito respeitada e apoiada por onde passava.

2.3 Dois caminhos: aproximações e distanciamentos

Trouxe nesse capítulo, a trajetória de duas mulheres indígenas da Amazônia brasileira que disputaram o processo eleitoral em 2018, apontando suas especificidades. Nesse momento me preocupo em discutir as aproximações e distanciamentos dessas duas trajetórias. A primeira informação que vale destacar na trajetória de Sônia Guajajara e Tatiane Picanço são suas formações. Ambas possuem ensino superior, Tatiane cursando a segunda graduação e Sônia Guajajara tendo também mais de uma formação. Esse dado que compõem o perfil dessas duas mulheres indígenas deve ser pensado em um contexto mais amplo de acesso de indígenas à educação e de forma específica, ao ensino superior. Souza Lima (2007) vai destacar que a luta territorial vai construir uma demanda pela formação superior dos povos indígenas, que valorize seus próprios saberes e conhecimentos. Um viés apontado pelo autor como central na busca de formação universitária indígena é a necessidade de se ter profissionais graduados em saberes científicos “ocidentais”, e que assim possam ser capazes de somar esses saberes aos tradicionais de seus povos. A partir dessa formação terão conhecimentos necessários para auxiliarem seu povo em processos de demarcação de terra, por exemplo, através da maior compreensão dos processos judiciais, principalmente depois da constituição de 1988. Outro dado interessante destacado por Souza Lima (2007), é o papel da SPI (atual FUNAI) e do trabalho de ordens religiosas no auxílio da formação de indígenas, “muitas das primeiras lideranças indígenas que assomaram à mídia escrita e televisiva passaram por esses canais de formação” (p. 10). Essa discussão do autor, se associa à formação de Sônia Guajajara, que teve apoio da FUNAI e de movimentos da igreja católica que apoiaram seu processo educacional desde o ensino médio, até posteriormente no ensino superior.

No período de governo de Fernando Henrique Cardoso houve um aumento no número de escolas para os povos indígenas. Em 1999, 93.037 eram o número de estudantes indígenas em período escolar, a partir da conclusão do ensino médio cresceu a demanda pela entrada no ensino superior (somada a importância dada ao ensino superior nesse momento, conforme destacado). O governo Lula que seguiu no período seguinte foi responsável em destinar uma

atenção maior à educação dos povos indígenas, criando programas especiais voltados para a educação superior, como cursos de licenciatura indígena, por exemplo (SOUZA LIMA, 2007). Hoje em dia, vemos que ao longo do governo do Partido dos Trabalhadores, foram adotadas políticas voltadas para a entrada de indígenas no ensino superior, como a política de cotas e processos seletivos diferenciados, mesmo que ainda seja grande as dificuldades de indígenas em se manterem nas universidades, por conta da distância das aldeias, dificuldades financeiras, diferença na língua, dificuldade de adaptação, é importante destacar o crescimento de indígenas que hoje acessam esse espaço de formação, entendendo que Sônia e Tatiane fazem parte desse dado.

Vale destacar, que no processo eleitoral de 2018, 38% dos candidatos homens indígenas possuíam ensino superior completo, enquanto 5,9% possuíam ensino superior incompleto, totalizando 43,9% dos candidatos homens com experiência no ensino superior. No recorte de gênero, 55,1% das candidatas de mulheres indígenas possuíam ensino superior completo, enquanto 10,2% possuíam ensino superior incompleto, totalizando 65,3% de mulheres indígenas candidatas com experiência no ensino superior⁴⁵. Esse dado se mostra em consonância com o país, que segundo a BBC Brasil (2019) as mulheres são maioria no ensino superior. No entanto, é importante destacar que no total dessas candidaturas indígenas, 51,8% tiveram alguma experiência universitária, seja formado ou em período de formação (ou desistência), esse dado pode ser visto como resultado do processo de entrada de indígenas no ensino superior, seja a partir de reivindicações dos movimentos indígenas, seja por políticas públicas.

Matos (2012) afirma que as mulheres indígenas que se colocam nos espaços públicos como lideranças, e nesse caso podemos estender também como candidatas, são em sua maioria aquelas que tiveram experiência externa à comunidade. Em sua visão, essa vivência resulta em experiências (de interlocução, diálogo e/ou trabalho) às vezes bastante duráveis em setores da administração pública em suas diferentes instâncias, além disso, aumenta o engajamento dessas mulheres no campo de debate interétnico. Nesse sentido, podemos compreender a formação escolar e universitária, como esse momento de saída das aldeias e de possibilidades de adquirir experiências positivas, que acrescentem também em suas trajetórias pessoais. Sônia e Tatiane tiveram experiências externas às aldeias, a primeira através das oportunidades de estudos em

⁴⁵ Informações coletadas no site do estado: <https://politica.estadao.com.br/eleicoes/2018/candidatos> como canal vinculado ao Tribunal Superior Eleitoral, instância jurídica máxima da justiça eleitoral brasileira.

outros Estados, e a segunda que não teve sua criação em uma aldeia indígena e, nesse sentido, se forma em um ambiente urbano.

Dando seguimento aos pontos de ligações entre essas duas mulheres indígenas, chamo atenção para a discursividade ao falarem sobre o processo de colonização dos povos indígenas. Tatiane Picanço afirma que: “antes do contato com os movimentos indígenas, se encontrava imersa nesse processo de colonização, que tem como base o apagamento histórico dos povos indígenas”, que faz com que até os 18 anos ela não se reconheça como indígena, e que perca a associação com seu povo de origem. De forma semelhante, Sônia Guajajara revela que existe um “desconhecimento da população em relação à presença indígena em um país que é originalmente indígena” e que os povos indígenas hoje em dia são vistos como “povos do passado”, principalmente pelos veículos de comunicação e livros didáticos.

Emprego essas duas narrativas a partir da reflexão de Trouillot (2016) quando, em sua obra, discute como a construção da história diz respeito ao poder, responsável por definir, estruturar e organizar toda sociedade, trazendo privilégios a alguns e exclusão a outros. O poder de determinados grupos sociais foi usado em detrimento e controle de outros, nesse sentido, a história tende a ser construída a partir da narrativa de grupos dominantes que são formados, nesse contexto, pelos colonizadores. Podemos alcançar a percepção de que o processo de colonização no Brasil resulta na tentativa de apagamento histórico dos povos indígenas. Trouillot (2016) enxerga a história como poder, endosso sua afirmação ao direcionar a visão para grande parte da população brasileira, que adquiriram a percepção dos povos indígenas da forma que está estampada nos livros didáticos de história, um povo “primitivo”, “animalizado”, “erotizado” e preso no passado colonial. Esse olhar de muitos brasileiros é construído por ser a narrativa construída pelos colonizadores e que seguiu ao longo dos anos, sem espaço de modificação. Como afirmou Tatiane Picanço, ela mesma, como mulher indígena, vivia imersa nesse processo de colonização.

Sônia Guajajara destaca que ao andar na rua vestida com suas roupas tradicionais, é vista com estranhamento, resultado desse processo de apagamento histórico. Nesse sentido, podemos usar a discussão feita por Kilomba (2019) em sua tese de doutorado publicada na Alemanha, ao definir o racismo a partir de três pilares: a construção de/da diferença, valores hierárquicos e preconceito. Torna-se possível utilizar da sua teoria para pensar a fala de Sônia Guajajara, e entender como se constrói o racismo que atinge os povos indígenas no Brasil, levando ao estranhamento da população, ao ver, por exemplo, uma indígena vestida com suas roupas tradicionais na rua. No que se refere à construção de/da diferença, estes povos são vistos com estranhamento e passíveis de sofrerem racismo através da norma que foi construída desde

a colonização. Essa norma tem como referência os países europeus, que trouxeram para o Brasil suas crenças, seus costumes, sua educação, sua língua e as definiram como valores universais a serem seguidos.

Dessa forma, os grupos que não seguem esses valores são enquadrados na construção de/da diferença e assim incluídos no processo de discriminação, que se estende até os dias atuais. A partir da construção da/de diferença, desencadeia o que a autora chama de valores hierárquicos, que é a “inferiorização”, “animalização”, “exotização” desses povos, tendo a norma branca como modelo a ser seguido. Essas duas características levam à terceira: o preconceito, a visão pré-construída sobre determinado indivíduo ou grupo social, sem que ao menos os conheça de fato. Todas essas três características, constituintes do racismo, seguem acompanhadas pelo poder a partir de grupos que detém poder histórico, político, social e econômico (Kilomba, 2019), e no Brasil, vemos que o grupo que mantiveram poder no processo de colonização eram os europeus, e ainda hoje, em sua maioria, é uma elite composta por pessoas brancas.

Kilomba (2019) e Trouillot (2016) trouxeram um embasamento teórico para pensar como o processo de colonização dos povos indígenas no Brasil ainda hoje está presente no cotidiano. As falas de Sônia Guajajara e Tatiane Picanço reforçam essa afirmação ao descreverem a violência ainda presente no dia a dia, que atinge as mulheres indígenas, que se apresenta nas ruas ao olhá-las vestidas com suas roupas tradicionais e enxergarem um corpo estranho, resultado do processo de apagamento, que inferioriza, animaliza, erotiza. No entanto, ao falar do processo de colonização, falo a seguir, também das formas de resistências e de lutas construídas ao longo desses anos, como respostas a essas violências.

Na trajetória de Tatiane Picanço e Sônia Guajajara, apresentei dois movimentos indígenas que foram marcantes em suas vidas, o CITA e COAPIMA, ambos que surgem a partir da mobilização na luta pelos 500 anos de resistência indígena. Dessa maneira, retorno historicamente para a breve compreensão do que foi esse movimento.

No ano de 2000 foi construída uma série de comemorações oficiais pelos 500 anos do chamado “Descobrimento do Brasil”. No entanto, cerca de dois anos antes da data comemorativa começou a se organizar atos contrários à comemoração oficial. Em maio de 1998, durante a VI Assembleia Geral da COIAB, lideranças e apoiadores começaram a formular um projeto que marcava a visão contrária aos eventos comemorativos. Em agosto, no encontro Momento Nacional da 3ª Semana Social Brasileira, da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), o CIMI e a CMP (Central de Movimentos Populares) buscavam elaborar uma “contra comemoração”, entre 1998 e 1999 foram realizados uma série de encontros nacionais

para a organização das “contra comemorações”, onde entidades e movimentos se reuniram para pensar as concepções, debater propostas e objetivos, definir slogan, atos públicos, documentos a serem publicados etc. (FARIAS, 2018)

De modo específico na região amazônica, que nos interessa nesta dissertação, a marcha tem início em 28 de março de 2000 no Amazonas, dirigindo-se a Manaus, onde em 3 de abril aconteceria o seminário “500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular na Universidade do Amazonas” e 4 de abril teriam protestos pelas ruas iniciando a primeira manifestação da caravana da Amazônia (FARIAS, 2018)

A marcha dos representantes indígenas sobre a capital amazonense, no dia 04 de abril, iniciou no porto da cidade e se dirigiu à Praça do Congresso, realizando as seguintes paradas para atos de protesto: às margens do Rio Negro, homenageando os milhares de indígenas mortos neste rio; na Praça da Catedral, lembrando a “violência contra as culturas e religiões indígenas” cometidas pelo “projeto colonial” com apoio dos missionários da Igreja Católica; em frente ao Teatro Amazonas, lembrando a exploração e a morte de indígenas e nordestinos durante o ciclo da borracha que possibilitou a aquisição do ouro para decorar o Teatro, “símbolo do saque e do acúmulo de privilégios e riquezas por poucos”; em frente ao Palácio da Justiça, denunciando a impunidade dos massacres indígenas, mais especificamente, em referência ao assassinado de Ticunas no Igarapé do Capacete, foram colocadas 14 urnas funerárias contendo o nome dos indígenas mortos e denunciando a impunidade do não julgamento dos responsáveis; na Praça do Congresso, como último momento do ato, foi realizado show popular, com manifestações culturais indígenas, bandas de rock, grupos de boi-bumbá e de música popular, tendo como o “gesto mais significativo” o lançamento de “flechas por cima do relógio da Globo, possibilitando que um plástico preto com os dizeres – ‘O Brasil que a gente quer são outros 500’ – o encobrisse” (MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 2000f: 1-2 apud FARIAS, 2018, p. 99-100)

Posterior aos eventos em Manaus, a Caravana Indígena da Amazônia fez paradas em diversas capitais da região. Em 7 de abril a caravana chega em Santarém, tendo a recepção dos povos *Tupinambá*, *Maitapu* e *Munduruku*, e ainda entidades do GDA (Grupo de Defesa da Amazônia), o GCI (Grupo de Consciência Indígena), sindicatos e pastorais locais. Essa mobilização tem início no porto da cidade e segue pelo centro, com cantos, danças, cartazes, demonstrando, a presença indígena na região, que para muitos era vista como inexistente. Depois de passar por Belém, no dia 11 de abril, a Caravana Indígena chega em Imperatriz, no Maranhão, onde soma-se os povos *Guajajara*, *Guaja* e *Krikati*, além do apoio de professores, estudantes e movimentos populares. Da mesma forma, a marcha passa pelas ruas da cidade lembrando a impunidade e omissão por parte de autoridades governamentais nos processos de demarcação de terras (FARIAS, 2018).

O evento de “500 anos de Resistência Indígena” é importante nesse contexto, porque dele resulta duas mobilizações importantes na trajetória de Tatiane Picanço e Sônia Guajajara.

Em Santarém, depois do retorno de lideranças indígenas da marcha, tem início a discussão em torno da criação do CITA, movimento indígena na qual Tatiane Picanço começa a fazer parte (e segue até hoje) e que decorre seu processo de reconhecimento com a mulher indígena.

Sônia Guajajara esteve na comitiva de seu povo que foi até Porto Seguro na manifestação do dia 22 de abril de 2000, onde seria inaugurado a “Capital do Descobrimento” por Fernando Henrique Cardoso. Sendo esse um marco em sua trajetória, foi nesse evento que ela, pela primeira vez, rememorou todas as dores de seus antepassados, ao ouvir caciques falarem sobre o quanto o sangue indígena foi derramado pelo processo de colonização. Ao retornar a sua cidade, Sônia Guajajara estava decidida a dedicar sua vida à luta indígena, e começa, o processo descrito acima, de construção da COAPIMA (SOARES, 2019).

O CITA e a COAPIMA são movimentos indígenas regionais de entrada de Sônia e Tatiane, onde teve início uma atuação política que seguiu até suas candidaturas em 2018. São dois movimentos construídos tendo como objetivo central garantir os direitos indígenas, principalmente o direito ao território, não se diferenciando muito dos outros espalhados pelo Brasil. A discussão acerca do seu contexto de surgimento e da marcha “500 anos de Resistência Indígena” aproximam Tatiane Picanço e Sônia Guajajara, dentro de um contexto de crescimento e consolidação de movimentos indígenas. Sônia Guajajara dando início a um caminho de liderança que se estenderia pelos anos seguintes, Tatiane Picanço, se reconhecendo como indígena e iniciando um processo de militância que também definiu novos rumos e perspectivas de luta na sua vida.

Para além de uma história próxima nos movimentos indígenas, Sônia Guajajara e Tatiane Picanço se aproximam na discussão acerca da maternidade, mesmo com caminhos distintos, existem pontos de encontros que valem ser destacados. Tatiane Picanço, ao longo de toda narrativa sobre sua trajetória descreve sua experiência materna, sendo um ponto chave na sua vida pessoal e de militância. Suas filhas foram para ela um processo de reconexão com o seu povo e de perdão pela forma como havia sido criada. Sua decisão pessoal, foi se dedicar ao máximo à criação de suas filhas, renunciando a uma agenda mais intensa de militância. No entanto, aceitou participar do processo eleitoral de 2018, sendo prioridade o cuidado de suas filhas, que estiveram com ela em todos os momentos. Tatiane Picanço, descreveu que quando vai às reuniões e atividades de militância, suas filhas vão junto, por entender que, desde novas, precisam aprender a lutar pelos povos indígenas.

Sônia Guajajara que também é mãe de três filhos vive um processo um pouco distinto, desde muito cedo precisou deixar seus filhos com seus familiares na aldeia. Em sua visão, sua vida de liderança exige estar muito tempo em viagens e fora de casa, sendo impossível levá-los

com ela para todos esses lugares. Ela fala de saudade, fala sobre reclamações por parte deles, mas fala também de uma compreensão sobre o seu papel na luta dos povos indígenas. Mesmo que não estejam junto dela em todas as suas atividades, são vistos ao seu lado em muitos momentos. Na Marcha das Mulheres Indígenas em 2019, sua filha, Y'wara, de 15 anos, esteve ao seu lado, ouvindo as rodas de conversa, as reuniões e as entrevistas em que sua mãe participava.

Tatiane Picanço é militante, principalmente na região de Santarém e nas aldeias que circundam essa região, Sônia Guajajara é uma liderança indígena a nível nacional. No entanto, mesmo sendo processos distintos, o que chama atenção é a importância que ambas colocam, em passar para seus filhos uma experiência de luta dentro dos movimentos indígenas. Sônia Guajajara fala que seus filhos sentem a sua ausência na aldeia enquanto ela está fora, mas que eles entendem a importância da luta feita pela mãe na defesa das causas indígenas, nesse sentido, existe um entendimento sobre o sentido de luta e resistência indígena. Ao acompanhar suas redes sociais, verifiquei um engajamento dos três na luta indígena, com publicações referentes a violência que atinge os povos indígenas, chamados para mobilizações, reuniões, encontros como a ATL etc. Tatiane Picanço afirma que procura ensinar suas filhas no engajamento da luta indígena e no cotidiano dentro de suas casas, para que quando crescerem entendam a importância de se organizarem enquanto movimento.

Chegando ao processo eleitoral de 2018, foi possível notar que as duas candidatas possuem uma história partidária semelhante, no sentido de se organizarem politicamente tanto nos movimentos indígenas quanto em um partido político a muitos anos, Tatiane Picanço entrando no PSOL desde a sua fundação em Santarém em 2005, e Sônia Guajajara que antes de entrar no PSOL, em 2011, foi filiada ao PT por onze anos. Indicando que suas candidaturas em 2018 vieram de um processo de construção partidária e de um desenvolvimento, também como militante partidária. Tatiane Picanço por ser candidata a co-governadora pelo Estado do Pará, realiza uma campanha mais localizada, enquanto Sônia Guajajara faz um movimento mais amplo, por todo o território nacional. Contudo, existe uma construção das candidaturas que se aproximam. As duas recebem apoio por parte dos povos indígenas, que veem esse momento como importante em um processo de visibilidade das causas indígenas, além do destaque dado às mulheres indígenas e suas demandas, Tatiane Picanço afirma que sua candidatura se constrói também no sentido de levar o debate acerca do lugar das mulheres em espaços políticos. Ao longo de suas falas, afirmam que a entrada de mulheres indígenas em cargos de representação, nos movimentos indígenas e na política partidária é um caminho difícil, que o machismo ainda é presente, como destacam, através de resquícios de um processo de colonização. No entanto,

muita coisa vem mudando, através da luta das mulheres de maneira mais ampla, e da luta das mulheres indígenas em seus movimentos específicos, em busca de espaço.

Dessa forma o que me propus nesta seção foi demonstrar como duas candidatas de regiões distintas, disputando cargos diferentes, com processos separados se interligam em diversos momentos, indicando um processo mais amplo de crescimento de candidaturas de mulheres indígenas na política partidária. Dentre as muitas pautas que se colocam como centrais em uma candidatura, nota-se que muitas delas se assemelham nessas duas trajetórias. Muito foi visto acerca de um processo de invisibilização dos povos indígenas e as candidaturas como algo para trazer essa visibilidade, falas indicaram também que a candidatura de uma indígena passa por um processo de reivindicação de seu espaço como mulher. Destaca-se ainda um apoio de indígenas em torno dessas candidaturas, que também pode ser visto pelo ângulo da reivindicação de ocupar esses espaços, movimento em crescimento no país - e que será trabalhado no capítulo que segue.

3 MULHERES INDÍGENAS: UM MOVIMENTO EM TRANSFORMAÇÃO

Ao longo desse trabalho, estive debruçada sobre o processo eleitoral de 2018, recuperando informações dessa eleição, como também, mais especificamente, sobre duas mulheres indígenas que concorreram a cargos no executivo, pensando em termos de suas trajetórias, suas atuações políticas etc. Nesse capítulo, apresentarei algumas informações e análises sobre o que resultou dessa disputa em relação às mulheres indígenas envolvidas, indicando as eleitas e as que ocuparam cargos junto a mandatos eleitos. Conforme os dados apontam, a participação de mulheres indígenas em pleitos eleitorais está em constante crescimento, nesse sentido, por estar escrevendo essa dissertação em um ano que se disputam as eleições municipais, decidi localizar Sônia Guajajara e Tatiane Picanço no cenário eleitoral de 2020, para saber se suas atuações em processos eleitorais se estenderam para os anos seguintes.

Além disso, este capítulo tem o intuito de articular a candidatura de mulheres indígenas da Amazônia e o histórico de mobilização social dos povos indígenas, por isso, a última discussão a ser aqui apresentada, e que considero de grande centralidade nesse último capítulo, aborda o crescimento do protagonismo de mulheres indígenas nos pleitos eleitorais. A decisão de trabalhar com essa temática, de forma específica a partir das trajetórias de Tatiane Picanço e Sônia Guajajara, se deu com o objetivo de compreender esse processo de crescimento de participação nas últimas eleições, que chamou atenção não só minha, mas também da mídia. Contudo, ao longo das minhas análises, alcancei a percepção de que esse dado recente está associado ao histórico dos movimentos de mulheres indígenas, que nos remete a organizações políticas de longa data e que era até então pouco conhecido por mim e por simpatizantes, que veem as candidaturas, mas muitas vezes, desconhecem o histórico de suas lutas, suas reivindicações etc. Com isso, como forma de evidenciar esse processo, tomei a decisão de apresentar a constituição de alguns movimentos de mulheres indígenas no contexto amazônico, percebendo que a luta pelo protagonismo e por participação nesse espaço não é uma construção exclusiva dos últimos anos.

3.1 Representatividade de mulheres indígenas a partir do resultado das eleições de 2018

O resultado da eleição de 2018 contou com Joênia Wapichana, de 45 anos, eleita Deputada Federal pela REDE Sustentabilidade, com 8.491 votos, primeira mulher indígena eleita para o Congresso Nacional, e segunda indígena, depois de 31 anos sem nenhum outro

ocupando esse espaço, sendo o último e único até então, Mário Juruna, do povo *Xavante*, eleito em 1987 pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista) do Rio de Janeiro. Ao se eleger Deputada Federal ela afirma: “Sou o resultado de sonhos e de investimentos de outras lideranças indígenas que planejaram ver a nós, indígenas, conquistar diversos espaços. Dos movimentos indígenas que luta para conquistar espaços” (Joênia Wapichana, em entrevista à Agência Brasil, 2018)⁴⁶. Em São Paulo, outra mulher indígena foi eleita, Chirley Pankará, liderança indígena, de 45 anos, como co-deputada pela “mandata ativista”, através de um mandato coletivo do PSOL, e é a primeira mulher indígena eleita para o cargo de Deputada Estadual.

Além da eleição de Chirley Pankará e de Joênia Wapichana, em entrevista à TV 247 em 2019, Sônia Guajajara afirma que a eleição de 2018 trouxe também a representação de mulheres indígenas para cargos de assessoria, além da assessoria indígena da própria Joênia Wapichana, outras três mulheres indígenas ocuparam esse cargo, Célia Xakriabá, no mandato de Áurea Carolina do PSOL, por Minas Gerais; Ana Patté, do povo *Xokleng*, de Santa Catarina, pelo mandato da Isa Penna do PSOL, em São Paulo e Simone Terena, do Mato Grosso do Sul, que vai assumir o cargo de assessoria do PSOL no Congresso Nacional⁴⁷.

A fala de Joênia Wapichana descrita acima, indica um processo que vai além de sua candidatura propriamente dita, mas faz parte de uma ampla mobilização dos movimentos indígenas na busca de levar indígenas a cargos eleitorais. Durante uma plenária que aconteceu no Acampamento Terra Livre, em maio de 2018, foi discutida a importância de lançar candidaturas indígenas na disputa eleitoral de 2018, indicando que uma plataforma estava sendo construída para a função de mapear, divulgar e apoiar as diferentes candidaturas pelo país. Nessa plenária, Sônia Guajajara afirma que “as candidaturas não são pela busca do prestígio, e sim conseguir igualdade de oportunidades para decidir sobre as vidas indígenas, para discutir e decidir o que é melhor para o povo”⁴⁸.

A eleição de 2018 indica um processo de expansão de candidaturas e participação indígena na política partidária, na busca de ocupar também esses espaços, que estiveram sem representantes por muitos anos. Um dos focos dessas candidaturas é possibilitar que a pauta indígena seja colocada no centro do debate, que a mídia possa falar sobre suas realidades, sua existência, modos de vida, cultura, através das campanhas eleitorais, como foi afirmado por Sônia Guajajara no capítulo anterior. Hoje em dia, o congresso nacional tem como maior

⁴⁶ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-10/sou-resultado-do-movimento-indigena-diz-1a-indigena-eleita-deputada>

⁴⁷ Entrevista realizada com a Jornalista Dayane Santos e Gisele Federicce, disponível pela TV 247, 2019, in: <https://www.youtube.com/watch?v=1-2XZO3W3mE&t=326s>, acessada em 07/01/2021

⁴⁸ <https://cimi.org.br/2018/05/movimento-indigena-pretende-lancar-plataforma-de-candidaturas-para-as-eleicoes/>

bancada - com 257 deputados e senadores⁴⁹ -, a bancada ruralista, formada por grandes empresários e donos de terra, opositora central aos direitos dos povos indígenas, por conta de suas políticas de interesse nesses territórios para a exploração.

Chegar aqui depende da luta que a gente faz, para preservar as nascentes e os mananciais de água né, então depende muito dessa luta que a gente faz, muitas vezes pagando com a nossa própria vida né, com o enfrentamento que a gente faz principalmente com a bancada ruralista e com esses setores do governo que quer ignorar totalmente a importância desses territórios. (Sônia Guajajara em entrevista realizada com a editora no Brasil 247, Gisele Federicce, disponível pela TV 247, 2018, in: <https://www.youtube.com/watch?v=qP3KNTFnXgw&t=763s>, acessada em 24/12/2020 ótimo, lembrar de colocar no texto a forma de se referir à entrevista que não seja só a citação ao final dela.

Os movimentos indígenas possuem um longo embate com a bancada ruralista do Congresso Nacional, por conta de suas políticas de ataque aos direitos indígenas, principalmente o direito territorial. Sônia Guajajara tem um papel importante na denúncia das táticas e ações desse conjunto de parlamentares, em 2010, ela entregou o prêmio motosserra de ouro à então líder da bancada, senadora Kátia Abreu. O prêmio foi uma resposta a sua assídua defesa à um projeto de lei de mudanças no código florestal, que resultaria em um aumento no número de desmatamento do Brasil. O objetivo da entrega do prêmio foi o de lembrar como essas mudanças são uma ameaça ao meio ambiente e ao mesmo tempo fazer pressão para que não seja levado adiante.

Em capítulos anteriores, apontei alguns indicativos possíveis para o crescimento de indígenas na política partidária, como a dificuldade de alguns partidos políticos representarem suas demandas e interesses (Baniwa 2007, apud Costa; Esteves; Silva, 2017), sendo necessário que eles busquem ocupar esse espaço. O contexto eleitoral de recrudescimento da extrema direita, e ataques aos direitos indígenas, também aponta para uma emergência de candidaturas indígenas em 2018. Além desses indicativos, conforme foi afirmado por Sônia Guajajara em passagem explorada no capítulo dois, os movimentos indígenas vêm se organizando há anos e discutindo acerca da necessidade de ocupar os cargos eleitorais, no objetivo de terem representantes que defendam suas pautas e demandas específicas, e que façam oposição às políticas de ataque aos territórios indígenas.

3.2 Os processos de continuidades da eleição de 2018 para a de 2020

⁴⁹ <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/03/22/nova-frente-parlamentar-da-agropecuaria-reune-257-deputados-e-senadores-com-25-psl-de-bolsonaro-so-fica-atras-de-pp-e-psd/>

A eleição de 2020 foi um ano eleitoral importante de ser pensado nos termos de crescimento na participação dos povos indígenas. Em 2016 foram 1.604 candidaturas indígenas, 27,62% dessas candidaturas eram de mulheres indígenas⁵⁰, já o ano de 2020 contou com 2.173 candidaturas indígenas, 39 para cargos de prefeito, 72 para cargos de vice-prefeito e 2.062 para cargos de vereador. Trazendo o recorte de gênero, 706 das candidaturas indígenas são de mulheres indígenas, ou seja 33%, outro aumento a ser considerado em termos de paridade de gênero (DE PAULA e VERDUM, 2020). Sobre esse crescimento, uma das hipóteses discutidas pelos pesquisadores Stephen Baines e Luís Roberto de Paula, e destacadas na matéria da DW *Made for Minds* de 2020, é de que os indígenas têm afirmado politicamente a necessidade de disputar esse espaço como forma de enfrentamento das ameaças contra suas terras. Do total dessas candidaturas, foram eleitos 236 indígenas, de 71 povos, em 127 cidades de 24 Estados, sendo 214 para câmaras municipais, 10 para prefeituras e 12 no cargo de vice-prefeito. Houve crescimento também no número de mulheres indígenas eleitas, sendo 41 eleitas, 26 a mais que no ano de 2016⁵¹.

Luís Roberto de Paula, nessa mesma reportagem, afirma que “as mulheres têm ocupado cada vez mais um espaço que tradicionalmente era dos homens indígenas. Isso aparece nas aldeias, nas associações, no aumento do número de cacicas”. Uma das candidatas eleitas para o cargo de vereadora, Marlene Kaxinawá, 50 anos, eleita pelo DEM, em Santa Rosa do Purus, no Acre, afirma que era muito difícil para uma mulher indígena ser eleita e que os homens diziam que elas eram muito tímidas para disputar esse cargo, tendo sido um trabalho longo de conversa e entendimento sobre a importância de participar e disputar esse espaço, conseguindo ela se eleger em 2020, assim como outras 41 mulheres indígenas pelo país⁵².

Nesse processo eleitoral de 2020, a Apib lançou a página de mobilização “Campanha Indígena”, movimento com objetivo de mapear e ampliar essas candidaturas, dando suporte e apoio:

Esta página é dedicada ao apoio e visibilidade de candidaturas indígenas. Nosso objetivo é ampliar a nossa representação nos poderes legislativos e executivos em todo o país. Vamos demarcar esses espaços de poder pela garantia de uma construção de sociedade mais plural e menos desigual. Esta é uma iniciativa suprapartidária e que muitos parentes e parentas que aqui participam podem estar integrados em partidos políticos sem histórico de apoio à luta dos povos indígenas. A realidade da política partidária sobretudo em milhares de municípios espalhados pelo país é bem distinta dos contextos das grandes capitais. Muitas alianças locais podem ter contextos

⁵⁰ <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/eleicoes-2016-indigenas-representam-034-do-total-de-candidaturas/>

⁵¹ <https://www.dw.com/pt-br/n%C3%BAmero-de-ind%C3%ADgenas-eleitos-para-cargos-municipais-cresce-28/a-55716123>

⁵² <https://www.dw.com/pt-br/n%C3%BAmero-de-ind%C3%ADgenas-eleitos-para-cargos-municipais-cresce-28/a-55716123>

diversos às visões políticas partidárias em âmbito nacional. Pela Campanha Indígena queremos construir uma caminhada com passos cada vez mais firmes e sentimos a necessidade de não restringir a participação de candidatos pela legenda partidária, mas sim pela trajetória da liderança na defesa dos direitos indígenas e do reconhecimento dessas candidaturas pelos povos. (Texto principal da página “Campanha Indígena”, disponível em: <http://campanhaindigena.org/>)

É importante destacar aqui que o movimento “Campanha Indígena” surge com o objetivo de ser suprapartidário, entendendo que principalmente as eleições municipais partem de uma realidade distinta das eleições a nível nacional. Conforme afirmam Palmeira e Heredia (2010), as eleições municipais ainda hoje trazem a herança de um estilo de política voltada para troca de favores e relações de pessoalidade entre políticos e eleitores. “A confiança do eleitor num político passa pela sua capacidade de prestar favores, de dar assistência, de beneficiar a comunidade, de cumprir as promessas feitas ou o que é entendido como promessa” (p. 132). Partindo desse princípio, o foco desse movimento não está no partido político, mas na história de luta do candidato indígena no que se refere aos direitos do seu povo. Ao acompanhar Sônia Guajajara no período eleitoral de 2020, tanto nas suas redes sociais, como em entrevistas realizadas, foi possível identificar o seu apoio às candidaturas de seus parentes, independente de qual partido se encontravam.

Em relação às mulheres indígenas candidatas, cujas trajetórias conformam o material dessa tese, vemos que suas participações não estiveram limitadas ao período eleitoral de 2018, conforme já apontei em vários momentos. Em 2020 elas também estiveram presentes na disputa eleitoral, Tatiane Picanço foi candidata novamente e Sônia Guajajara, na coordenação executiva da Apib, atuou como importante articuladora na construção de diversas candidaturas pelo Brasil. Em 2020, Tatiane foi co-candidata a vereadora do Município de Santarém - PA, na construção de uma candidatura coletiva denominada “Bancada de Mulheres - Vozes Amazônidas”, nela estavam presentes: Alessandra Caripuna, da comunidade quilombola de Pacoval, no Município de Alenquer, formada em Administração, militante do Movimento Negro no Município de Santarém; Claudiana Lirio, mulher negra, quilombola, estudante de Ciências e Tecnologia na UFOPA, parte do grupo de mulheres denominado “Na raça e na cor” e da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQD); e Luana Kumaruara, líder indígena no baixo Tapajós, militante do Departamento de Mulheres do CITA, mestranda em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), participante do projeto Mãe D’água, cujo objetivo é organizar vigilância do território Kumaruara e faz parte ainda do grupo de

pesquisadora Amazônidas “Cartografando Saberes”, com a composição de mulheres indígenas e negras intelectuais⁵³.

Essa candidatura coletiva, formada por mulheres indígenas, negras e quilombolas, vem na busca de conquistar o espaço político de maneira coletiva, demonstrando que uma cadeira na Câmara Municipal pode ser compartilhada por mais de uma pessoa. É a primeira proposta de um mandato coletivo de mulheres do PSOL do Município de Santarém. Dentre algumas propostas dessa candidatura, publicadas na rede social oficial da campanha no *facebook*, se encontram: trabalhar na busca de participação e representatividade social na Câmara dos Vereadores; propor projeto de lei para a criação da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia; lutar pela paridade de gênero na composição da Câmara Municipal; propor feriado municipal da consciência negra, dia 20 de novembro; realizar a apresentação de projeto de lei para a criação do conselho municipal LGBTQIA+, entre outros. No entanto, a bancada não conseguiu se eleger para o cargo de vereança com os 882 votos que alcançaram.

⁵³ Informações retiradas da página oficial da campanha no facebook “Bancada de Mulheres - Vozes Amazônidas”



Fonte: Imagem retirada da página oficial do *facebook* “Bancada de Mulheres - Vozes Amazônicas”, 14 de agosto de 2020

Sônia Guajajara, em apoio a essa candidatura, faz um vídeo público para região de Santarém, transcrito a seguir:

Olá gente, Olá Santarém! Eu sou Sônia Guajajara, eu sou liderança indígena, eu faço parte da coordenação executiva da Apib, que é a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Eu 2018 eu fui co-candidata à presidência da república, compondo a chapa presidencial com Guilherme Boulos pelo PSOL, e hoje eu venho aqui, fazer esse pedido especial para você que é de Santarém, pra gente apoiar e eleger as vozes das mulheres amazônicas. É a primeira vez que nós estamos apresentando uma proposta de bancada coletiva, composta por mulheres indígenas e afro indígenas, para que a gente possa ocupar esse espaço na câmara municipal de Santarém, e assim garantir a continuidade da defesa dos nossos rios, das nossas águas, das nossas florestas. Sem elas, ninguém consegue sobreviver! E é por isso que eu acredito nessa bancada coletiva. (Sônia Guajajara - transcrição do vídeo de apoio à candidatura da bancada de mulheres - vozes amazônicas, publicado por Tatiane Picanço em sua rede social, no dia 14 de novembro de 2020)

Na mesma publicação em que Tatiane coloca o vídeo de apoio de Sônia Guajajara, ela relembra sua candidatura no ano de 2018, onde esteve disputando o cargo de co-governadora do Estado do Pará ao mesmo tempo em que Sônia disputava a co-presidência da República. Para ela, Sônia, sendo uma liderança indígena nacional, foi referência no processo de 2018,

como exemplo de força e de coragem. No processo de 2020, segue sendo referência, não só para ela, mas para muitas candidatas indígenas espalhadas pelo Brasil.

Quando fui candidata a co-governadora com @fernandocarneiropsol, a @guajajarasonia era candidata a co-presidenta com o @guilhermeboulos.oficial, pra mim foi muito importante ter a Sônia como referência naquele momento, me senti fortalecida e encorajada na candidatura dela. Hoje, receber esse apoio da Sônia, uma grande defensora internacional dos direitos dos povos indígenas do Brasil, me enche de emoção e de orgulho mais uma vez, só reafirma a certeza de que estamos do lado certo e que o @psol50 é um partido necessário para impulsionar nossa luta e nossa representatividade. Quando a ancestralidade corre nas nossas veias, não existe fronteiras para lutar. Viva a nossa existência e resistência! Muito honrada com teu apoio, parenta @guajajarasonia Surara! #Repost @bancadavozesamazonidas! Olha a potência do apoio parente! Nossa inspiradora Sônia Guajajara! (Tatiane Picanço, publicação em sua rede social - *Facebook*, 14 de novembro de 2020)

Sônia Guajajara não foi candidata em 2020, mas esteve ativa apoiando outras candidaturas, como a candidatura coletiva da qual Tatiane faz parte, uma mulher indígena do Oeste do Pará. Em suas redes sociais, no período de campanha foi possível ver o apoio a todas as candidaturas indígenas, a partir do movimento “Campanha Indígena”, que tinha como uma das chamadas “Parente Vota em Parente”. Sem restrição partidária, seu apoio se deu para candidaturas, tanto de direita quanto de esquerda, na visão de que o importante é ter nos municípios indígenas que se preocupam com as demandas de seu povo. Finalizada a eleição de 2020, ajudou na divulgação das candidaturas que foram eleitas, compartilhando a vitória, que para ela, foi também uma vitória dos movimentos indígenas.



Fonte: Material produzido pela “Campanha Indígena” e publicado na rede social de Sônia Guajajara no dia 14 de novembro de 2020

Esse movimento, enquanto campanha eleitoral, é algo novo dentro dos movimentos indígenas, é um projeto eleitoral construído nos últimos anos, se consolidando principalmente no ano de 2017, com o manifesto construído pela APIB “Por um parlamento cada vez mais indígena”. Desde então, se discute cada vez mais a necessidade de candidaturas indígenas nas disputas eleitorais. O movimento “Campanha Indígena”, através de seu *site* oficial, lança o seu chamado a candidaturas de parentes. Nele é possível perceber algumas reflexões e análises referentes ao momento político do país, principalmente nos últimos anos. Dentre esses pontos de análises, se nota a preocupação com políticas de manobras de determinados políticos com promessas falsas na tentativa de conquistar votos de indígenas. Afirma ainda que a democracia implica participação, sendo necessário que haja de fato a participação dos povos indígenas nesses espaços. O indicativo é da necessidade de uma reforma em toda a estrutura do sistema político, mas enquanto ela não ocorre, é necessário que os povos indígenas adentrem o espaço da política eleitoral, mesmo nesse molde não satisfatório, onde existe uma “ausência de legítimos representantes dos povos indígenas”, principalmente no Congresso Nacional. Essa ausência abre espaço para políticas de ataques aos direitos dos povos indígenas, principalmente

a bancada ruralista, sendo maior inimiga dos povos indígenas no congresso. A “Campanha Indígena” mostra preocupação central com o cenário político do país:

Neste período sombrio em que um governo de perfil autoritário, assumidamente fascista, tem colocado em risco os direitos conquistados na Constituição de 1988, o respeito aos direitos humanos, à liberdade e à participação, e a estabilidade institucional, enfim, ao Estado Democrático de Direito. [...] De todos os modos a Democracia que temos hoje é essa: em tese representativa, debilmente participativa e menos popular, e ainda gravemente ameaçada pelo governo de Jair Bolsonaro. Não por isso os povos indígenas vão se eximir de fazer luta institucional. Por isso temos que reivindicar equidade nas disputas, mesmo dentro dos partidos, no financiamento público e na ocupação de espaços de publicidade, sem perder de vista, é claro, a nossa luta contra as forças do capital que tomaram conta nesses anos todos das instituições. (Trecho da carta de chamado da “Campanha indígena”. Disponível em <<http://campanhaindigena.org/manifesto/>>. acesso em: 23 de janeiro de 2021)

O que chamou minha atenção na “Campanha Indígena” é que por mais que ao longo dos últimos 20 anos tenha se construído acúmulo de discussões dentro dos movimentos indígenas e dentro dos movimentos de mulheres indígenas referentes à participação nos processos eleitorais, somente nos últimos anos surge de forma mais evidente esse projeto, entendendo que esse mesmo contexto de surgimento de campanhas de apoio a candidaturas indígenas é um contexto de recrudescimento da extrema direita e de surgimento do bolsonarismo. Dessa forma, esse movimento ajuda a visualizar transformações mais amplas ocorridas no país nos últimos anos, se durante o governo do Partido dos Trabalhadores, que ficou 14 anos no poder, os direitos indígenas estavam, mesmo que com contradições, integrados na pauta política, a partir do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff esse cenário foi sendo drasticamente alterado. Com a força do bolsonarismo no processo eleitoral em 2018 e sua posterior vitória, a realidade política se transformou, conforme vimos nas páginas anteriores, em uma conjuntura de ameaça aos povos indígenas e seus direitos conquistados. Nesse sentido, compreendo que a “Campanha Indígena” somada ao chamado “Parente Vota em Parente” surge dentro da necessidade de resposta a um contexto nacional mais amplo, as citações acima revelam que, de fato, essa é uma preocupação dos movimentos indígenas nos últimos anos: “O debate político no atual momento histórico é fundamental, para de fato incidirmos nas decisões que impactam o destino dos nossos povos.” (Trecho da carta de chamado da “Campanha indígena”⁵⁴).

É dentro desse cenário que opera Sônia Guajajara na sua candidatura em 2018 e na sua atuação na eleição de 2020, como importante liderança nacional, e membro da coordenação executiva na APIB. Sua candidatura em 2018 traz o incentivo a outras candidaturas nas diferentes regiões do país, conforme afirmado por Tatiane Picanço. Em entrevista com Júlio

⁵⁴ Disponível em <<http://campanhaindigena.org/manifesto/>>. acesso em: 23 de janeiro de 2021

Holanda, militante do PSOL, ele afirmou que a participação de Sônia Guajajara disputando o cargo de co-presidência, de visibilidade nacional, produziu efeitos nos anos seguintes, interpretado por ele como um chamado para que outras mulheres indígenas se colocassem na disputa eleitoral. Dentro do próprio PSOL, ele presenciou mulheres indígenas querendo se lançar como candidatas atendendo a esse “chamado” feito por ela.

Eu vejo as aldeias que a gente passou aqui em Angra, em Parati, que até hoje mandam mensagens perguntando da Sônia, se sentindo com poder, no sentido mesmo do poder popular, institucional, de que é possível, e isso tem reverberações até hoje. Tem uma candidata aqui do RJ que a gente estava conversando: “Me filiei, estou vindo candidata atendendo ao chamado da Sônia”, dois anos depois, então isso me chama atenção, eles tendem a fazer um chamado, como vocação (Entrevista com o militante do PSOL, do setorial negros e negras e do setorial ecossocialista, Júlio Holanda, 16 de setembro de 2020).

Na visão de Júlio, o próprio PSOL depois da candidatura de Sônia conseguiu incorporar de forma mais contundente as pautas e as candidaturas indígenas para dentro do partido. Muitos indígenas que não se sentiam representados, em sua visão, começam a fazê-lo como “efeito Sônia Guajajara”. E destaca que: “ela abre esse movimento de convocação de base indígena, para os indígenas se filiaem ao partido e a partir disso construir um processo de disputa no sentido mais amplo, no sentido de reivindicar esses espaços”.

Dessa forma, entende-se que o processo eleitoral de 2018 e o de 2020 foram produto de anos de reflexões, ações e mobilizações, o que talvez não seja visível para a maioria dos eleitores, mas indica as transformações ocorridas no âmbito da política de comunidades, aldeias e reuniões de indígenas – e mulheres indígenas – em todo o país, embora aqui tenhamos enfatizado processos ocorridos na Amazônia legal. Podemos observar, assim, a partir de um ângulo diferente dos estudos sobre mobilização social, ou sobre movimentos indígenas em particular, o crescente protagonismo de mulheres indígenas em diferentes instâncias de participação, coordenando movimentos, organizando eventos, liderando atividades públicas etc. Esse crescimento não acontece espontaneamente, mas surge através de muita luta ao longo dos anos, tendo os movimentos indígenas como uma base central.

3.3 Protagonismo de mulheres indígenas na Amazônia

Dissertei até aqui sobre a participação de mulheres indígenas na disputa eleitoral em 2018 e indiquei a continuidade em 2020, chamando atenção para um movimento de crescimento que não se limita a esse ano eleitoral específico. Para aprofundar esse debate, considere necessário trazer nessa seção uma análise histórica que torne mais nítido o caminho de alguns movimentos de mulheres indígenas da Amazônia. Destaco que não é um levantamento simples

de ser feito, e que não abrange a totalidade e pluralidade de movimentos. Contudo as informações aqui levantadas, podem trazer uma compreensão mais geral do contexto de surgimento e do desenvolvimento das pautas e demandas específicas dessas mulheres indígenas. Sendo assim, é fundamental analisar as características que compõem o cenário de mobilização social na Amazônia brasileira, para compreender de forma mais nítida os processos de construção de movimentos das mulheres indígenas que vivem nesse espaço. Conforme apontado por Lacerda (2014), existe uma certa escassez de pesquisas que discutam mobilizações sociais na Amazônia, essa problemática pode ser entendida na sua visão, pelo foco quase exclusivo na sua biodiversidade, não direcionando tanto interesse na questão social. Nesse sentido, busco trazer algumas contribuições de pesquisas em torno das mobilizações de mulheres indígenas nesse contexto de investigação, entendendo as especificidades que compõem esse espaço de mobilização.

Particularmente na Amazônia, estudar os movimentos sociais significa um esforço rumo à compreensão dos processos históricos das diferentes regiões que a compõem, sendo possível, com isso, vislumbrar os efeitos sociais dos projetos governamentais ali aplicados, a trajetória de formação política estimulada pelos religiosos e as reivindicações, as expectativas e os sonhos das pessoas que estão “na luta” apesar dos desgastes e das ameaças de morte, que não são infrequentes (LACERDA, 2014, p. 16)

Para Lacerda (2014), estudar mobilização social é compreender o cenário político em curso. Uma das características destacadas pela autora sobre a mobilização social na Amazônia é a inaudibilidade do Estado, através da ausência de negociações mediante a implementação desses “grandes projetos”, a falta de assistência aos atingidos, a isenção em relação aos conflitos desencadeados por essas ações etc. A autora afirma ainda que, de forma mais geral, as mobilizações sociais na Amazônia, através de suas lideranças, estão na luta para denunciar a violação de direitos - como o direito à vida, à saúde, à educação, dentro do contexto de ditadura militar e de suas violações contra os povos indígenas (e não somente) na Amazônia, essa política de mobilização se apresenta de maneira central.

Heck, Loebens e Carvalho (2005) vão apontar que o ano de 1970 marca um novo contexto de luta e mobilizações para os povos indígenas da Amazônia, tendo principalmente a igreja católica, através do Conselho Indígena Missionário (CIMI) como apoiadora, pela mobilização de encontros e assembleias para se organizarem contra o projeto da ditadura militar que tendia a tentativas de extermínio desses povos. Conforme destacado também por Lacerda (2014) “O trabalho pastoral realizado em muitas regiões da Amazônia é crucial para a compreensão deste processo social e político” (p.18) de mobilização. O primeiro passo marcante de mobilização, conforme destacado por Heck, Loebens e Carvalho (2005), foi a

Primeira Assembleia dos Chefes Indígenas, que ocorreu no Mato Grosso em 1974, a partir desse marco, foram ocorrendo de forma acelerada diversas assembleias e encontros de lideranças indígenas em toda a região amazônica, na década de 80 esse número se multiplicou se expandindo por diferentes setores e especificidades, nesse sentido começam a surgir organizações específicas de mulheres indígenas.

A partir do período de redemocratização e da constituição de 1988 tem início o surgimento de uma série de movimentos indígenas, esse fato se dá a partir da mudança da atitude política desses povos frente ao Estado Nacional, buscando seus direitos através da legislação. Os movimentos indígenas crescem nesse período vendo a possibilidade e necessidade de buscar maior participação nas instâncias políticas. O movimento não cresce apenas com a presença masculina, mas a partir desse mesmo período as mulheres indígenas já começam a se organizar em grupos e movimentos. De forma geral, é a partir desse período que as mulheres indígenas começam a se organizar em prol de demandas mais específicas de gênero (COSTA; ESTEVES e SILVA, 2017).

Costa; Esteves e Silva (2017) citando o antropólogo Luiz Roberto de Paula (2008) relatam que as associações indígenas marcadamente de gênero começam a surgir, em sua maioria, na segunda metade de 1990. Sebastião (2012) destaca também que em 1995 é criado o primeiro movimento nacional de mulheres indígenas, o CONAMI (Conselho Nacional de Mulheres Indígenas), tendo como objetivo se dedicar aos direitos das mulheres e trazer visibilidade a suas vozes e trajetórias. Os movimentos de mulheres indígenas que se iniciavam nesse período de 1990, tinham o objetivo de discutir inicialmente a sua participação política nas tomadas de decisão, assim criam-se espaços próprios que discutem temas como saúde da mulher indígena, direitos reprodutivos, e outras pautas específicas, o foco seria que essas demandas fossem colocadas também como prioridades dentro dos movimentos indígenas mais amplos (COSTA; ESTEVES e SILVA, 2017).

Contudo, um dos mais antigos movimentos de mulheres indígenas da Amazônia, é a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMAR), criada em 1984 e oficializada em 1987. Segundo documento escrito pela funcionária do CIMI, Edna Maria de Souza Damasceno, no ano de 1987, e disponível pelo acervo Instituto Socioambiental (ISA), esse movimento agregou mulheres de diferentes povos que se encontravam, principalmente, trabalhando como domésticas na cidade de Manaus, distantes de suas aldeias. Nesse espaço de mobilização elas discutiam os problemas cotidianos da vida na cidade, questões relacionadas à saúde e geração de renda. Este movimento se consolidou desde esse período, estando inclusive presente na criação da COIAB, em 1989. Outro movimento de mulheres indígenas da

Amazônia, que está entre os mais antigos, é a Associação das Mulheres Indígenas Sateré Mawé (AMISM), conforme exemplificado em material produzido pelo próprio movimento, e disponível pelo acervo do ISA⁵⁵, este foi criado em 1995, na busca de garantir os direitos presentes na constituição (educação diferenciada, ensino bilíngue, saúde, etc.), dando foco às necessidades das mulheres indígenas e suas formas de garantia de renda, através da venda de artesanatos.

Dentre alguns trabalhos voltados para investigações de movimentos de mulheres no contexto amazônico, destaco o de Sebastião (2012), que ao estudar o povo *Terena*, dedica uma parte de sua análise para pensar o papel das mulheres indígenas da aldeia. No povo *Terena*, segundo suas entrevistadas, as mulheres não podiam participar das reuniões das lideranças tradicionais, que era o espaço onde eram tomadas as decisões da aldeia, ficando então a cargo dos homens decidirem pelo coletivo. No entanto, no início da década de 90, essa realidade passa a ser transformada e as mulheres começam a participar aos poucos das reuniões de lideranças, e a se organizarem em associações específicas, crescendo suas participações nas instâncias de decisão da comunidade.

As tensões se entrelaçam com o reconhecimento de que a mulher indígena também tem o direito de estar no poder. O fortalecimento dessas ideias é a percepção de que as mulheres não indígenas estão nos mais diversificados campos de atuação política e administrativa da sociedade brasileira. (SEBASTIÃO, 2012. p. 116)

Costa; Esteves e Silva (2017) acrescentando a essa discussão, vão apresentar a experiência da AMIM (Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão⁵⁶) no período de 2002 a 2006, que é o período que tem grande crescimento de movimentos de representatividade das minorias no Brasil, segundo os autores. Muito antes de 2006 a região do Oiapoque já contava com movimentos indígenas, no entanto as pautas eram mais amplas, como a luta pelo território. Com o passar dos anos, as mulheres de diferentes aldeias, a partir de encontros, foram afirmando a necessidade de se organizarem para buscar pautas mais específicas, e assim foi criada a AMIM, com o objetivo de discutir suas questões específicas. O foco da criação da AMIM, conforme os autores, é apoiar a luta dos povos indígenas, buscando alcançar representatividade dentro do movimento, tendo voz ativa e podendo ser também interlocutoras desse movimento, defendendo a causa das mulheres. Como apontado no texto:

Na fala das fundadoras ao apresentarem o histórico da associação ao público por ocasião da IV Assembleia da instituição realizada nos dias 22 e 23 de outubro de 2016,

⁵⁵ Material não datado, retirado do site do Instituto Socioambiental, disponível em <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/associacao-das-mulheres-indigenas-satere-mawe>>. Acesso em: 28/01/2021

⁵⁶ Comunidades Indígenas do Oiapoque

se ouviu que as mulheres indígenas, a partir da criação da associação, têm o mesmo papel de um homem líder indígena, podendo opinar nas tomadas de decisões que dizem respeito aos povos indígenas da região. (COSTA; ESTEVES; SILVA, 2017. p 7)

Desde então, foram realizados diversos eventos, com o objetivo de pensar a gestão do território, a alimentação, as práticas agrícolas, além de assembleias para pensar a participação das mulheres nos movimentos indígenas. Um fato interessante sobre essa organização é que chama a atenção é a maioria ser composta por mulheres mais velhas, que trabalham no incentivo da participação das mais novas. No que se refere aos homens indígenas, eles participam das atividades específicas das mulheres indígenas, nessas ocasiões são os responsáveis pelo preparo da alimentação.

Matos (2012), trazendo ainda outro exemplo de criação de movimento de mulheres indígenas, discute a construção da UMIAB (União das Mulheres Indígenas na Amazônia Brasileira), como parte da COIAB, que aconteceu no ano de 2009, vendo a necessidade de as mulheres terem espaços próprios de organização e construção de suas demandas. A autora aponta que historicamente as mulheres indígenas se colocam na luta de forma complementar aos homens, no entanto, ao longo dos anos essa característica vem mudando, e o debate das mulheres começa a adentrar a discussão de gênero, dentro da criação de grupos, coletivos e organizações mais específicas. Matos (2012) aponta ainda que as mulheres indígenas não estiveram necessariamente afastadas dos espaços decisórios da comunidade, considerando que o espaço doméstico também consistia em um espaço de tomada decisão, da mesma forma que o espaço público, onde se encontravam os homens. Por outro lado, a autora irá afirmar que com o maior contato dos povos indígenas com os não-indígenas e com a necessidade, cada vez maior, de sair das aldeias para ir em busca de suas reivindicações, o papel do homem se tornou mais evidente. Nesse contexto de mudança, as mulheres começam a se preocupar em estar presente nesses novos espaços de representação, junto com seus companheiros e parentes. Para elas é importante sua participação nesses espaços para que seja garantida sua perspectiva sobre os problemas das suas aldeias.

Seguindo outra experiência de organização de mulheres indígenas na Amazônia, Oliveira (2019), a partir da sua pesquisa de dissertação, analisa os processos de agência das mulheres Mebengokré/Kayapó e sua busca de participação política. Ela aponta, a partir das entrevistas realizadas com as mulheres indígenas, que os homens são maioria nas instâncias de decisão desse povo, e que é muito difícil o processo de visibilidade das mulheres nesses espaços. Mas o foco se dá no fato de que mesmo que seja um caminho difícil, é o caminho que vem, atividades que antes eram realizadas somente por homens vêm sendo tomadas por essas

mulheres em meio ao processo de organização social e política. Funções como a de Cacicas, que é central em uma aldeia, agora é vista (não sem conflitos) sendo cargo também de mulher entre os Mebengokré/Kayapó. A ocupação desse lugar a torna a mulher uma articuladora central nas tomadas de decisão, além de também estarem ocupando cargos na área da saúde, o que possibilita o cuidado especial a seu povo, são diversos os setores que as mulheres estão ocupando e que antes não eram possíveis.

A perspectiva dessas mulheres é que as mudanças sejam crescentes e possibilitem mais espaços, mais respeito às suas demandas, mais articulações internas e externas, e mais mulheres se posicionando, ocupando seus lugares na representatividade e na militância, se tornando profissionais em diferentes áreas de atuação e incentivando muitas outras a se expressarem, se posicionarem e se inspirarem por essas que agora fazem a mudança. (OLIVEIRA, 2019, p. 183)

Essa transformação se dá, como aponta Oliveira (2019), principalmente através dos movimentos de mulheres indígenas que se tornam os canais de representatividade que possibilitam a visibilidade e a escuta, e destaca ainda que somente através deles é que as mulheres vão conseguir ser ouvidas devidamente, somando todas as vozes que já iniciaram a luta por mudanças dentro de suas aldeias e dentro dos movimentos indígenas. A intenção de um movimento específico de mulheres não é se sobreporem aos homens da aldeia, mas sim serem complementares na luta por seus direitos (OLIVEIRA, 2019).

Trago ainda, a entrevista de duas lideranças indígenas que falam acerca do movimento de entrada de mulheres indígenas nas diferentes instâncias de participação, Auricélia e Maura Arapium. Realizei essas duas entrevistas na mesma semana em que fiz minha viagem de campo a Santarém - PA, em que entrevistei Tatiane Picanço. Auricélia e Maura Arapium são primas e lideranças indígenas do CITA, e participam ainda do movimento estudantil indígena da UFOPA, estudando respectivamente no curso de Direito e Farmácia.

Ao falarem sobre suas experiências particulares, as entrevistadas destacam algumas dificuldades enfrentadas dentro dos movimentos indígenas na busca por participação, mas consideram que tem acontecido uma mudança nesse sentido, percebe-se que as mulheres estão alcançando uma série de espaços que antes eram restritos aos homens, como cargo de caciques, empregos na área de saúde, se tornando lideranças, e muitas outras atividades. Citando o exemplo do CITA, movimento do qual participam - da mesma forma que Tatiane Picanço - elas afirmam que sempre participaram do movimento, contudo, existia uma ausência de protagonismo das mulheres nas tomadas de decisão. No entanto, desde o ano de 2017, na região de Santarém, são realizados diversos encontros organizativos de mulheres indígenas ligadas ao CITA. Nesses encontros, são discutidas a valorização da mulher indígena, de sua cultura, o

incentivo ao trabalho manual, artesanal, medicinal etc. Em 2018, é criado o Departamento de Mulheres Indígenas da Região do baixo Tapajós, sendo um braço do CITA, e da mesma forma, representando as mulheres indígenas de 13 povos. Como afirma Maura Arapium:

A gente veio falando sobre o direito das mulheres, sobre violência contra as mulheres indígenas, que também existe, a gente não pode negar e dizer que não existe. Existe sim nas aldeias, o machismo também existe nas aldeias. Então, a gente vem sempre falando desses temas que também são do nosso interesse enquanto mulher indígena. E aí, a gente foi se organizando. [...] Nós realizamos, no ano de 2017, encontros periódicos que foram realizados na região do Arapiuns, na região do Tapajós e na região do Planalto [santareno]. Para fortalecer, para falar um pouco mais sobre o direito das mulheres, para fortalecer a nossa cultura, a gente fez oficina de artesanato, medicinal... Então, foi um momento muito produtivo. Aquelas mulheres precisavam ser valorizadas e a gente não sabia como fazer elas aparecerem, saírem de dentro da sua casa e mostrarem o seu trabalho que, antes já era realizado, mas era invisibilizado (Maura Arapium, Entrevista concedida em 7 de maio de 2019)

Maura Arapium chama atenção para o fato de que dentro dos movimentos indígenas ainda existem preconceitos por parte de alguns companheiros, que consideram as mulheres como frágeis, sensíveis, que querem aparecer muito. Ela afirma que querem realmente aparecer, mas no sentido de terem voz ativa e lugar de fala e que essa conquista tem acontecido ao longo desses anos por conta da organização. Destaca ainda que o movimento de mulheres indígenas não busca afastar os homens das discussões, mas procura incluir, para que eles entendam suas pautas e demandas específicas de gênero, afirmando que “não se pode discutir sobre o que é violência contra a mulher indígena se o agressor não sabe”. Então as reuniões se organizam tendo o momento particular para as mulheres indígenas, no entanto, no final os homens são incluídos nas discussões.

Um grande avanço que a gente tá vendo que a mulher indígena, ela tá sim se importando com a luta do movimento indígena. E saindo, deixando de ficar somente na sua casa e vindo somar com as outras mulheres. Sempre existe uma barreira. Você sempre vai encontrar uma barreira pra sair da sua casa, porque a sociedade acha que você é o sexo frágil. E você não é. A gente não tem nada de sexo frágil, a gente é muito forte. (Maura Arapium, Entrevista concedida em 7 de maio de 2019)

Auricélia Arapium aponta dificuldades de se manter como liderança indígena. Em nossa conversa, ela traz as dificuldades maternas, pois com 32 anos, é mãe de quatro filhos e uma importante liderança do CITA na região. A dificuldade vem da conciliação entre faculdade, movimentos indígenas e maternidade, aponta que seus filhos sentem sua ausência, e algumas vezes a culpam por não estar próxima a eles. Destacando como para as mães o caminho de militância é mais difícil - de forma semelhante à caminhada de Tatiane Picanço e Sônia Guajajara. Ela também destaca os necessários enfrentamentos com seus companheiros de atuação política:

Pelo fato, assim, da gente ser mulher, de eu ser mulher e ir muito para o enfrentamento, ter uma coragem que muitos dos nossos companheiros não têm no movimento, a gente aguenta o preconceito. O nosso povo é muito machista. Os nossos companheiros são

muito machistas. E eu não falo só do meu companheiro, do meu marido, não falo só do meu filho, do meu pai, eu falo das lideranças. Elas são machistas. E numa das nossas reuniões, eu ouvi de parente assim... Por várias vezes, eu já chorei diante de autoridade e, para mim, isso não é sinal de fraqueza, muito pelo contrário, é uma forma de você demonstrar uma coisa que você já não aguenta mais, então... Os companheiros falaram: “ah, vocês são loucas, vocês são fracas, ficam chorando...”. Então, “vocês têm que ser mais fortes”. E ser mulher hoje... Assim, eu sou mãe de quatro filhos [...] enfim, a gente sofre como uma mulher branca sofre (Auricélia Arapium, Entrevista concedida em 6 de maio de 2019)

Contudo, ela chama atenção para o fato de que, na sua visão, a organização das mulheres indígenas é distinta das organizações de mulheres brancas, que ela não se identifica com conceitos como “feminismo” e “empoderamento das mulheres”, mesmo reconhecendo que o machismo existe nos movimentos indígenas e nas aldeias. Para ela, nem tudo se trata de machismo, muitas formas de organização dentro das aldeias se trata de divisão de tarefas a partir da cultura de cada povo. Nesse sentido, algumas mulheres indígenas se identificam com o feminismo e outras não, demonstrando novamente, que ao discutir a temática de mulheres indígenas é inadequado fazer generalizações que tendam a colocar essas mulheres dentro de um ponto de vista comum.

A partir dos exemplos acima, podemos entender que mesmo cada organização indígena sendo desenvolvida em determinado momento e contexto, e com suas características particulares, o movimento constrói pautas que são mais amplas. É possível perceber, que ao longo dos anos, as mulheres indígenas começam a buscar maior participação nas decisões de suas aldeias, através dos movimentos indígenas. Nesse sentido, surge em muitas regiões da Amazônia Legal, a necessidade de construir um movimento que trate de suas demandas específicas de gênero. Essas demandas, como vimos, se referem à saúde da mulher, à gestão do território, práticas alimentares, violência de gênero, maior participação das decisões das aldeias, entre outras.

A entrada das mulheres nas instâncias de decisão da mobilização indígena a partir, mas também para além, das aldeias, pode refletir no crescimento de sua participação nos processos eleitorais. Da mesma forma que elas adentraram uma série de espaços de representatividade em instâncias locais de organização, chegaram no campo das disputas eleitorais, buscando se candidatar e representar seu povo nesse espaço tão complexo de disputa. Em consonância aos exemplos discutidos acima que apontaram as barreiras enfrentadas pelas mulheres indígenas no que se refere à construção de seus movimentos específicos de gênero, Sônia Guajajara e Tatiane Picanço indicaram no capítulo anterior, as mesmas problemáticas enfrentadas para adentrar espaços de decisão, e ainda, o da política eleitoral. Contudo, afirma da mesma forma que os exemplos acima, que esse movimento de crescimento de participação das mulheres indígenas

está em constante desenvolvimento.

Após trazer uma análise acerca do crescimento de movimentos de mulheres indígenas não poderia deixar de apontar um resultado dessa construção de anos. Nesse sentido, destaco a I Marcha das Mulheres Indígenas “Território: Nosso Corpo, Nosso Espírito”, ocorrida em Brasília no ano de 2019, como sendo um marco importante na caminhada das mulheres indígenas do Brasil. Como descrito na introdução, a Marcha reuniu mais de 2.000 mulheres, de mais de 100 povos diferentes. Foram 4 dias de evento, onde ocorreram reuniões, assembleias, danças, cantos, manifestações. Acompanhando o evento pude ver falas que incentivam a maior participação das mulheres indígenas em diferentes espaços de representação e o combate à discriminação sofrida por elas nos espaços ocupados, uma discussão muito semelhante à de todos os movimentos exemplificados acima. As frases a seguir demonstram parte das reivindicações dessas mulheres, e foram retiradas do documento final da marcha:

A Marcha das Mulheres Indígenas foi pensada como um processo, iniciado em 2015, de formação e empoderamento das mulheres indígenas. Ao longo desses anos dialogamos com mulheres de diversos movimentos e nos demos conta de que nosso movimento possui uma especificidade que gostaríamos que fosse compreendida. O movimento produzido por nossa dança de luta, considera a necessidade do retorno à complementaridade entre o feminino e o masculino, sem, no entanto, conferir uma essência para o homem e para a mulher. O machismo é mais uma epidemia trazida pelos europeus. Assim, o que é considerado violência pelas mulheres não indígenas pode não ser considerado violência por nós. Isso não significa que fecharemos nossos olhos para as violências que reconhecemos que acontecem em nossas aldeias, mas sim que precisamos levar em consideração e o intuito é exatamente contrapor, problematizar e trazer reflexões críticas a respeito de práticas cotidianas e formas de organização política contemporâneas entre nós. Precisamos dialogar e fortalecer a potência das mulheres indígenas, retomando nossos valores e memórias matriarcais para podermos avançar nos nossos pleitos sociais relacionados aos nossos territórios. (Documento final da I Marcha das Mulheres Indígenas, “Território: nosso corpo, nosso espírito”, Brasília – DF, 09 a 14 de agosto 2019)



Foto: Viviane Heringer Tavares, “I Marcha das Mulheres Indígenas” 12/08/2019, Brasília - DF

Através dos exemplos trazidos acima somado a análise realizada na I Marcha das Mulheres Indígenas, é possível compreender que mesmo os movimentos de mulheres indígenas sendo muito variados e distintos dependendo da região e da realidade, é possível identificar pautas e reivindicações comuns. O documento final da Marcha demonstra isso. Para essa dissertação, interessa principalmente entender que as mulheres indígenas vêm de um processo de crescimento de participação, que se estende para as diferentes instâncias, chegando inclusive, nas disputas eleitorais. Outra parte do documento final da marcha exemplifica essa questão:

Promover o aumento da representatividade das mulheres indígenas nos espaços políticos, dentro e fora das aldeias, e em todos os ambientes que sejam importantes para a implementação dos nossos direitos. Não basta reconhecer nossas narrativas é preciso reconhecer nossas narradoras. Nossos corpos e nossos espíritos têm que estar presentes nos espaços de decisão (Documento final da I Marcha das Mulheres Indígenas, “Território: nosso corpo, nosso espírito”, Brasília – DF, 09 a 14 de agosto 2019)

Através da discussão realizada até aqui, afirmo que esta pesquisa girou em torno de um problema, mas que eu decidi abordá-la a partir de duas trajetórias de mulheres indígenas da Amazônia, com ensino superior e que são de um partido de esquerda. Contudo, não deixo de pensar que muitos caminhos percorridos por mulheres indígenas que disputam processos

eleitorais no Brasil se assemelham ao de Tatiane Picanço e Sônia Guajajara, havendo a necessidade das mulheres indígenas ocuparem os mais diferentes espaços. Um pensamento que é construído, conforme vimos, através da atuação de mulheres indígenas de maneira histórica, pela construção de movimentos específicos que representem suas pautas e reivindicações, e que reflete também no crescimento de suas participações em processos eleitorais, não se tratando, em sua maioria, de processos decisórios individuais, mas caminhos de construção coletiva e que podem ser vistos como uma tendência no cenário atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação teve como propósito compreender qual é a visão das mulheres indígenas participantes de pleitos eleitorais sobre a sua participação dentro do campo da disputa eleitoral, no que se refere às relações e efeitos sobre a política partidária, sobre os movimentos indígenas, sobre sua subjetividade e suas relações pessoais e familiares, nesse sentido, parti da análise da trajetória de mulheres indígenas que disputaram o processo eleitoral de 2018, Sônia Guajajara e Tatiane Picanço. Nessa conclusão, buscarei trazer as principais reflexões alcançadas com a pesquisa que embasa o presente texto. Para tal, o que chamou atenção em primeiro momento neste material, foram as respostas de luta dadas pelos movimentos indígenas dentro de um contexto de recrudescimento da extrema direita e do bolsonarismo. Se pensarmos o histórico de lutas dos movimentos indígenas no Brasil, vemos que desde a colonização esses povos enfrentam uma série de conflitos e processos de violações. Dentre alguns marcos históricos importantes abordados nessa pesquisa, o período de ditadura militar chama bastante atenção, através de seus projetos de modernização do país, principalmente na Amazônia, colocando sob ameaça o território dos povos indígenas na região, pelo incentivo do uso das terras consideradas “vazias” e “improdutivas” pelo governo. A região amazônica passa por um grande processo de ocupação e isso traz muitas consequências ao meio ambiente e para as pessoas que nela vivem, gerando conflitos, violência e violações de direitos humanos. Em 1988 é efetivada a Constituição Federal, nela, através de muita luta, os povos indígenas garantem o direito à demarcação de suas terras, a educação, saúde, respeito aos seus costumes e tradições. No entanto, é necessário garantir que as leis sejam aplicadas de forma correta, e que os direitos que lhe garantem a constituição sejam assegurados. É a partir desse período que em todo o Brasil começam a surgir diversos movimentos indígenas, tanto em escala local quanto nacional, vendo que é necessária muita organização para garantir a efetivação de seus direitos.

Os povos indígenas do Brasil apresentam resistência contínua às políticas de ataques dos mais diferentes governos e representantes legais. No contexto de 2018 vem sendo construída uma política de ameaça ainda mais intensa aos povos indígenas, através de partidos e representantes que afirmam, sem hesitar, que não pretendem demarcar mais territórios indígenas e aqueles demarcados estão sob pressão. A saúde e a educação, além de outros direitos básicos também se encontram em risco, conforme vimos nas páginas iniciais deste trabalho. Dessa forma, uma resposta dos movimentos indígenas a essas políticas é mais uma vez luta e organização política, que tem como uma das suas feições recentes as candidaturas

indígenas nos pleitos eleitorais, e de forma mais específica neste trabalho, a candidatura de mulheres indígenas.

Destaco que a emergência dessas candidaturas tem relação com o recrudescimento da extrema direita na eleição de 2018, mas vai muito além desse fato, indicando um processo de protagonismo político próprio desses povos, na busca de ocupar também espaços eleitorais. Traçando esse caminho de ligação, a trajetória de Tatiane Picanço e de Sônia Guajajara, discutida no segundo capítulo, foi de uma grande importância por ter possibilitado a visualização de duas experiências que incorporam esse processo eleitoral tão amplo e diverso. A intenção de trazer aproximações e distanciamentos nessas duas candidaturas veio no sentido de poder identificar processos comuns nas disputas eleitorais. Dentre as diferentes considerações apontadas nas trajetórias dessas duas mulheres indígenas, o que me chamou atenção de forma contundente é a narrativa acerca do processo de colonização a que os povos indígenas foram submetidos.

A fala de Tatiane possui um peso central ao relatar sobre essa temática, no sentido de que é esse processo colonial de apagamento dos povos indígenas, que fez com que muitos não pudessem reconhecer suas tradições e origens, hoje ela mesma não se associa a nenhum povo específico. Seu reconhecimento como mulher indígena se deu após 18 anos, através dos movimentos indígenas na região. Além da política de apagamento identitário, ela relata a violência sofrida desde a colonização, que é responsável por permear ainda hoje os diferentes níveis da vida cotidiana dos indígenas, como a "atmosfera da violência" descrita por Veena Das (2011). Não por acaso, a interlocutora considera como uma esfera central da sua atuação política a criação de suas filhas, e pontua duas diferenças marcantes em relação à criação que ela própria recebeu: a construção de um ambiente não violento e pautado no afeto e no diálogo e a consciência sobre as origens indígenas.

Sônia Guajajara também relata o efeito do processo colonial na vida dos indígenas, destacando o desconhecimento da população em relação a esses povos, que ainda são vistos, por grande parte como "povo do passado" e vítimas do racismo e do preconceito que estão presentes em todas as esferas. A mídia e os livros didáticos são um exemplo de perpetuação dessa violência, os livros porque produzem uma imagem estereotipada dos indígenas, a mídia porque além de reforçar estereótipos não abre espaço para que a realidade seja conhecida. Dentro dessa perspectiva, as candidaturas indígenas surgem também como possibilidade de visibilidade, conforme afirmado por Sônia, trazendo sua história de luta e reivindicações para o centro do debate político.

Essa discussão se finaliza em seu último capítulo indicando resultados positivos de crescimento no protagonismo de mulheres indígenas na eleição de 2018, tanto nas disputas eleitorais, como em cargos envolvidos, como os de assessoria. Joênia Wapichana e Chirley Pankará foram os exemplos de indígenas que conseguiram se eleger nesse pleito eleitoral, e a fala de Sônia Guajajara trouxe ainda exemplos de mulheres indígenas ocupando cargos de assessorias em diversos mandatos. O que confirma esse movimento é a participação ativa de Tatiane Picanço e Sônia Guajajara para disputa eleitoral na eleição seguinte, em 2020, a primeira como candidata e a segunda organizando ativamente uma campanha de incentivo à participação de indígenas nos pleitos eleitorais.

De forma não muito usual, mas que se enquadrou nos resultados percebidos por mim ao longo desta dissertação, foi a percepção de que as candidaturas de Tatiane Picanço, Sônia Guajajara, e de tantas outras mulheres indígenas que se colocam na disputa eleitoral, fazem parte de um processo que não é muito evidente na sociedade brasileira, um processo de construção de movimentos de mulheres indígenas que existem a muitos anos nas diferentes regiões do país. Nesse sentido, a última parte do capítulo três foi dedicada a apresentar diversos movimentos de mulheres indígenas que se construíram ao longo dos anos no Brasil, na intenção de pensar pautas, mobilizações e ações em comuns, compreendendo que o crescimento da participação de mulheres indígenas dentro dos movimentos indígenas mais amplos refletiu-se no crescimento de sua participação na esfera eleitoral.

Um dos destaques centrais neste último capítulo é o movimento “Campanha Indígena” e seu chamado “Parente Vota em Parente”, desenvolvido, de forma central, para a eleição de 2020, mas que já vinha sendo construído nos anos anteriores. Esse movimento, conforme vimos, enquanto campanha política, é inédito. Isso me chamou atenção para pensar a relação desse movimento recente ao cenário político mais amplo de recrudescimento da extrema direita e o contexto presidencial de um líder desse perfil político. Dessa forma, a compreensão alcançada por mim, foi de um movimento de resposta dos povos indígenas a esse governo de constantes ataques e ameaças aos seus direitos. Por mais que nos últimos 20 anos os movimentos indígenas tenham discutido a importância de incluir representantes nas esferas de disputa eleitoral, esse fato se tornou mais robusto nos últimos anos. Contudo, merece destaque o fato de que mesmo que o movimento “Campanha Indígena” se posicione de forma contrária às políticas do governo atual e dos partidos que o cercam, ele não restringe seu apoio a candidatos localizados em partidos de esquerda. A proposta é que esse movimento se construa para além dos binarismos de esquerda e direita, buscando incentivar candidaturas indígenas.

Nesse sentido percebi de que esse tema de pesquisa está longe de alcançar uma conclusão definitiva, indicando apenas considerações finais de um trabalho que pretendo dar continuidade através do Doutorado, ampliando o cenário da minha pesquisa atual tendo como objetivo analisar a participação de mulheres indígenas no cenário político contemporâneo, a partir dos desdobramentos dos processos eleitorais de 2018 e 2020 através de candidatas indígenas, movimentos e partidos não apenas considerados de esquerda, mas também de direita e/ou conservadores, relacionados ou não a bancadas religiosas, levando em consideração possíveis distanciamentos e aproximações entre esses dois campos que vem sendo compreendidos em termos de antagonismo e polarização no Brasil atual.

REFERÊNCIAS

- ACERVO COMBATE: RACISMO AMBIENTAL, 2010. *Sonia Guajajara, da COIAB, entrega Motoserra de Ouro a Kátia Abreu*. Disponível em: <<https://acervo.racismoambiental.net.br/2010/12/09/10577/>>. Acesso em: 07 jan. 2021.
- ACERVO ISA. *Associação das Mulheres Indígenas Sateré Mawé*. Apoio Institucional: Embaixada Britânica. Manaus
- ACERVO ISA. *Associação das Mulheres do Alto Rio Negro em Manaus - AMARN*. CIMI N
- AIRES, Joubert Max Maranhão Piorsky e GOMES Priscila Greyce do Amaral. *Os caminhos trilhados pelas mulheres indígenas na constituição de organizações femininas*. Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2018.
- AMAZÔNIA SOCIOAMBIENTAL.2020. *Amazônia Sob Pressão 2020*. Disponível em: <<https://www.amazoniasocioambiental.org/pt-br/publicacao/amazonia-sob-pressao-2020/>>. Acesso em: 25 jan. 2021.
- ASSEMBLEIA DE MINAS GERAIS, 2018. Guilherme Boulos e Sônia Guajajara: pré-candidatura do PSOL à presidência da república. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bjCKbskKbt4&t=1s>>. Acesso em: 28 dez. 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. *A grafia dos nomes tribais brasileiros*. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 125-132, dez. 1955.
- CASARA, Rubens. *Precisamos falar da direita jurídica*. In: SOLANO, Esther. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. Boitempo, 2018.
- CONSELHO INDÍGENA MISSIONÁRIO, 2018. *Movimento indígena pretende lançar plataforma de candidaturas para as eleições*. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2018/05/movimento-indigena-pretende-lancar-plataforma-de-candidaturas-para-as-eleicoes>> Acesso em: 07 jan 2021.
- COSTA, Johnata Dias Silva Azevedo; ESTEVES, Vitória Santos; SILVA, Arivanete Oliveira da. *A organização política das mulheres indígenas do Amapá*. Anais do III. Encontro de Discentes de História da Unifap. Macapá, 2017.
- CPT. *Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico*. Goiânia: CPT (org.). 116 p, 2020.
- CRUZ, Andrezinho Fernandes; BRUNO, Ana Carla dos Santos; SILVA Raimundo Nonato Pereira da. *COIAB - Trajetória e luta de uma Organização Indígena*. XVI Jornada de Iniciação Científica PIBIC CNPq/FAPEAM/INPA. Manaus, 2007.
- DANTAS, Silva; MORAES, Ana Cecília de. *Democracia, representatividade e participação: e as mulheres na política?*. *Gênero & Direito*, v. 1, n. 2, 2 mar, 2011
- DAS, Veena. *O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade*. Dossiê: Violência: Outros olhares. *Cadernos Pagu*, 37, jul./dez. p. 9-41, 2011.

DE PAULA, Luís Roberto; VERDUM, Ricardo. Mapeamento preliminar das candidaturas autodeclaradas indígenas para os cargos de prefeito, vice e vereador nas eleições municipais de 2020. *ABA. ABANT*, 2020.

DUARTE, Danielly Coletti. Protagonismo de Mulheres Indígenas no Espaço de Poder: Resistência e Superação. *Movimentação*, Dourados, v. 4, nº. 6, p. 20-44, 2017.

ESTADÃO. Eleições 2018. Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/eleicoes/2018/candidatos>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

FARIAS. *Marchas e manifestos contra a colonialidade da história: Movimentos indígenas diante das comemorações oficiais dos 500 anos (1998-2000)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, 2018.

FEDERICCE, 2018. TV 247. Palanque 247 – Entrevista Sônia Guajajara à vice-presidência pelo PSOL. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qP3KNTFnXgw&t=769s>>. Acesso em: 8 dez. 2020.

FEDERICCE e SANTOS, 2019. TV 247. Entrevista com Sônia Guajajara. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1-2XZO3W3mE&t=335s>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, 2017. AMIMA realiza I Encontro de Articulação de Mulheres Indígenas do Norte do Maranhão. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/4678-amima-realiza-i-encontro-de-articulacao-de-mulheres-indigenas-do-maranhao?highlight=WyJwcm90ZVx1MDBIN1x1MDBIM28iLCJ0ZXJyaXRvcmlhbCIsInByb3RlXHUwMGU3XHUwMGUzbyB0ZXJyaXRvcmlhbCJd>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

GALVÃO, Eduardo; WAGLEY, Charles. *Os Índios Tenetehara: Uma cultura em Transição*. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú, Coleção Nicolai. Ministério de Educação e Cultura: Serviço de Documentação, 1995.

GREENPEACE BRASIL, 2010. Ela merece, ela merece! Disponível: <<https://www.greenpeace.org/brasil/blog/ela-merece-ela-merece/>>. Acesso em: 07 jan. 2021.

HECK, Egon; LOEBENS, Francisco; CARVALHO, Priscila D. Amazônia indígena: conquistas e desafios. *Estudos Avançados*, 19 (53), 2005.

HEREDIA, Beatriz. M. de; PALMEIRA, Moacir. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: NUAP, 2010. (Coleção Antropologia da política; 32).

INESC. *Perfil dos candidatos às eleições 2014*. Sub-representação de negros, indígenas e mulheres: Desafio a democracia. Setembro, 2014.

KALIL, Isabela Oliveira. Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro. *Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo*, outubro, 2014.

KILOMBA, Grada. “Dizendo o indizível. Definindo o racismo”. In ____ *Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LACERDA, Paula Mendes. Movimentos sociais na Amazônia: articulações possíveis entre gênero, religião e Estado. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 8, n. 1, p. 153-168, jan./abr. 2013.

LACERDA, Paula Mendes (Org.). *Mobilização social na Amazônia A luta por justiça e por educação*. 1. ed. - Rio de Janeiro : E-Papers, 2014.

LUPION, 2020. DW: Made for minds Brasil. Número de indígenas eleitos para cargos municipais cresce 28%. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/n%C3%BAmero-de-ind%C3%ADgenas-eleitos-para-cargos-municipais-cresce-28/a-55716123>>. Acesso em: 07 jan. 2021.

MARTINS. OS FILHOS DE MAÍRA: *territorialidade e alteridade entre os Tentehar “da Araribóia”*. Dissertação (Mestrado em antropologia) - Universidade de Brasília, 2019.

MATOS, Maria Helena Ortolan. Mulheres no movimento indígena: do espaço de complementariedade ao lugar da especificidade. In: SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria. (Orgs.). *Gênero e povos indígenas: coletânea de textos produzidos para o “Fazendo Gênero 9” e para a “27a Reunião Brasileira de Antropologia”*. Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/GIZ/FUNAI, 2012.

MÉRCIO, Pereira Gomes. O índio na história. O povo Tenetehara em busca da liberdade. Petrópolis, Vozes, 2002, 631 pp. Resenha MELATTI, Júlio Cezar. 2003. *Revista Antropologia*, SÃO PAULO, USP, 2003, V. 46 N° 1, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: SOLANO, Esther. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. Boitempo, 2018.

MIOTTO, Tiago; SANTANA, Renato. 2020. Conselho Indígena Missionário. Povo Guajajara resiste às invasões territoriais e registra 48 assassinatos em menos de 20 anos. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2020/03/povo-guajajara-resiste-as-invasoes-territoriais-e-registra-48-assassinatos-em-menos-de-20-anos/>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

OLIVEIRA, Maria Alice de. Bēnjadjwyr Nire: *processos de agências das mulheres Mebengokré/Kayapó*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual*. Editora Planeta do Brasil, 2019.

POLETTI, Luma. 2016. Congresso em Foco. Eleições 2016: indígenas representam 0,34% do total de candidaturas. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/eleicoes-2016-indigenas-representam-034-do-total-de-candidaturas/>>. Acesso em: 07 jan. 2021.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. 2003. Assembleia cria Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (COAPIMA). Disponível em: <<https://www.indios.org.br/pt/Not%C3%ADcias?id=9433>>. Acesso em 28 dez. 2020

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. Povo Guajajara. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guajajara>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

PSOL, Socialismo e Liberdade, 2018. Conheça Sônia Guajajara, primeira indígena em uma pré-candidatura presidencial. Disponível em: <<https://psol50.org.br/conheca-sonia-guajajara-primeira-indigena-em-uma-pre-candidatura-presidencial/>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

RODRIGUES, Alex. 2018. “Sou resultado do movimento de luta”, diz 1º indígena eleita deputada. Agência Brasil. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-10/sou-resultado-do-movimento-indigena-diz-1a-indigena-eleita-deputada>>. Acesso em: 07 jan. 2021.

SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(2): 256, maio/ago. 2012.

SEBASTIÃO, Lindomar Lili. *Mulher Terena: dos papéis tradicionais para atuação sociopolítica*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC, São Paulo, 2012.

SAPAIÓ, Sônia Maria Rocha; URPIA, Ana Maria de Oliveira. Mães universitárias: transitando para a vida adulta In: SAMPAIO, SMR., org. *Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]*. Salvador: EDUFBA, 273 p. ISBN 978-85-232-1211-7. Available from SciELO Books, 2011.

SERRA, Maurício Aguiar; FERNÁNDEZ, Ramón García. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 13, n. 2 (23), p. 107-131, jul./dez, 2004.

SOARES, João Pedro. O vôo de Sonia Guajajara. *Amazônia Latitude*. ISSN 2692-7446 (Print). ISSN 2692-7462 (Online), 2019.

SOLANO, Esther. Crise da Democracia e extremismos de direita. Friedrich Ebert Stiftung. *Análise n° 42*, 2018.

TAVARES, Viviane Heringer. *Violência contra mulheres indígenas e suas formas de resistência e organização política*. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

TELES, Edson. A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. In: SOLANO, Esther. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. Boitempo, 2018.

TROUILLOT, Michel-Rolph. O poder na estória. In: *silenciando o passado: poder e a produção da história*. Campinas: Huya Editorial, 2016.

VAZ, Florêncio. Povos Indígenas e Etnogênese na Amazônia. In: *Olhares Indígenas Contemporâneos*. Série: Saberes Indígenas. Centro Indígena de Estudos e Pesquisa. Brasília, julho, 2010.

VAZ, Florêncio. *A Emergência étnica dos povos indígenas do baixo Rio Tapajós, Amazônia*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.